

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 2010

FEMININO, MASCULINO E QUESTÕES DE GÉNERO



FEMININO, MASCULINO E QUESTÕES DE GÉNERO

- Uma leitura com base no Recenseamento Geral da População e Habitação 2010

Catálogo recomendada:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

FEMININO, MASCULINO E QUESTÕES DE GÉNERO - Uma leitura com base no Recenseamento Geral da População e Habitação 2010

Presidente

Antonio dos Reis Duarte

Design e composição;

Instituto Nacional de Estatística

© Copyright

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Sede

Avenida Cidade de Lisboa, nº18,CP116. Praia. Cabo Verde

Tel. (00238) 261 38 27

Fax. (00238) 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv; www.ine.cv

Equipa técnica & esclarecimentos

Direcção de Estatísticas Demográficas e Sociais

Alicia Mota

E-mail: Alicia.Mota@ine.gov.cv

Mariana Neves

E-mail: Mariana.Neves@ine.gov.cv

ONU Mulheres

Clara Barros

Maritza Rosabal

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

Imagem que compõe a capa obtido de: www.freepik.com

PREFÁCIO

A realização de um levantamento de dados como os Censos representa o desafio mais importante para um Instituto Nacional de Estatística, sobretudo devido à sua complexidade, os recursos humanos e financeiros envolvidos, mas constitui a única fonte de informação sobre a situação de vida da população nos municípios, nos meios rurais e urbanos, nas localidades de um país.

O IV Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2010) foi organizado e executado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Junho de 2010 no âmbito do Decreto-Lei n.º27/1/ 2008, cujos resultados se referem a 15 de Junho de 2010 (momento censitário). O RGPH-2010, visa, globalmente, melhorar o conhecimento das características da população e da habitação através da produção de informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas nacionais e municipais e para a tomada de decisões de investimento, seja proveniente da iniciativa privada ou pública.

Para a realização do RGPH 2010, o INE, fez uma grande aposta na utilização de novas tecnologias, adoptando os procedimentos avançados, em todo o processo de, recolha, tratamento e disseminação dos dados, tendo-se, com isso, atribuído a Cabo Verde o pioneirismo, entre os países africanos, na realização de um Censo totalmente digital. Uma das marcas desta aposta, verificou-se na utilização dos computadores de mão (**Personal Digital Assistant - PDA**) em substituição da recolha tradicional por questionário em papel, apresentando vantagens várias como, por exemplo, a redução/eliminação da impressão em papel, a introdução de mecanismos que garantam maior eficiência e eficácia, maior controlo na transmissão de dados, aumento da qualidade de dados e diminuição do tempo de disponibilização dos dados, o que resultou na redução do tempo e do custo da operação.

Numa lógica de integração, aproveitou-se a oportunidade para se utilizar as mais recentes tecnologias e ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da tecnologia GPS (*Global Positioning System*). Isto permitiu também a georreferenciação de todas as unidades de observação (edifícios, alojamentos, etc), fazendo com que haja uma conexão destas unidades aos respectivos agregados e indivíduos. Além disso, foi também possível a disseminação dos dados através de novos produtos (Site do INE, WebGIS, Atlas Digital, CensolInfo) de forma desagregada em termos geográficos satisfazendo algumas das exigências de utilizadores de que requerem informação espacial.

Os resultados definitivos foram objectos de um conjunto de publicações, a saber: um volume de Cabo Verde em números, Cabo Verde por zonas e lugares e um volume para cada um dos 22 Concelhos do País. Ainda serão objectos de publicação, várias análises temáticas, nomeadamente: Estado e Estrutura da População, Algumas características socioculturais da população: Religião e Rabelados, Migração, Educação, Características Económicas da População, Condições de Vida dos Agregados familiares, Fecundidade & Natalidade, Mortalidade, População Idosa & Envelhecimento, Incapacidade, Género.

A presente publicação tem como objectivo documentar e divulgar as metodologias: instrumentos metodológicos e organizativos fundamentais utilizados na preparação, recolha e tratamento dos dados deste recenseamento, bem como as análises de dados que ajudarão os utilizadores a melhor compreender e interpretar os resultados e as evidências.

Espera-se com isso, disponibilizar à sociedade, informação estatística oficial, concebidas com o intuito de servirem como referência e evidências empíricas para melhorar o conhecimento da sociedade cabo-verdiana que sirvam de alicerces para a tomada de decisão (pública ou privada) e para a definição de políticas públicas mais assertivas com base em evidências.

Por fim, deixamos aqui patente, os nossos sinceros agradecimentos aos nossos parceiros nacionais e internacionais, que contribuíram de forma decisiva para a realização do RGPH 2010, a todo o suporte dado pelas diferentes autoridades nacionais, às famílias (e indivíduos) que são a base e razão de existir do RGPH, aos autores e a todos os que, forneceram o seu contributo para concretização desta publicação.

António dos Reis Duarte

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	4
ÍNDICE DE FIGURAS & ILUSTRAÇÕES.....	8
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	8
ÍNDICE DE QUADROS.....	9
ÍNDICE DE TABELAS.....	9
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: CONTEXTO.....	14
1.1. Âmbito internacional.....	14
1.2. Políticas de promoção da igualdade de género em Cabo Verde.....	17
1.2.1. O quadro jurídico-legal.....	17
1.2.2. O quadro institucional.....	20
1.2.3. Os esforços na transversalização da abordagem de género e a produção de informações estatísticas.....	21
CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	25
2.1. Conceitos e definições.....	26
2.2. Apuramentos vs. diferença entre efectivos.....	30
CAPÍTULO III: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO.....	31
3.1. Estrutura etária geral da população.....	31
3.2. Tendências gerais de evolução.....	39
3.3. Distribuição da população por ilhas e concelhos.....	41
3.4. Estado civil da população.....	44
3.5. Migrações.....	45
CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO.....	51
4.1. Alfabetização e analfabetismo.....	51
4.1.1. População portadora de deficiência.....	55
4.2. Abandono escolar.....	55
4.3. Áreas de formação.....	59
CAPÍTULO V: SITUAÇÃO ECONÓMICA DA POPULAÇÃO.....	60
5.1. Situação perante a actividade económica.....	60
5.1.1. População e ocupação.....	61
5.1.2. População e inactividade.....	62
5.1.3. População e desemprego.....	66
5.1.4. Situação da população portadora de deficiência perante a actividade económica.....	67
5.1.5. Situação demográfica e custos sociais do desemprego e da inactividade 68	
5.2. Principal meio de vida da população, actividades e profissões.....	69
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.....	71
CAPÍTULO VI: SITUAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	72
6.1. Tamanho e tipologia dos agregados familiares.....	72
6.2. O estado civil dos representantes dos agregados.....	78
6.3. Nível de conforto dos agregados familiares.....	80
6.4. Coabitação das crianças e adolescentes com o pai e/ou a mãe no agregado familiar e a orfandade.....	83
CONCLUSÃO.....	85
BIBLIOGRAFIA.....	89
ANEXOS.....	92

ÍNDICE DE FIGURAS & ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Instâncias e mecanismos de reprodução e perpetuação das relações de género.....	16
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Pirâmide Etária de Cabo Verde, 2000 e 2010.....	31
Gráfico 2. Distribuição (%) da população por grandes grupos de estrutura, Cabo Verde, 2010.....	33
Gráfico 3. Distribuição (%) da população por sexo e grandes grupos de estrutura, Cabo Verde, 2010.....	33
Gráfico 4. Evolução da Taxa de Crescimento Médio Anual, Índice Sintético de Fecundidade e Taxa Bruta de Mortalidade, Cabo Verde, 1990-2010.....	34
Gráfico 5. Risco de mortalidade (%) por sexo e idade, Cabo Verde, 2010.....	38
Gráfico 6: Evolução (%) da população urbana e rural, Cabo Verde, 1990-2010	40
Gráfico 7: Evolução (%) da proporção da população feminina e masculina, Cabo Verde 1990-2010.....	
Gráfico 8. Evolução da população feminina e masculina por meio de residência, Cabo Verde, 1990-2010.....	41
Gráfico 9. Razões declaradas para emigrar por sexo, Cabo Verde, 2010.....	48
Gráfico 10. Regiões, países ou zonas de destino da população emigrante por sexo, Cabo Verde, 2010.....	50
Gráfico 11. Evolução da taxa de alfabetização por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2000-2010.....	52
Gráfico 12. Abandono escolar por idades simples (6-24 anos) segundo o meio de residência, Cabo Verde, 2010.....	57
Gráfico 13. Abandono escolar simples (6-24 anos) por sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010.....	57
Gráfico 14. Abandono escolar, por ano de escolaridade (ensino básico e ensino secundário), sexo, Cabo Verde, 2010.....	58
Gráfico 15. Áreas de formação da população por sexo, Cabo Verde, 2010.....	59
Gráfico 16. População ocupada por sexo, Cabo Verde, 2010.....	62
Gráfico 17. Taxa de inatividade da população de 15 a 65 anos, por grupo etário e sexo, Cabo Verde, 2010.....	64
Gráfico 18. Causas declaradas de inatividade da população (15-64 anos), Cabo Verde 2010.....	65
Gráfico 19. Inatividade por motivos familiares por sexo e grupo etário, Cabo Verde, 2010.....	66
Gráfico 20. População desempregada por sexo e grupo etário, Cabo Verde, 2010.....	67
Gráfico 21. Nível de conforto por sexo do representante dos agregados familiares por sexo do representante, Cabo Verde, 2010.....	80

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Sexo e Género como variáveis de análise	22
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população (em efectivo) por grupos etários segundo sexo, Cabo Verde, 2010.....	33
Tabela 2. Evolução da esperança de vida à nascença, Cabo Verde, 1970-2010	35
Tabela 3. Evolução da taxa de mortalidade (‰), Cabo Verde, 2000-2010	35
Tabela 4. Quociente de mortalidade Infantil (‰) por sexo, Cabo Verde, 2010.....	36
Tabela 5. Taxa específica (‰) de mortalidade por grupo etário e sexo, Cabo Verde, 2010	37
Tabela 6. População por sexo, meio de residência e relação de feminilidade, Cabo Verde, 1990-2010	39
Tabela 7. População por sexo e relação de feminilidade ilha e concelho, Cabo Verde, 2000 2010	43
Tabela 8. Evolução do estado civil da população, Cabo Verde, 1970-2010	44
Tabela 9. População emigrada entre 2000 e 2010 por Ilha/concelho e proporção da população emigrada em relação à população residente em 2010, Cabo Verde, 2010	46
Tabela 10. Motivos de emigração por sexo, Cabo Verde, 2010.....	47
Tabela 11. Emigração por grupos etários e sexo, Cabo Verde, 2010	49
Tabela 12. Taxa de alfabetização por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2000-2010	51
Tabela 13. Taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais por sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010.....	53
Tabela 14. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais segundo o sexo, por ilha e concelho, Cabo Verde, 2010	54
Tabela 15. Situação educativa da população de 15 anos ou mais com necessidades especiais, Cabo Verde, 2010.....	55
Tabela 16. Abandono escolar por idades simples (6-24 anos), meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2010	57
Tabela 17. Situação perante a actividade económica da população em idade activa (15 anos e mais), Cabo Verde, 2010.....	60
Tabela 18. Situação perante actividade económica da população entre 15 e 65 anos, Cabo Verde, 2010.....	63
Tabela 19. Situação perante a actividade económica da população portadora de deficiência por sexo, Cabo Verde, 2010	67
Tabela 20. Principal meio de vida da população por sexo, Cabo Verde, 2010.....	69
Tabela 21. Ramos de actividade económica da população por sexo, Cabo Verde, 2010	70
Tabela 22. Situação da população na ocupação/profissão por sexo, Cabo Verde, 2010	71
Tabela 23. Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010.....	73
Tabela 24. Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010.....	75

Tabela 25. Tipologia dos agregados familiares por concelho, Cabo Verde, 2010	77
Tabela 26. Estado civil dos representantes (%) dos agregados familiares, por tipologia e sexo, Cabo Verde, 2010.....	79
Tabela 27. Nível de conforto por tipologia de agregado familiar, Cabo Verde, 2010.	81
Tabela 28. Nível de conforto por nível de instrução dos representantes dos agregados familiares e sexo, Cabo Verde, 2010	82
Tabela 29. Percentagem de crianças pela orfandade, sexo e presença do progenitor, Cabo Verde, 2010.....	83

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDAW	Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women
CIGEF	Centro de Investigação e Formação sobre Género e Família
DECRP	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
ICCF	Instituto Cabo-verdiano da Condição Feminina
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade de Género
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISF	Índice Sintético de Fecundidade
NA	Não se Aplica
ND	Não Disponível
NS/NR	Não Sabe / Não Responde
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
PNIEG	Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores Básicos e de Bem-estar
RF	Relação de Feminilidade
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
VBG	Violência Baseada no Género

INTRODUÇÃO

A igualdade entre mulheres e homens é reconhecida como um direito humano fundamental e a transversalização da abordagem de género é uma das estratégias eleitas para a atingir. Contudo para que a sua implementação seja efectiva, é necessário identificar as desigualdades sociais que as diferenças biológicas entre mulheres e homens têm gerado em todas as esferas da vida humana. Assim sendo, os dados estatísticos desagregados por sexo são uma peça fundamental para a análise da situação. Diagnosticar a real situação das mulheres e dos homens, bem como medir os avanços na procura da igualdade de género, só é possível mediante o uso das estatísticas.

Recolher, analisar e divulgar dados desagregados por sexo, são funções do Instituto Nacional de Estatística (INE), assim como contribuir para a elaboração de estudos que evidenciem as desigualdades sociais de género. Paulatinamente, o Instituto tem vindo a incluir o sexo nas suas operações, e o género na sua análise.

As questões de Género - Uma leitura com base no Recenseamento Geral da População e Habitação 2010, é um volume temático que recolhe um manancial de informações que possibilitam um olhar holístico da situação das mulheres e homens em Cabo Verde. Esta publicação, para além da introdução, das conclusões gerais e dos anexos estrutura-se em cinco capítulos:

O primeiro capítulo apresenta os elementos conceptuais sobre a diferença da dimensão quantitativa fornecida pelos dados desagregados por sexo e a utilização do conceito de género como categoria de análise das informações. Inclui ainda elementos sobre o estado dos esforços da transversalização da abordagem de género e da produção e divulgação de estatísticas de género.

O segundo capítulo aborda as considerações metodológicas e o apuramento e as diferenças entre efectivos.

O terceiro capítulo analisa a dinâmica da população, com enfoque nas tendências gerais da evolução e na estrutura etária da população, na sua relação com a fecundidade, a natalidade, a esperança de vida e a mortalidade. Faz parte ainda deste capítulo a distribuição da população por ilhas e concelhos, o estado civil da população e as migrações.

O quarto capítulo aborda os níveis educacionais e de formação das mulheres e dos homens e o quarto abrange questões ligadas a actividade económica, o principal meio de vida das mulheres e dos homens, a situação perante a actividade económica, as causas declaradas

de inactividade, o desemprego, os ramos de actividade, as profissões e a situação na profissão.

O quinto capítulo analisa a situação dos agregados familiares, o tamanho e tipologia dos mesmos, o estado civil dos representantes, a coabitação das crianças e adolescentes com o pai e/ ou a mãe no agregado familiar, a orfandade, e o nível de conforto dos agregados familiares.

CAPÍTULO I: CONTEXTO

1.1. Âmbito internacional

Nascemos do sexo feminino ou masculino da espécie humana, e essa condição biológica vai agir como um elemento regulador das nossas vidas. De acordo com o sexo somos educados e nos são destinados diferentes papéis e funções na sociedade, por conseguinte aprendemos como devemos comportar-nos, agir e relacionar. Como resultado, as diferenças biológicas se transformam, por via da educação, em desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Sendo os papéis, as funções e os valores sobre o que significa pertencer ao sexo masculino

“a partir da existência de dois sexos, cada sociedade constrói regras e percursos mais ou menos obrigatórios, que regulam os destinos individuais dos pertencentes aos dois sexos e às relações entre si. Ao mesmo tempo elabora modelos de interpretação da realidade que atribuem valores e significados diversos, e geralmente desiguais, das experiências e actividades atribuídas aos dois sexos”. (Sarraceno e Naldini, 2003: 92).

ou feminino resultado do processo de aprendizagem social, e também influenciada por factores sócioeconómicos tais como o estatuto social e a raça, a condição das mulheres e dos homens varia de sociedade para sociedade e de uma época para outra. No caso da civilização europeia, até meados do século XX, os homens eram considerados chefes de família, e além de exercerem a autoridade no âmbito familiar, deviam garantir a protecção e o sustento desta, enquanto as actividades das mulheres estava circunscrita ao espaço doméstico, ao cuidado e gestão da casa e a educação das crianças. Contudo, na Europa havia muitas mulheres que trabalhavam, por exemplo, na agricultura, nas fábricas mas geralmente essas mulheres pertenciam aos estratos sociais mais baixos e a sua participação na economia produtiva não era reconhecido socialmente.

A economia produtiva, se refere as actividades humanas mediante as quais se produzem bens e serviços para o mercado.

A economia reprodutiva integra aquelas actividades organizadoras das condições de vida e é a base imprescindível para que o resto da estrutura socioeconómica funcione.

Eram e continuam sendo as mulheres as que mais realizam o conjunto de trabalhos e actividades que regeneram o quotidiano e as gerações, que garantem o bem-estar físico e emocional das pessoas - a higiene dos espaços e bens domésticos, o cuidado dos corpos, a educação, a manutenção das relações sociais e o apoio psicológico aos integrantes da família.

Em Cabo Verde a tradição europeia foi vivenciada apenas por uma parcela da população. Até a abolição da escravatura (1879), enquanto as actividades da maioria das mulheres brancas ou livres centravam-se no âmbito doméstico (manutenção e administração do lar), as das mulheres escravas centravam-se no desenvolvimento de actividades economicamente produtivas – ou seja uma elevada proporção das mulheres, desde o início do povoamento e ocupação das ilhas tiveram uma participação activa tanto na economia reprodutiva, como na economia produtiva. A sua condição de escravas impunha ainda que o “fruto do seu ventre” fosse controlado, administrado e comercializado pelo senhor de escravos, constituindo o seu próprio corpo uma reserva produtiva. Paralelamente, os homens escravos tinham um estatuto social, completamente diferenciado dos homens brancos ou livres: eles eram considerados uma peça de trabalho, sem direito a prole ou família reconhecida e sem o estatuto de provedores e conseqüentemente sem autoridade familiar.

Na Europa, durante a II Guerra Mundial (1939-1945) e depois desta, os papéis de cada sexo transformaram-se consideravelmente: os homens partiram para os campos de batalha e as mulheres de todos os sectores sociais substituíram estes na casa, no trabalho e fora desta. O facto levou a profundas mudanças na forma de encarar o relacionamento entre mulheres e homens, dando lugar posteriormente para que no campo da pesquisa social desencadear-se um intenso processo de reflexão sobre as causas das desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso aos serviços básicos, tais como a saúde e a educação, na participação no trabalho remunerado e na participação no exercício do poder.

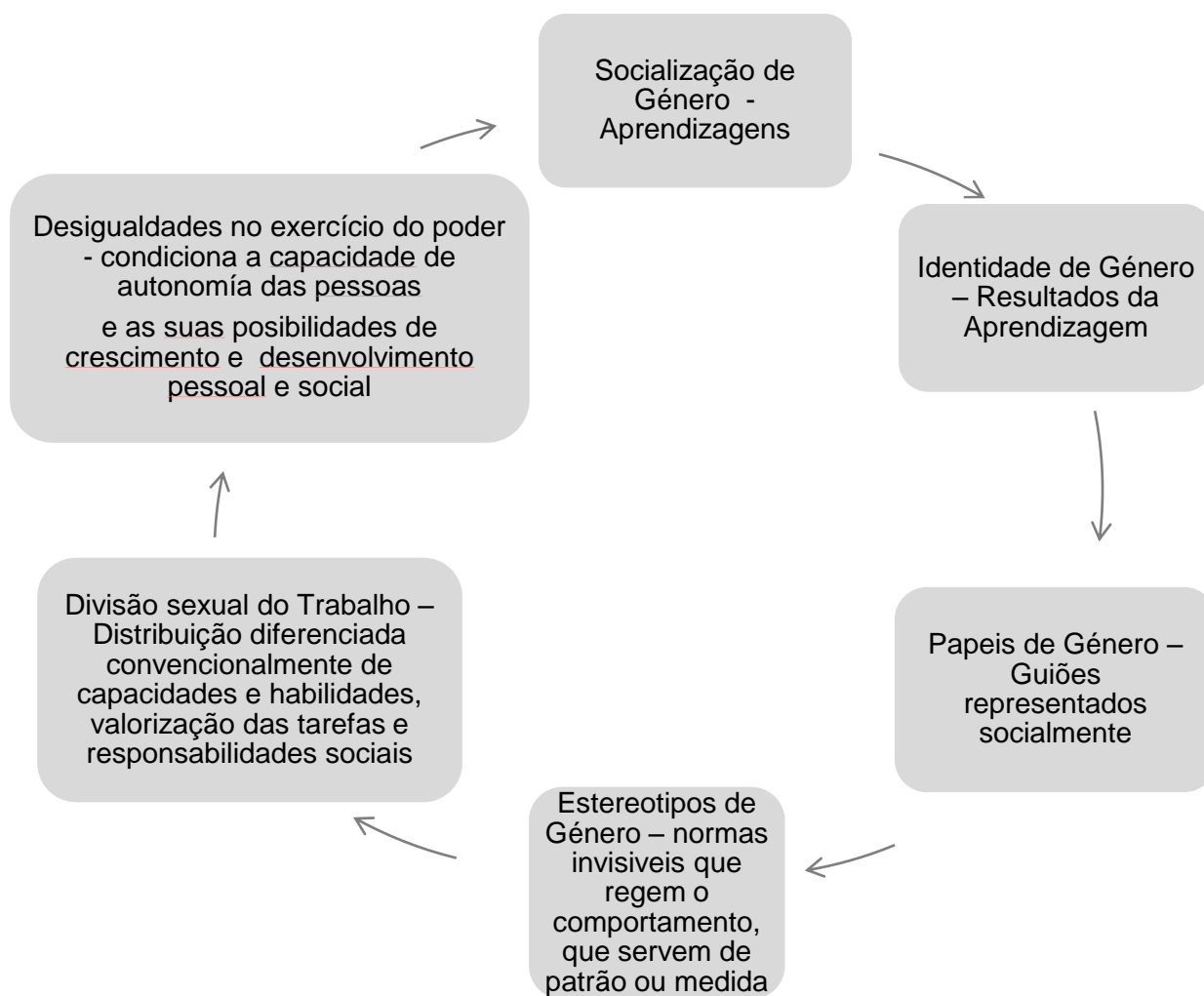
No ano de 1975 impulsionado pelo movimento feminista, realizou-se em México, a 1ª Conferência Internacional das Mulheres, tendo sido o período de 1975-1985 declarado pelas Nações Unidas a “Década das Mulheres”. O centro da acção era a integração das mulheres nos processos de desenvolvimento e para atingir esse objectivo foram implementados programas de alfabetização, de planeamento familiar, da saúde da mulher e da criança e de promoção do emprego feminino.

O conceito teórico que analisa os papéis sociais, e as relações de poder entre mulheres e homens é o conceito de género¹. Este conceito se desenvolveu quando pesquisadoras sociais iniciaram um processo de desnaturalização dos papéis de mulheres e homens, do

¹ O termo género foi desenvolvido pelas feministas americanas (na década do 70) para dar visibilidade à qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos sexo ou diferença sexual. Conceptualmente permite romper com a visão dicotómica da realidade social, onde o elemento caracterizador é, homens dominantes - mulheres dominadas fazendo emergir os elementos explicativos para uma realidade social que se afigura muito complexa (...). O conceito sublinha o aspecto relacional das definições normativas de feminidade, introduzindo uma nova perspectiva analítica que marcou desde o ponto de vista epistemológico uma mudança muito importante no discurso, no enfoque e nas metodologias de intervenção económica e social. (SCOTT Joan. Género. Uma categoria útil para a análise histórica. https://ia700308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf. Acessado a 15/03/10).

questionamento sobre as desigualdades sociais que as diferenças biológicas baseadas no sexo provoca, e que são perpetuadas pelas instâncias de socialização - família, escola, igrejas, meios de comunicação.

Figura 1. Instâncias e mecanismos de reprodução e perpetuação das relações de género



Fonte: "Género y Salud. Una introducción para tomadores de decisiones". Centro Nacional de Salud Reprodutiva. 2005. D. F. México

Foi no âmbito da preparação e realização da conferência sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994), que se iniciou a nível mundial, um processo de ampla disseminação do conceito de género. A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), imprimiu um grande impulso ao então recém-iniciado processo de divulgação desse conceito e de outros a ele associados, tais como empoderamento das mulheres²,

² O conceito de empoderamento das mulheres está vinculado a promoção de mudanças na sociedade para que as mulheres tomem consciência de como as relações de poder influenciam nas suas vidas e ganhem confiança para optar e decidir sobre as mesmas.

patriarcado³ e androcentrismo⁴. Impulsionou a utilização de novas categorias de análise social e a adopção de novas estratégias de intervenção a nível de políticas públicas.

A eliminação das desigualdades entre mulheres e homens passou a ser considerada uma questão de direitos humanos e não apenas um problema socioeconómico. Desde 2000, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres constitui um Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A partir de 2005, os indicadores de género passaram a integrar os indicadores de Desenvolvimento Humano. Desde então aumentou o número de países que adoptaram o enfoque de género no desenho e implementação das políticas públicas.

1.2. Políticas de promoção da igualdade de género em Cabo Verde

1.2.1. O quadro jurídico-legal

A preocupação com a igualdade e a democratização das relações entre mulheres e homens foi objecto de tratamento em Cabo Verde desde a independência. As modificações introduzidas no quadro legal tiveram um grande impacto na melhoria do estatuto das mulheres. Em 1980, a primeira Constituição da República⁵, absorveu, o princípio de igualdade segundo o qual "todos os homens são iguais", explicitando que "homens e mulheres são iguais perante a lei"⁶, consagrando assim a igualdade entre os sexos como valor absoluto. Em Dezembro desse ano, Cabo Verde tornou-se (ICIEG, 2007), "um dos primeiros 21 países a ratificar o principal instrumento internacional relativo aos direitos das mulheres, conhecido como Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres"⁷.

³ É um aspecto teórico central do enfoque de género. Refere-se ao sistema ordenado hierarquicamente onde a figura do pai é a que possui maior relevância e autoridade moral. Aparece como uma ideologia destinada a assegurar a distribuição e herança da propriedade do património, perpetuando a linhagem familiar. Caracteriza-se pela exclusão e dominação das mulheres. Uma ideia central é a atribuição de relevância social diferenciada em função do sexo, onde o masculino é identificado com todo o positivo e o feminino como todo o negativo. Valora a monogamia, a heterossexualidade. Organiza a reprodução da espécie, a sexualidade, os comportamentos e normas, a educação e um conjunto de construções culturais ligadas ao poder, sob uma óptica comum de controlo masculino da propriedade, dos recursos e de reprodução cultural e política (Jaime Breihl: El género entrefuego: inequidad y esperanza Ceas, Quito, 1996: 90).

⁴ Conjunto de valores "masculinos" como modelo a imitar, o homem como centro do universo.

⁵ Aprovada em 05/09/80 e divulgada a 07/10/1980. Constituição da República de Cabo Verde (1980). Artigo 22º "Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultura crença religiosa ou convicção filosófica.

⁶ Constituição da República de Cabo Verde (1980) Artigo 23º "O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os planos da vida política, económica, social e cultural".

⁷ ICIEG (2007) Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. A Convenção constitui uma referência internacional e um instrumento de trabalho especial das Nações Unidas, porque (i) constitui um instrumento legal de promoção dos direitos humanos das mulheres; (ii) é uma agenda vinculativa dos Estados - Parte para o desenvolvimento de acções que garantam a igualdade efectiva entre mulheres e homens; (iii) possibilita a monitorização e avaliação do desempenho dos Estados-

A Constituição de 1992 estipulou entre os princípios fundamentais “o reconhecimento da inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana”, ratificou a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e estipulou que “é uma tarefa do estado a remoção dos obstáculos culturais, sociais, e económicos e políticos que impedem a igualdade entre o homem e a mulher” (Artigo 7º). Nela reflecte-se uma evolução da compreensão do conteúdo da igualdade, passando a mesma a significar também reconhecimento e proibição da discriminação.

“Dentre as reformas destaca-se a aprovação, em 1976, de vários diplomas legais, designadamente o Decreto – Lei nº 9/76, de 3 de Julho, relativo ao casamento e o Decreto-Lei nº 84/76, de 25 de Setembro, relativo à filiação (...) Estabeleceram “o princípio de plena igualdade entre o homem e a mulher; do direito ao divórcio; da plena igualdade entre os chamados filhos legítimos e ilegítimos e a correlativa extinção da discriminação legal e patrimonial destes, a institucionalização da união de facto; da plena validade do casamento civil em detrimento do casamento religioso, etc”. Almada C. Hopffer J.L. (2008: 28).

A revisão constitucional de 1999 aprofundou a abordagem da não discriminação da mulher ao limitar à liberdade de expressão e informação ao dever de não fazer a apologia da discriminação a esta (Artigo 47º); incentivou a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política (Artigo 54º) e criminalizou, nos direitos da família, a violência doméstica contra a mulher (Artigo 81º). Ainda nesse ano, o Código Eleitoral estabeleceu que as listas propostas às eleições deviam conter uma representação equilibrada entre os sexos. Estabeleceu que seriam premiados por subvenção eleitoral do Estado, os partidos, coligações ou grupos de cidadãos, cujas listas fizessem eleger a nível nacional e municipal pelo menos 25% de candidatos do sexo feminino⁸. O restante quadro jurídico nacional - Código Penal, o Código Laboral e o Livro da Família reconhecem a igualdade entre homens e mulheres, e desde 2007, vários diplomas legais têm consagrado directamente medidas que contribuem para a eliminação da discriminação contra a mulher, especialmente nas áreas de oportunidades económicas, direito ao trabalho, segurança social, saúde, voluntariado e habitação.

Com a revisão constitucional de 2010 absorveu os princípios da anterior constituição e eliminou alguns estereótipos sexistas na linguagem, ao proceder à substituição do masculino “homens” ao referir-se a homens e mulheres, por “pessoa humana”, assim como

Parte no cumprimento do estipulado pela Convenção, mediante a apresentação de relatórios periódicos perante o Comité da CEDAW e a respectiva apreciação dos mesmos.

⁸ A representatividade das mulheres ainda é baixa: no Parlamento situa-se nos 20,8%, e a nível autárquico em 22%. No caso do poder legislativo a representatividade tem oscilado, mas desde 2008 mantém a paridade.

a substituição do termo “direito do homem” por “direitos humanos”⁹. De referir que para além das modificações referidas, o texto constitucional mantém a tradição linguística de utilizar o género gramatical masculino, como se o mesmo fosse inclusivo para homens e mulheres, pelo que podemos considerar que reproduz os estereótipos de género na linguagem.

Na esteira da nova constituição, foram aprovados vários regulamentos que reforçam o princípio de promoção da igualdade de género e da não discriminação, entre os quais se destaca a Lei 70/VII/2010 de 16 de Agosto, que regula o sector da comunicação social e da actividade do jornalismo, e assume em seu artigo 6º, c) como um dever da comunicação social, o de “*não fazer referências discriminatórias sobre raça, religião, sexo, preferências sexuais, doenças, convicções políticas e condição social*”, materializando uma das recomendações do ICIEG de não discriminação em função da orientação sexual.

A 11 de Março de 2011 entrou em vigor a lei especial contra a Violência Baseada no Género - VBG (Lei 84/VII/2011), a qual está alinhada com as recomendações internacionais ao abordar esta violência nas suas múltiplas manifestações. Reconhece que a sua erradicação depende de uma abordagem multidisciplinar, intersectorial e integrada. Estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género e consagra em seu artigo 1º, nº 1, que um dos seus objectos é a “*regulação das medidas para efectivação do princípio da igualdade de género*. Estipula também a *adopção de medidas educativas que fomentem a igualdade de género e eliminem os estereótipos sexistas ou discriminatórios, salvaguardando o respeito pelos direitos fundamentais*”.

⁹ A título de exemplo citamos a redacção do artigo 1º da Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio: Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça.

1.2.2. O quadro institucional

Em Cabo Verde, geralmente ao abordar a história do processo que levou a independência nacional, o papel principal é atribuído a figuras masculinas. No entanto, pesquisas recentes mostram que as mulheres tiveram uma participação activa, tanto na clandestinidade como na luta armada. Também, assinalam que a preocupação com a igualdade entre mulheres e homens e a importância da participação de ambos nos processos de tomada de decisões constituía uma das linhas de acção de Amílcar Cabral (ICIEG, 2005, pág. 32) o qual deu orientações para que: *“as mulheres formassem parte dos Comitês de Tabanka das zonas libertadas - se o Comité tinha 5 membros, 2 tinham que ser mulheres; se estava constituído por 3 membros, 1 era mulher (...)”*¹⁰.

Nas décadas de 70/80, apesar da inexpressiva representação directa no exercício do poder político, as mulheres (muitas delas participantes activas do processo independentista) tiveram um papel decisivo na introdução na agenda pública de medidas para a integração das mulheres no processo de desenvolvimento, obtendo importantes resultados a nível de implementação dum quadro jurídico-legal baseado no reconhecimento da igualdade de direitos entre mulheres e homens, assim como na melhoria do acesso das raparigas e mulheres à educação e aos serviços de saúde. Na década de 90, foi criado o Instituto Cabo-verdiano da Condição Feminina - ICCF (1994), com a missão de *“promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a efectiva e visível participação das mulheres em todos os domínios da vida social, económica e política do país”*¹¹.

Em 2004, durante o processo de elaboração do Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIEG), desenvolveu-se um intenso debate sobre as implicações da utilização do conceito de género como categoria de análise social e como enfoque teórico metodológico no desenho e implementação das políticas públicas. Esse processo levou, entre outros resultados, a que o ICCF passara a ser denominado Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade de Género – ICIEG (2006), significando a mudança de denominação que o seu âmbito de trabalho incidiria, tanto na melhoria do estado material das mulheres (pobreza, carga de trabalho, educação, saúde), como na mudança da posição social, política e económica das mulheres com respeito aos homens, e ao tratamento das questões ligadas a construção da identidade masculina. Em 2010, produto da parceria entre o ICIEG, a Universidade de Cabo Verde e as Nações Unidas, foi criado o Centro de Investigação e Formação sobre Género e Família (CIGEF), o qual conjuga a pesquisa académica, a intervenção pública e a acção social. Dentre a sua proposta, destaca-se a dinamização da

¹⁰ ICIEG (2005) Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género. Tipografia Santos. Praia.













¹¹ Decreto Regulamentar nº 5/2003. Aprova os Estatutos do Instituto da Condição Feminina. BO Número 27- I Serie, Agosto de 2003.

investigação, a formação, a informação e o intercâmbio de conhecimentos. Ainda pretende “contribuir para a formação de investigadores, designadamente de docentes no quadro da sua carreira académica; colaborar com estabelecimentos do ensino superior em cursos de pós-graduação e actualização científica, apoiar o intercâmbio com instituições congéneres e da sociedade civil; divulgar os resultados de investigações; e prestar colaboração e serviços à comunidade no âmbito das suas competências e objectivos”¹².

1.2.3. Os esforços na transversalização da abordagem de género e a produção de informações estatísticas

A transversalização de género foi definida no Relatório do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC-1997) como “a avaliação das implicações para mulheres e homens de toda acção planificada, incluindo a legislação e políticas e programas, em todas as áreas e a todos os níveis”. Significa que as expectativas, experiências e necessidades de homens e mulheres sejam integralmente tomadas em consideração no desenho, implementação, supervisão e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, económicas e sociais e em todos os níveis (macro – políticas e programas; meso - instituições e micro – comunidades, agregados familiares, pessoas).

Figura 2. Transversalidade da abordagem de género

SECTORES	ÂMBITO		
	Desenho das políticas	Afectação dos recursos	Práticas culturais e institucionais
Educação			
Saúde			
Trabalho e Emprego			
Turismo			

É apontada como uma estratégia que permite que as desigualdades não sejam reproduzidas e perpetuadas, que mulheres e homens possam beneficiar-se igualmente e que a igualdade de género seja atingida. Para implementar esta perspectiva, é necessário que as decisões sejam tomadas com base nas necessidades específicas de raparigas, rapazes, mulheres e homens, respeito a cada um dos aspectos a tratar, pelo que a

¹² Centro de Investigação de Género e Família, da Universidade de Cabo Verde. Plano Estratégico do CIGEF 2010-2012. Documento não publicado.

produção de dados estatísticos desagregados por sexo, grupo etário e zona de residência é uma premissa incontornável.

Quadro 1: Sexo e Género como variáveis de análise

CONCEITO	CATEGORIA DE ANÁLISE	UTILIDADE
Sexo	Para quantificar	É uma variável demográfica. Mostra-nos o número ou proporção de pessoas do sexo masculino e feminino, com respeito ao total da população em detrimento do universo estatístico. Permite identificar as diferenças (brechas ou fossos), da situação de um sexo em relação ao outro.
Género	Para interpretar	É um instrumento analítico que apela ao social e ao cultural, que introduz no campo das Ciências Sociais a noção da distinção entre o 'biológico' e o 'social'. Permite explicar a realidade tendo em conta a situação e a posição das raparigas/rapazes, mulheres/homens nos diferentes âmbitos e ciclos de vida.

Fonte: Guia Orientadora para a introdução da perspectiva de género em investigações e estudos quantitativos e qualitativos de qualquer ordem, Red Violeta - Cooperação Macronésia: Canárias, Açores e Madeira ¹³

A análise dos dados permite detectar os fossos, brechas ou diferenças existentes, procurar os factores que estão na base das mesmas e dar visibilidade as iniquidades de género, que são desigualdades necessárias e evitáveis. A transversalização da abordagem de género é referida como um elemento nuclear do programa do governo da actual legislatura (2011-2016), mas está ainda longe de se materializar.

No geral, os fossos ou brechas quantitativas são manifestações de desigualdades sociais a nível de acesso aos serviços, e controlo dos recursos e benefícios. A adopção de metodologias de intervenção pública com base em análises de género, possibilita a eliminação de situações de desigualdade e longe de duplicar o trabalho ou levar ao aumento dos recursos, permite uma utilização mais racional e eficaz dos mesmos, porque o desenho das acções toma como referencia as necessidades e as expectativas específicas do público-alvo. Esta abordagem permite as medidas desenhadas e o funcionamento dos serviços seja organizado em função das necessidades dos utentes.

“ (...) Os resultados indicaram que em Cabo Verde cerca de 17% das mulheres foi confrontada com actos de violência física, 14% sofreu violência emocional e 4% foi submetida a violência sexual perpetrada pelo marido ou companheiro. Cerca de uma mulher em cada cinco foi vítima de uma das formas de violência” (INE, IDRS II 2005: 198).

“A violência conjugal é frequentemente associada a comportamentos de dominação do marido/companheiro para controlar diversos aspectos da vida da mulher” (INE, IDRS II:2005).

¹³ <http://www.intersindicalcanaria.com/Mujer>

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é o órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, revestindo a natureza de autoridade tecnicamente independente dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos dos respectivos estatutos. Este tem por objecto o exercício de funções de concepção, recolha, processamento, apuramento, análise, difusão e coordenação de dados estatísticos oficiais que interessem ao País. Entre as operações que realiza, encontra-se o Recenseamento Geral da População e Habitação, Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, assim, como produz indicadores de bem-estar e de medição da pobreza. Elabora os indicadores macroeconómicos e as contas nacionais.

O INE, em articulação com o ICIEG, tem vindo a realizar importantes esforços na produção de informações “*para dar visibilidade às diferentes situações que mulheres e homens manifestam nas esferas da sociedade - económica, cultural e política (Milosavljevic, 2008) ”*. Desde 1998, vem recolhendo sistemática e periodicamente os dados demográficos e sócio – demográficos incorporando uma abordagem do género.

Um dos exercícios mais importantes, constituiu na inclusão no Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (IDSR II, 2005) de um Módulo sobre a violência contra as mulheres e a violência conjugal.

“A integração da abordagem género em Cabo Verde tem sido um desafio face às percepções socioculturais ainda subsistentes na sociedade e que muitas vezes constituem entrave ao desenvolvimento, formulação e implementação de políticas.

Entre os constrangimentos específicos existentes destacam-se a: (i) insuficiente transversalização da abordagem de género nos instrumentos de planificação e de seguimento avaliação das políticas, (ii) desequilíbrio no exercício o poder, tanto nos espaços públicos como privados, (iii), fraca representatividade das mulheres nos cargos de direcção e da vida política nacional, (iv) desnível em termos de rendimentos e oportunidades de inserção na economia, (v) acesso limitado à formação técnico profissional, (v) e alta incidência da violência baseada no género.

(DECRP II, 2008:33)

A informação obtida, além de tornar público um assunto até essa altura tabu e desvendar os mecanismos de controlo dos homens sobre as mulheres, permitiu a elaboração do Plano Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género (2008-2011), pelo que pode-se afirmar que as estatísticas de género têm constituído o principal suporte para a elaboração dos instrumentos de planificação do ICIEG, assim como para a avaliação dos seus resultados.

Em 2008, o INE, em parceria com o ICIEG e a ONU Mulheres divulgou a primeira publicação “Mulheres e Homens em Cabo Verde – Factos e Números”.

No entanto, ainda subsistem sérias limitações na divulgação dos dados estatísticos desagregados por sexo, entre as que se destacam o estado das informações publicadas no *site* da instituição, tais como indicadores do país e estatísticas por temas - que com excepção das relacionadas com os temas emprego, e de algumas do temas educação aparecem agregadas.

A capitalização pelo ICIEG da produção pelo INE de dados desagregados por sexo, não é extensiva aos restantes exercícios de planificação do país. Geralmente, os instrumentos de planificação nacionais e sectoriais não incluem dados desagregados por sexo, ou quando os incluem não fazem as análises correspondentes, pelo que as estratégias e medidas propostas são “cegas ao género”, não se traduzindo no desenho de intervenções específicas tendentes à redução das iniquidades de género.

Em matéria de transversalização da abordagem de género e de promoção da igualdade, ainda há muito a se fazer, pois as mudanças culturais requerem engajamento, tempo e persistência. Cabo Verde é um país com uma situação que pode favorecer a acção - as altas taxas de frequência escolar representam uma oportunidade única para que a educação seja efectivamente um instrumento de educação para a igualdade de género. Também a dinâmica da sociedade, com uma cultura aberta a mudanças, permite a discussão de novos valores e a aceitação de paradigmas de relacionamentos sociais, mais equilibrados e justos.

CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A presente publicação analisa a situação das mulheres e homens em Cabo Verde, tendo como suporte os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2010. A temática de género é transversal, assim, na presente publicação serão analisadas as seguintes áreas: a população; as migrações; a educação; a situação económica da população; e a situação dos agregados familiares.

Nos textos, sempre que a temática o justifica, além de proceder a descrição da informação estatística, são analisados os conceitos utilizados. Com o intuito de se analisar a evolução, para além dos dados do RGPH 2010, são igualmente utilizados os dados do RGPH 1990 e 2000. De referir que em alguns temas foram referenciados dados administrativos em nota de rodapé para melhor ilustrar a situação, nomeadamente ao abordar a esperança de vida e os movimentos migratórios.

Os quadros e gráficos apresentam números absolutos e/ ou percentagens. Em alguns deles foi calculada a Relação de Feminilidade (RF) com a intenção de destacar a diferença entre a situação da população feminina e a situação da população masculina.

A temática da incapacidade, que é uma das inovações trazidas pelo RGPH 2010 nesta publicação, não aparece como um capítulo, mas sim de uma forma transversal, dando-lhe visibilidade na sua relação com o nível de instrução, e com a actividade económica. De assinalar que uma outra leitura muito pertinente, quando se abordam questões de desigualdade como é o caso da abordagem por meio de residência é aqui apenas focada no capítulo referente a dinâmica da população. As questões sobre a adolescência e a juventude são mais evidenciadas, especialmente na distribuição da população, na educação e na actividade económica.

No tratamento da situação económica da população, metodologicamente, optou-se por utilizar como referência a população da faixa etária dos 15-64 anos, ou seja a população que tradicionalmente é considerada em idade activa. Isto pode gerar diferenças em relação às outras publicações do RGPH 2010, se eventualmente optarem por apresentar a situação económica para toda a população com 15 anos e mais. Neste caso, estabelece-se, também, a relação entre a situação de transição demográfica do país e a necessidade de aproveitamento da situação para evitar a reprodução da pobreza.

A informação sobre os agregados familiares está estruturada em duas grandes categorias que tomam como referência principal a relação de conjugalidade da pessoa que representa

o agregado: agregados biparentais e agregados não biparentais. A categoria dos agregados biparentais integra biparentais isolados, e biparentais nucleares e compósitos. A categoria dos agregados não biparentais inclui os unipessoais, os monoparentais (nucleares e compósitos) e os agregados sem relação de parentesco. Na abordagem da monoparentalidade, parte-se da apresentação do conceito e numa tentativa de clarificar as informações a este respeito e melhor dimensionar a situação, onde se procede a distinção entre a tipologia do agregado e o estado civil da pessoa que representa o agregado. Também, refere-se o facto de na abordagem do estado civil da população, tradicionalmente o INE ter considerado como pessoa solteira alguém que não vive, nem nunca viveu em união e que quando se refere a união de facto não se refere ao estatuto jurídico da união de facto e sim a coabitação, independentemente do tempo desta.

Ao abordar a situação da convivência das crianças com a mãe ou o pai e a orfandade, optou-se por vincular a situação às normas e papéis tradicionais de género em vigor e a centralidade das figuras femininas no cuidado das crianças.

2.1. Conceitos e definições

Agregado familiar

É um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo tecto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e/ou vestuário.

Tamanho do Agregado familiar

O tamanho do agregado familiar designa o número de membros do mesmo, ou seja, o número de pessoas que no momento censitário (refere-se às 00 horas do dia 16 de Junho de 2010) foi registado como residentes em cada agregado familiar.

Tipologia do Agregado familiar

A tipologia do agregado é uma variável derivada calculada com base nas relações de parentesco dos membros com o representante do agregado familiar. A tipologia do agregado familiar agrupa-se em agregados biparentais e agregados não biparentais.

Agregados biparentais

São agregados constituído pelo representante, pelo respectivo cônjuge e ou outros membros com ou sem relação de parentesco. Dentro dos agregados biparentais destacam-se as seguintes sub-tipologias (que se encontram na base de dados censo 2010):

- **Biparental isolado** – agregados constituídos somente pelo representante (que pode ser homem ou mulher) e o seu respectivo cônjuge ou parceiro (mulher ou marido)
- **Biparentais nucleares** – agregado constituído pelo representante, o respectivo cônjuge, e os filhos e/ou enteados (caso 1: representante, cônjuge e filho (s); caso 2: representante, cônjuge ou enteado (s) (que é filho ou filha só de um dos cônjuges); caso 3: representante, cônjuge, filho (s) e enteado (s)).
- **Biparentais compósitos** – agregado constituído simultaneamente pelo representante, o respectivo cônjuge, e os filhos e/ou enteados (**biparentais nucleares**), mas devem ter obrigatoriamente algum outro indivíduo com ou sem parentesco com o representante: outro parentesco; outro sem parentesco.

Agregados não biparentais

Agregados sem a presença do cônjuge. Dentro dos agregados não biparentais destacam-se as seguintes sub-tipologias:

- **Agregados unipessoais**: agregados constituídos por um só indivíduo que necessariamente é o representante
- **Monoparental nuclear** – agregado constituído somente pelo representante e filhos e/ou enteados (caso 1: representante e filho (s); caso 2: representante e enteado (s); caso 3: representante filho (os) e enteado (os)
- **Monoparental compósito** – agregado constituído simultaneamente pelo representante, filhos e/ou enteados e devem ter obrigatoriamente algum outro indivíduo com ou sem parentesco com o representante: outro parentesco ou outro sem parentesco.
- **Agregados sem relação de parentesco** – agregados em que o representante não tem relação de parentesco com os demais membros.

Representante do agregado familiar

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros. Em cada agregado familiar o representante é uma pessoa aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista.

Alojamento

Alojamento é todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação e que no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins. Existem casos de construções que embora não tendo sido construídos para fins habitacionais, estão ou são utilizados como alojamento. Por distinto e independente entende-se o seguinte:

Distinto - significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente - significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento.

Relação de Feminilidade

É o quociente entre os efectivos populacionais do sexo feminino e os do sexo masculino. Geralmente é expressa por 100 homens.

Fórmula de cálculo: $RF = (F \div M) \times 100$, em que

F: população do sexo feminino;

M: população do sexo masculino

Taxa de mortalidade específica

É a relação entre óbitos e a população de uma determinada idade ou faixa etária.

População Empregada

População com 15 ou mais anos que, na semana de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- Tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração, ou com vista a um benefício, ou ganho familiar em dinheiro, ou em géneros;
- Tinha um trabalho e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu trabalho;
- Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

População Desempregada

Toda a população que no período de referência (últimos 7 dias) antes do momento censitário não trabalharam pelo menos uma hora.

- À procura do primeiro trabalho (indivíduo que nunca teve um trabalho e que está à procura de um trabalho).
- À procura de novo trabalho (indivíduo que já trabalhou ou que já teve um trabalho e que está à procura de um trabalho).
- A situação de desemprego será observada em sentido lato e em sentido restrito.

População Inactiva

Conjuntos de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, na semana de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados.

Na população inactiva incluem-se os seguintes grupos:

a) **Pessoas com menos de 15 anos;**

b) **Estudantes:** compreende os indivíduos com pelo menos 15 anos e que, na semana de referência, frequentavam qualquer tipo de ensino (incluindo curso de formação profissional

que não seja da responsabilidade de uma entidade empregadora), e que não exerciam uma profissão nem estavam desempregados;

c) **Domésticos**: inclui os indivíduos que não tendo trabalho, nem estando desempregados, na semana de referência, se ocuparam principalmente das tarefas domésticas nos seus próprios lares;

d) **Reformados, aposentados ou na reserva**: indivíduos que, não tendo trabalhado na semana de referência, recebem, por tal facto, uma pensão de reforma, aposentação, velhice ou reserva.

e) **Incapacitados permanentes para o trabalho**: indivíduos com 15 anos ou mais que, na semana de referência, não trabalharam por se encontrarem permanentemente incapacitados para trabalhar, quer recebam ou não pensão de invalidez;

f) **Outros inactivos**: engloba os inactivos, com 15 ou mais anos, que não podem ser classificados em qualquer das categorias anteriores.

2.2. Apuramentos vs. diferença entre efectivos

No âmbito do Censo 2010, fez-se um apuramento geral dos dados a fim de verificar a consistência e coerência interna com relação aos diferentes temas e fenómenos sujeitos à análise. Contudo, devido aos apuramentos específicos realizados pontualmente em cada tema, alguns efectivos totais podem não estar iguais em diferentes temas analisados. Dado a esta situação, pede-se alguma prudência e compressão caso isso venha a acontecer. Contudo, se eventualmente acontecer em alguns temas esta diferença será mínima que não afectará nem o nível, nem tendência e nem o perfil dos fenómenos analisados.

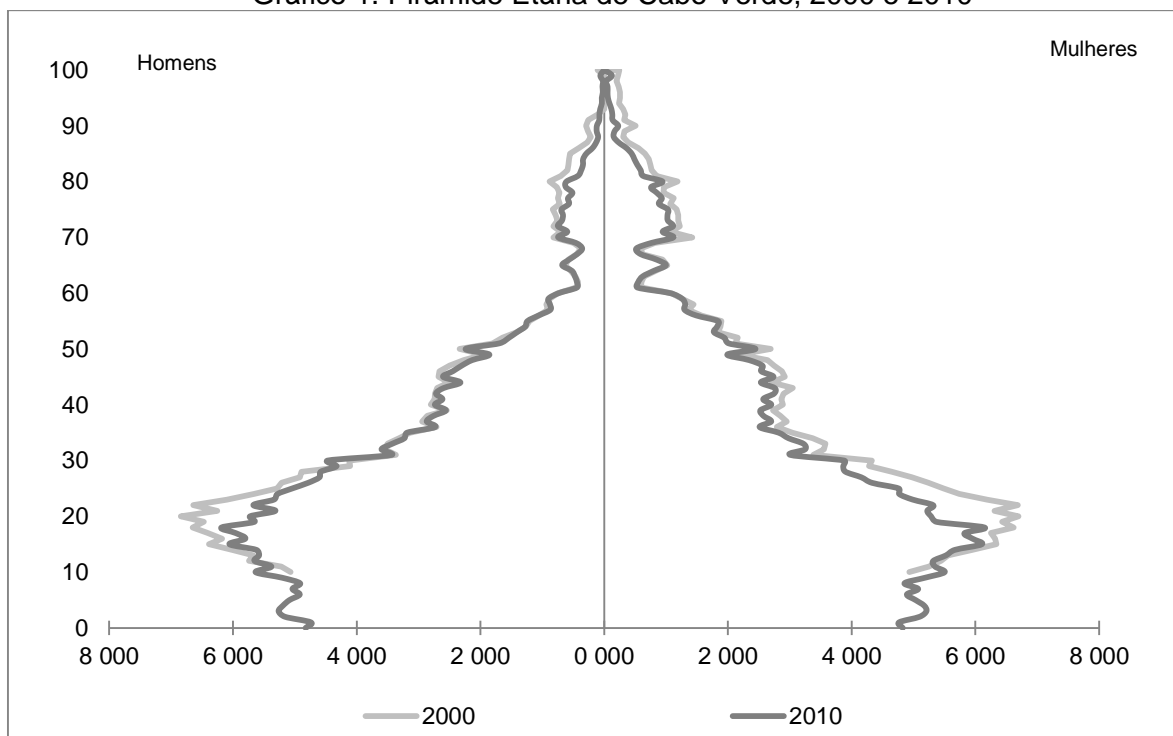
CAPÍTULO III: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Neste capítulo, analisa-se a estrutura segundo algumas dimensões importantes da composição da população, nomeadamente por sexo e idade, distribuição espacial, o estado civil, migrações a fim de ressaltar a diferença de género em cada uma dessas subestruturas. Analisa-se, também, a evolução da estrutura geral (por sexo e idade) de 1990 a 2010, a fim de evidenciar as grandes tendências populacionais: utilizando a pirâmide etária e os grupos clássicos da análise da estrutura da população (0-14, 15-64, 65 ou mais).

3.1. Estrutura etária geral da população

De acordo com os dados do censo 2010, a população de Cabo Verde caracteriza-se, ainda, por uma estrutura etária geral relativamente jovens: tendo uma pirâmide etária de base relativamente larga e topo relativamente estreito.

Gráfico 1. Pirâmide Etária de Cabo Verde, 2000 e 2010



Contudo, verifica-se uma tendência para o estreitamento da base da pirâmide devido sobretudo a uma redução contínua da fecundidade nos últimos anos. A queda da taxa de natalidade, devido à diminuição do número de filhos por mulher (Índice Sintético de Fecundidade - ISF), aparece associada à melhoria das condições materiais de vida, nomeadamente de acesso à educação, à informação e a serviços de planificação familiar e a utilização de contraceptivos, que permitem o exercício da liberdade de escolha sobre o número de crianças que cada pessoa quer ter, mas sobretudo com as profundas mudanças nas relações e representações de género, tanto no que se refere ao papel social atribuído às mulheres, como ao aumento da autonomia física destas, ou seja do poder de decisão sobre o corpo.

De acordo com Diniz (2008:3) “a regulação da fecundidade ocorre num quadro de aumento da sobrevivência e de avanço do bem-estar. Baixas taxas de natalidade não vieram em função da escassez económica. Ao contrário, na maioria das vezes, não houve coacção dos meios de subsistência sobre os casais que decidiram reduzir o número de filhos. De modo geral, a queda da fecundidade ocorreu num ambiente de liberdade de escolha, começando pelas camadas mais afluentes da sociedade. A transição de altos a baixos níveis de natalidade e fecundidade envolve disposições racionais, sendo, ao mesmo tempo, fruto e pré-condição para o efectivo sucesso da modernidade”.

Na decorrência da queda da taxa de fecundidade e conseqüentemente da taxa de natalidade conjugado com o aumento da esperança de vida, verificam-se profundas mudanças na estrutura etária da população cabo-verdiana, materializadas na evolução do peso percentual dos diversos grupos de idade especialmente dos grupos etários 0-14 e 65 anos ou mais (enquanto o peso do primeiro diminui, o peso do segundo aumenta). Enquanto a diminuição do peso do grupo etário dos 0 aos 14 anos em relação ao total da população: de 42% em 2000, para 32% em 2010, está relacionada com a diminuição da taxa de natalidade, o aumento do peso da população com 65 anos ou mais: de 6,3%, em 2000 e 7,6%, em 2010, vincula-se ao aumento da esperança de vida. Ao mesmo tempo verifica-se ainda um aumento da relação e feminilidade ao longo da idade, devido particularmente à sobre mortalidade masculina.

Tabela 1. Distribuição da população (em efectivo) por grupos etários segundo sexo, Cabo Verde, 2010

GRUPO ETÁRIO	TOTAL	FEMININO	MASCULINO	PERCENTAGEM DO GRUPO ETÁRIO EM RELAÇÃO AO TOTAL	RF
CABO VERDE	491 683	248 280	243 403	100,0	102,0
0-4	50 558	25 217	25 341	10,3	99,5
5-9	50 208	25 040	25 168	10,2	99,5
10-14	55 225	27 361	27 864	11,2	98,2
15-19	59 060	29 405	29 655	12,0	99,2
20-24	52 905	25 578	27 327	10,8	93,6
25-29	44 341	21 005	23 336	9,0	90,0
30-34	34 504	16 339	18 165	7,0	89,9
35-39	27 236	13 130	14 106	5,5	93,1
40-44	26 291	13 303	12 988	5,3	102,4
45-49	23 512	12 165	11 347	4,8	107,2
50-54	18 161	9 999	8 162	3,7	122,5
55-59	12 143	7 196	4 947	2,5	145,5
60-64	6 193	3 580	2 613	1,3	137,0
65-69	6 215	3 716	2 499	1,3	148,7
70-74	8 666	5 229	3 437	1,8	152,1
75-79	7 433	4 453	2 980	1,5	149,4
80-84	5 277	3 185	2 092	1,1	152,2
85-89	2 185	1 358	827	0,4	164,2
90-94	1 073	696	377	0,2	184,6
95 +	497	325	172	0,1	189,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 2. Distribuição (%) da população por grandes grupos de estrutura, Cabo Verde, 2010

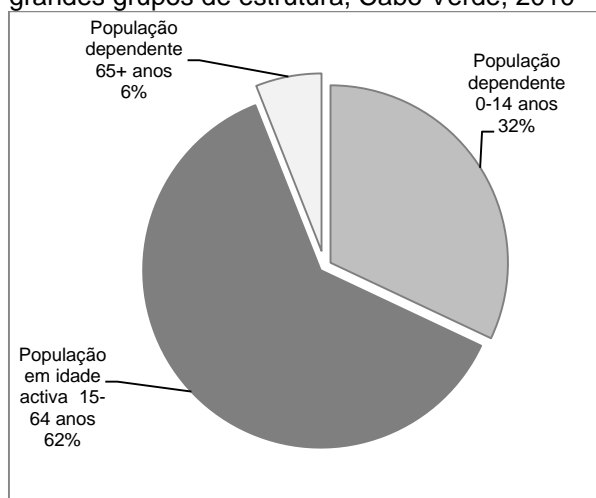
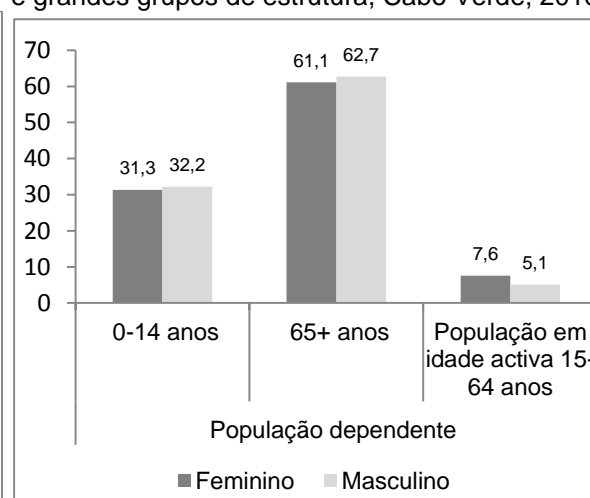


Gráfico 3. Distribuição (%) da população por sexo e grandes grupos de estrutura, Cabo Verde, 2010

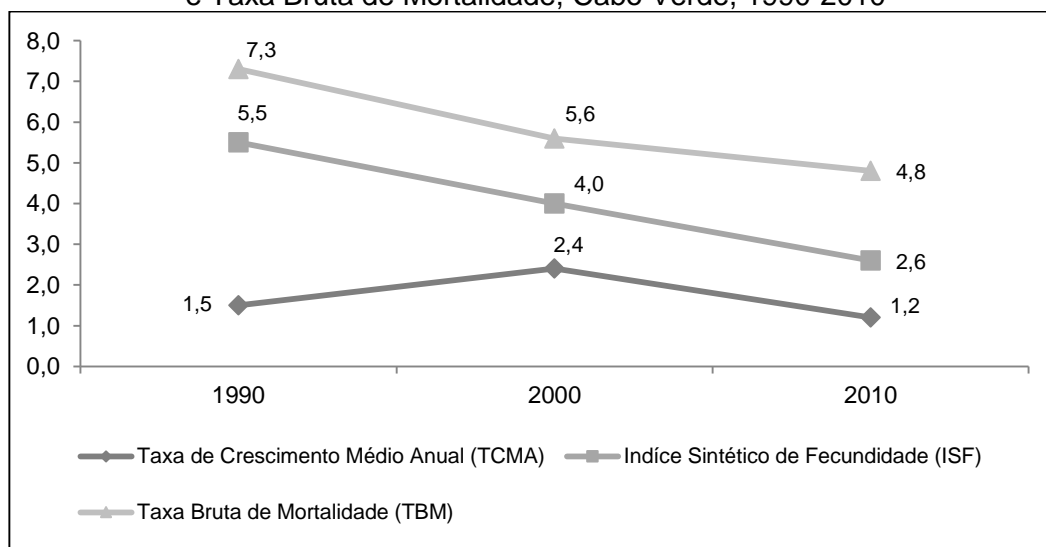


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Na literatura internacional considera-se que os países com uma pirâmide demográfica semelhante à de Cabo Verde encontram-se perante uma janela de oportunidade ou bónus demográfico, pois o peso da população dependente¹⁴ é pequeno e quase dois terços da população (cerca de 63 %) está em idade activa. Se a este facto demográfico se associarem as políticas sociais adequadas, o país poderá beneficiar-se, mas um factor indispensável é a manutenção e a melhoria do acesso universal à educação, à saúde e ao emprego “*para que a produção e a produtividade do trabalho possam impulsionar o desenvolvimento e garantir uma sociedade com níveis elevados de bem-estar* (Diniz, 2008:16)”.

A análise estrutura da população por outros grupos etários, por exemplo, verifica-se que de 0 aos 39 anos há mais indivíduos do sexo masculino, particularmente entre os 20 os 39 anos de idade que poderá estar relacionada com as dinâmicas migratórias em que nos últimos anos tem-se registado uma forte imigração masculina em Cabo Verde. A partir dos 40 anos, há mais mulheres que homens, sendo a proporção destas mais significativa a partir dos 50 anos, vinculado sobretudo à uma maior esperança de vida das mulheres.

Gráfico 4. Evolução da Taxa de Crescimento Médio Anual, Índice Sintético de Fecundidade e Taxa Bruta de Mortalidade, Cabo Verde, 1990-2010



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1990, 2000 e 2010

¹⁴ De maneira geral e para efeito das relações de dependência, a literatura define as crianças e adolescentes pela soma das cortes de 0 a 14 anos, os adultos como a soma das coortes de 15 a 64 anos e os idosos como as pessoas acima de 65 anos. De forma um tanto quanto arbitrária, o primeiro e terceiro grupos são definidos como população “dependente” e a população de adultos como população potencialmente produtiva ou População em Idade Activa (PIA). Assim, a razão de dependência demográfica é definida como a soma da população de crianças/adolescentes (que estão nas creches e escolas) e idosos (geralmente aposentados) divididos pela população adulta predominantemente no mercado de trabalho). (Diniz, 2008: 6.)

No período compreendido entre 1970 e 2010, registou-se no país um aumento de 20 anos da esperança de vida à nascença (23 para o sexo feminino e 15 para o sexo masculino), destacando-se nesta evolução além do aumento da esperança de vida, o distanciamento cada vez maior da esperança de vida entre os homens¹⁵ e as mulheres.

Tabela 2. Evolução da esperança de vida à nascença, Cabo Verde, 1970-2010

ANOS	SEXO			DIFERENÇA DA ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	TAXA DE MORTALIDADE
	Total	Feminino	Masculino		
1970	55	56	55	1 Ano	-
1980	59	61	59	2 Anos	8,3
1990	68	71	68	3 Anos	7,3
2000	71	75	67	8 Anos	5,6
2010	75	79	70	9 Anos	4,8

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

Associados à distribuição da população por grupos etários e sexo, encontram-se outros indicadores, entre os quais a evolução da taxa de mortalidade, caracterizada neste caso por uma acentuada diminuição no período compreendido entre 1980 à 2010. Além da diminuição da taxa de mortalidade geral nas últimas décadas, se constata que a taxa de mortalidade masculina continua sendo maior que a feminina, mas não se verificaram diferenças na evolução da taxa de mortalidade masculina e feminina no período compreendido ente 2000 e 2010, já que ambas registaram uma diminuição na ordem dos 8%.

Tabela 3. Evolução da taxa de mortalidade (%), Cabo Verde, 2000-2010

ANO	CABO VERDE	FEMININO	MASCULINO
2000	5,6	5,0	6,2
2010	4,8	4,2	5,4

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000- 2010

O risco de mortalidade infanto-juvenil mostra que esta é maior entre as crianças no primeiro ano de vida. De acordo com alguns autores, a maior mortalidade entre os rapazes está associada a factores biológicos, tais como a diferença cromossómica e de maturação pulmonar. Também assinalam que *“a mortalidade infanto-juvenil está relacionada*

¹⁵ “A diferença da esperança de vida entre homens e mulheres situa-se entre 3 e 6 anos na maioria dos países”. (CEPAL 2002: 15). “El impacto del sistema de pensiones en Colombia sobre la equidad de Género”.

maioritariamente com problemas do aparelho respiratório e digestivo, as quais podem estar associadas às condições socioeconómicas”¹⁶.

Tabela 4. Quociente de mortalidade Infantil (‰) por sexo, Cabo Verde, 2010

QUOCIENTE DE RISCO DE MORTALIDADE INFANTIL	TOTAL	FEMININO	MASCULINO
Quociente de Risco de Mortalidade Infantil de menor de 1 ano	14,7	12,1	17,0
Quociente de Risco de Mortalidade Infantil de 1- 4 ano	4,4	3,4	5,4
Quociente de Risco de Mortalidade Infantil de menor de 5 anos	19,1	15,4	22,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Na adolescência e juventude começam a manifestar-se vincadamente diferenças entre a mortalidade feminina e masculina, podendo ser explicada a mortalidade masculina pelas representações sociais de género e o papel diferenciado atribuído as pessoas do sexo masculino e feminino: os jovens rapazes e os homens, devido às concepções em circulação sobre a identidade masculina estão mais expostos a ocorrência de acidentes de trânsito, de trabalho e a acontecimentos violentos.

Entre as raparigas, esta fase está vinculada à entrada na idade reprodutiva e aos riscos com a maternidade. Entre os homens persiste a situação ao longo de toda a idade adulta, acrescida por outros elementos relacionados com hábitos e condições de vida, tais como alcoolismo, doenças crónicas degenerativas e do sistema circulatório, doenças das vias respiratórias, câncer, transtornos profundos afectivos e de ansiedade derivados do uso de substâncias¹⁷.

¹⁶ A melhoria dos serviços de saúde e a diminuição da pobreza são determinantes sociais que influenciam directamente na diminuição da mortalidade infantil. Esta tendência pode estar relacionada com a melhoria da atenção pré-natal e infantil, especialmente as campanhas de vacinação infantil. In “Género y Salud. Una introducción para tomadores de decisiones”. (2005: 18) Centro Nacional de Salud Reproductiva. DF. México (Tradução livre).

¹⁷ A consulta dos dados do Relatório do Ministério de Saúde de Cabo Verde de 2010, permite auferir que as taxas (por 100.000 habitantes) de óbito das pessoas do sexo masculino no que se refere a traumatismos e envenenamentos foi de 51,4 enquanto o das pessoas do sexo feminino foi de 11,7. Os óbitos por causas externas, as taxas foram de 36,6 para o sexo masculino e 2,8 do sexo feminino. Nos casos de doenças mentais e de comportamento foram 24,7 do sexo masculino e 2,8 do sexo feminino e nos óbitos por doenças do aparelho digestivo 25,5 do sexo masculino e 8,1 do sexo feminino. No caso de óbitos por problemas do aparelho respiratório a taxa foi de 131,3 pessoas do sexo feminino e 112,6 do sexo feminino.

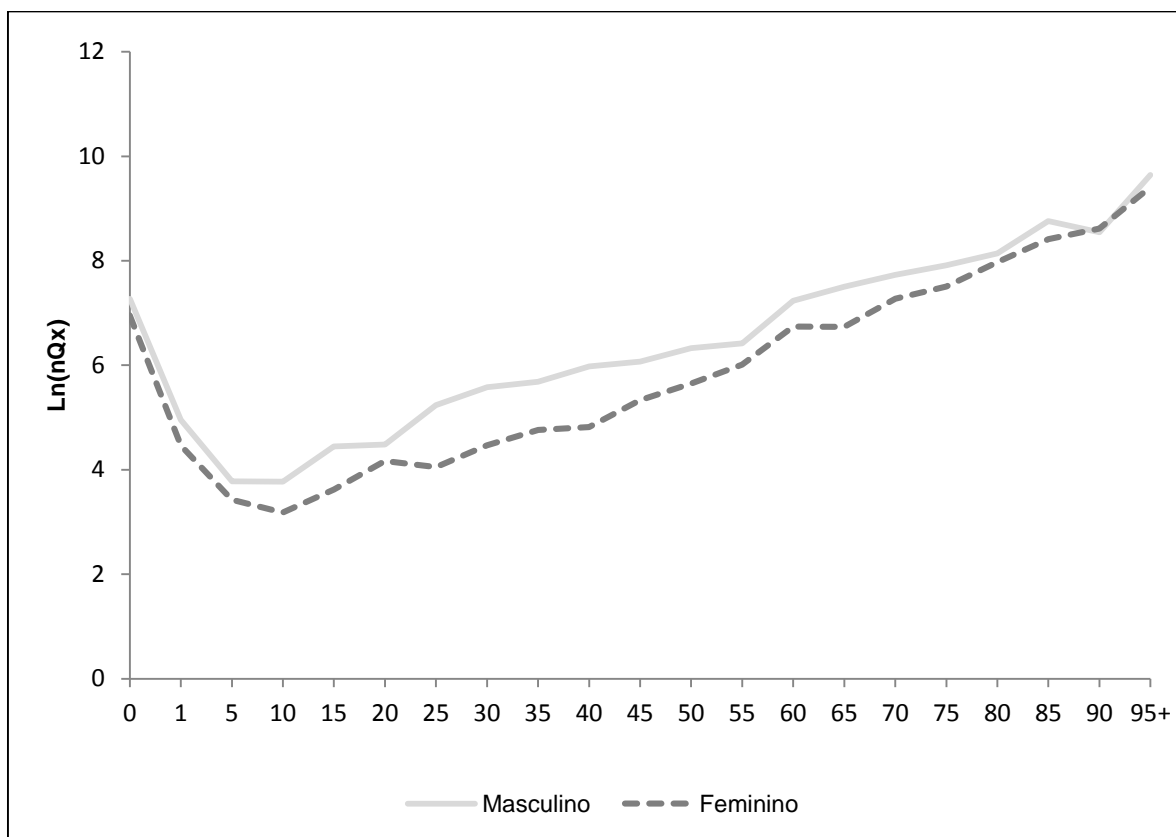
Tabela 5. Taxa específica (‰) de mortalidade por grupo etário e sexo, Cabo Verde, 2010

GRUPO ETÁRIO	SEXO		
	Total	Feminino	Masculino
0	0,0148	0,0122	0,0172
1-4	0,0011	0,0008	0,0013
5-9	0,0003	0,0002	0,0003
10-14	0,0004	0,0003	0,0005
15-19	0,0006	0,0003	0,0009
20-24	0,0010	0,0004	0,0016
25-29	0,0015	0,0007	0,0023
30-34	0,0024	0,0011	0,0036
35-39	0,0033	0,0015	0,0049
40-44	0,0045	0,0022	0,0070
45-49	0,0056	0,0029	0,0086
50-54	0,0078	0,0045	0,0120
55-59	0,0106	0,0065	0,0162
60-64	0,0145	0,0099	0,0210
65-69	0,0200	0,0146	0,0277
70-74	0,0288	0,0230	0,0371
75-79	0,0454	0,0402	0,0531
80+	0,0982	0,0928	0,1069

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Outros aspectos de ordem comportamental, devido aos valores apreendidos nos processos de socialização dos homens perante a saúde e a doença, contribuem também para a mortalidade masculina, especialmente quando relacionado com as dificuldades destes em seguir adequadamente os tratamentos, ou para se submeter a exames que permitam uma detecção adequada de doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Gráfico 5. Risco de mortalidade (%) por sexo e idade, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A taxa de mortalidade específica é a relação entre óbitos e as médias da população de uma determinada idade ou faixa etária. A forma da curva das taxas de mortalidade por idade e por sexo mostra a sobremortalidade masculina em quase todas as idades.

A mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade é mais elevada particularmente nas crianças com um ano, afectando ambos os sexos, mas é ligeiramente superior para o sexo masculino. O risco de falecer reduz-se até praticamente aos 10 anos, permanecendo estável até aos 15 anos, voltando a aumentar até cerca de 25 anos. A partir desta idade começa a manifestar-se uma maior incidência de óbitos no sexo masculino particularmente nas idades mais avançadas. Entre as mulheres mesmo na idade reprodutiva, a incidência é menor.

3.2. Tendências gerais de evolução

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação em 2010 (RGPH), a população residente era de 491.683 habitantes (50,5% do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino). Esses dados apontam para a continuidade da tendência do aumento do equilíbrio entre a população feminina e masculina – enquanto em 1990 a relação de feminilidade era de 1,11, em 2000 de 1,08 e em 2010 é de 1,02 (Tabela 6 e Gráfico 8)

Tabela 6. População por sexo, meio de residência e relação de feminilidade, Cabo Verde, 1990-2010

	TOTAL	%	FEMININO	MASCULINO	Relação de Feminilidade
1990					
CABO VERDE	341 491	100,0	179997	161494	1,11
Urbano	150 599	44,1	78708	71891	1,09
Rural	190 892	55,9	101289	89603	1,13
2000					
CABO VERDE	431 989	100,0	223995	207994	1,08
Urbano	232 147	53,7	119709	112438	1,06
Rural	199 842	46,3	104286	95556	1,09
2010					
CABO VERDE	491 683	100,0	248280	243403	1,02
Urbano	303 673	61,8	152454	151219	1,01
Rural	188 010	38,2	95826	92184	1,04

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1990, 2000 e 2010

Além do aumento da relação de feminilidade, outras tendências evolutivas que se destacam são:

(i) A diminuição:



Da taxa de crescimento da população; Do índice sintético de fecundidade; Da taxa de mortalidade.

(ii) O aumento:



Da esperança de vida; Da população urbana.

(iii) A modificação

Da configuração da estrutura etária da população; Do perfil migratório.

As dinâmicas populacionais em curso são manifestações de profundas mudanças sócio económicas, de ordem material, mas também de ordem comportamental das populações.

(iv) A urbanização

As profundas mudanças sócio económicas são também provocadas pelo processo de urbanização que se assiste no país nos últimos anos. Com efeito, verifica-se que de 1990 a 2010 passou de 44 % para 62 %.

Gráfico 6: Evolução (%) da população urbana e rural, Cabo Verde, 1990-2010

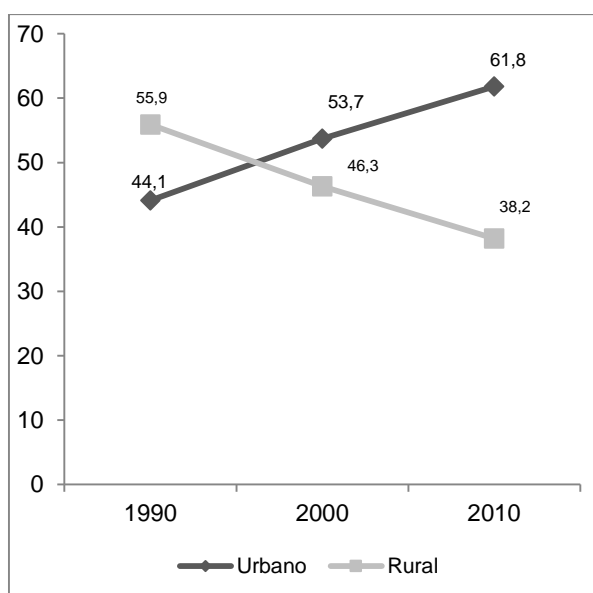
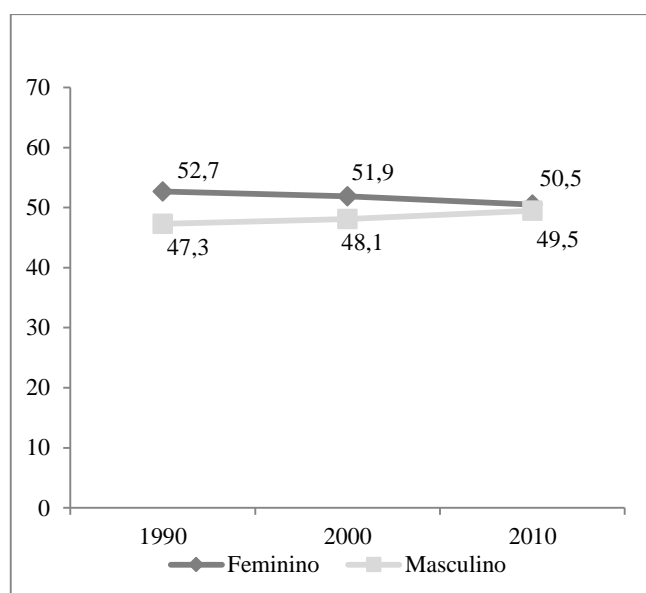


Gráfico 7: Evolução (%) da proporção da população feminina e masculina, Cabo Verde 1990-2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1990, 2000, 2010

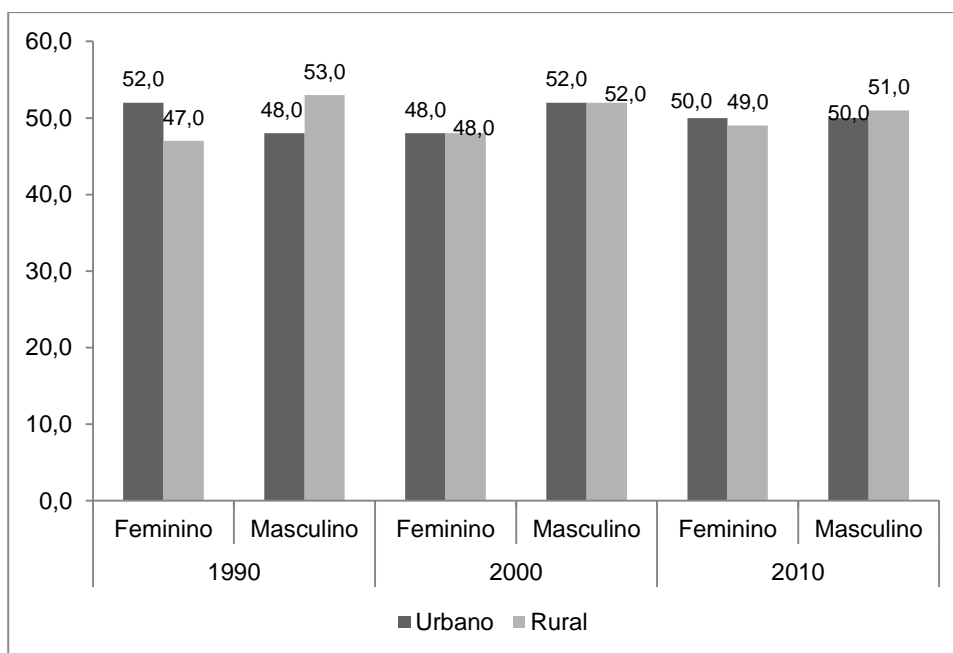
Os exercícios censitários evidenciam uma dinâmica demográfica em Cabo Verde, semelhante a de outros países em desenvolvimento, caracterizada por Diniz (2008: 3) como *“uma importante fase de transição demográfica, a qual começa com a queda das taxas de mortalidade e prossegue com a queda da taxa de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional”*¹⁸.

¹⁸Diniz Alves J.E (2008) A transição demográfica e a Janela de oportunidades. Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial. São Paulo. www.braudel.org.br.

3.3. Distribuição da população por ilhas e concelhos

A comparação entre os resultados do RGPH de 2000 e 2010 mostra mudanças tanto na distribuição urbana /rural, como na respectiva relação de feminilidade dessa distribuição. O país vive um acentuado processo de urbanização, com cerca de 62% da população vivendo actualmente nas cidades e 38% no meio rural. De acordo com Moassab *“há forte indução à urbanização, na qual o processo migratório para as zonas urbanas tem ocorrido tanto pela escassez de recursos como pela falta de alternativas económicas e de emprego no meio rural.”*¹⁹. É no meio urbano onde se manifesta o maior equilíbrio na composição da população em termos de sexo.

Gráfico 8. Evolução da população feminina e masculina por meio de residência, Cabo Verde, 1990-2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação 1990, 2000, 2010

Tudo indica que associados as dinâmicas populacionais por ilhas, se encontram processos migratórios - relacionado com o aumento das oportunidades de emprego em áreas tradicionalmente consideradas masculinas (construção), e com o aumento de oportunidades para as mulheres nos concelhos com intensos processos de urbanização - no meio rural, enquanto a população feminina diminui entre 1990 e 2010 em perto de 5463 efectivos, a população masculina aumentou em perto de 2581 efectivos.

¹⁹ Moassab Andreia. Texto publicado no jornal A Semana de 26/10/10, p. 26.

As ilhas que registaram um maior decréscimo da população foram Santo Antão, Brava e São Nicolau, enquanto o maior crescimento registou-se nas ilhas de Sal (7,8) e Boa Vista (5,5). Apesar da ilha de Santiago ser aquela onde se concentra mais da metade da população, os municípios de Calheta de São Miguel, Ribeira Grande de Santiago, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos tiveram um crescimento populacional

As mulheres vão para as cidades para (i) resolver a questão socioeconómica, pela falta de oportunidades de emprego ou ocupações mal remuneradas no campo, e por terem menor oportunidade de encontrar trabalho do que os homens; (ii) ter acesso à educação. Possuem baixo nível de instrução pela dificuldade de acesso à escola geralmente atribuída às longas distâncias e à ineficiência das escolas rurais...; (iii) conquistar a independência económica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou separadas; (iv) alcançar mobilidade social na cidade, melhorar de vida, conseguir um bom emprego; (v) aceder a serviços básicos, principalmente atendimento à saúde;(vi) Experimentar diferentes sensações na cidade: passear, divertir-se, ir a festas, conhecer pessoas, sair com as amigas, aprender coisas novas; (vii) ir atrás da rede familiar, ou seja, a maioria dos membros da família já se encontra na cidade e motivam a emigração. (Lisboa T. (2006: 11) Género e Migrações. Rev. Ano XIV. N 26 e 27)

negativo. No que se refere ao comportamento da relação de feminilidade por ilhas, todas registaram uma diminuição, especialmente Boa Vista (-0,19), Maio (-0,08) e Santiago (-0,06). As maiores brechas percentuais, devido a uma maior proporção da população masculina, registam-se em Boa Vista (+18,4%), Sal (+7,8%), Santo Antão (+5,3%) e São Nicolau (+3,3%). As ilhas onde a proporção da população feminina é maior são Santiago (+4%), Maio (+3,1%) e Fogo (+1,5%).

Tabela 7. População por sexo e relação de feminilidade ilha e concelho, Cabo Verde, 2000
2010

ILHA/ CONCELHO	2000			2010		
	Feminino	Masculino	Relação de Feminilidade	Feminino	Masculino	Relação de Feminilidade
CABO VERDE	223995	207994	1,08	248280	243403	1,02
SANTO ANTÃO	22683	24359	0,93	20803	23112	0,9
Porto Novo	10444	11036	0,95	8579	9404	0,91
Paúl	3845	4538	0,85	3169	3828	0,83
R. Grande	8394	8785	0,96	9055	9880	0,92
SÃO VICENTE	33851	32820	1,03	37755	38352	0,98
SÃO NICOLAU	6865	6782	1,01	6196	6621	0,94
Ribeira Brava	6865	6782	1,01	3694	3886	0,95
Tarrafal ²⁰				2502	2735	0,91
SAL	6928	7668	0,9	11883	13882	0,86
BOA VISTA	1972	2234	0,88	3738	5424	0,69
MAIO	3590	3150	1,14	3584	3368	1,06
SANTIAGO	125247	109693	1,14	142488	131431	1,08
Tarrafal	9880	7904	1,25	10166	8399	1,21
Santa Catarina	27266	22563	1,21	23025	20272	1,14
S. S. do Mundo ²¹				4611	4066	1,13
S. Cruz	17437	15528	1,12	13754	12855	1,07
S. L. Órgãos ²²				3817	3571	1,07
Praia	54770	50183	1,09	67015	64587	1,04
R. Grande ²³				4374	3951	1,11
S. Domingos	6904	6401	1,08	7103	6705	1,06
S. Miguel	8990	7114	1,26	8623	7025	1,23
FOGO	19428	17927	1,08	18812	18239	1,03
S. Catarina ²⁴	14476	13410	1,08	2703	2596	1,04
S. Filipe				11251	10977	1,02
Mosteiros	4952	4517	1,1	4858	4666	1,04
BRAVA	3431	3361	1,02	3021	2974	1,02

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000 e 2010

Em Santiago destacam-se os concelhos de S. Miguel (+5,1%), Tarrafal, Santa Catarina e São Salvador do Mundo (+3,1%). Nos concelhos da Praia, São Vicente e Sal a população é

²⁰ A criação do Concelho de Tarrafal é posterior ao Censo 2000, anteriormente fazia parte do Concelho de Ribeira Brava.

²¹ A criação do Concelho de São Salvador do Mundo é posterior ao Censo 2000, anteriormente pertencia ao Concelho de Santa Catarina de Santiago.

²² A criação do Concelho de São Lourenço dos Órgãos é posterior ao Censo 2000, anteriormente pertencia ao Concelho de Santa Cruz.

²³ A criação do Concelho de Ribeira Grande de Santiago é posterior ao Censo 2000, anteriormente pertencia ao Concelho da Praia.

²⁴ A criação do Concelho de Santa Catarina de Fogo é posterior ao Censo 2000, anteriormente pertencia ao Concelho de São Filipe.

maioritariamente urbana (mais de 90%), seguidos dos concelhos de Tarrafal de São Nicolau (71,9%), de Boa Vista (59%) e do Porto Novo (52,4%). Em Santa Catarina do Fogo, Ribeira Grande de Santiago, Paúl, S. Salvador do Mundo e São Domingos, mais de 80% da população vive no meio rural.

3.4. Estado civil da população

A consulta dos cinco últimos exercícios censitários (1970 a 2010) mostra como os instrumentos de recolha e tratamento da informação acompanharam a evolução do marco jurídico-legal, neste caso com a introdução da categoria **união de facto** a partir de 1980. Contudo, é importante assinalar que a aplicação dessa categoria não se ajusta exactamente a definição que estabeleceu o Livro da Família. De acordo com esse instrumento legal, existe união de facto, quando é reconhecida juridicamente (artigo 1563º), “*a convivência de cama, mesa e habitação, estável, singular e séria entre duas pessoas de sexo diferente com capacidade legal para celebrar casamento, por um período de, pelo menos, três anos, que pretendem constituir família mediante uma comunhão plena de vida*”.

No exercício censitário pergunta-se se sobre o estado civil e também se a pessoa coabita com um companheiro ou companheira, mas não se questiona o inquirido o estatuto jurídico da união livre, pelo que no tratamento da informação aparecem referenciadas como vivendo em união de facto, tanto as pessoas com esse estatuto jurídico como aquelas que coabitam com outra pessoa e não o têm. Neste trabalho, optamos por utilizar o termo união²⁵.

Tabela 8. Evolução do estado civil da população, Cabo Verde, 1970-2010

ANOS	ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS					
	Solteira(o)	Casada(o)	União	Viúvo (a)	Divorciada(o)/ Separada(o)	N/D
1970	63,5	32,7	-	3,6	-	0,2
1980	51,9	28,7	12,7	4,1	0,2	1,0
1990	50,0	28,4	16,6	3,9	1,1	0,0
2000	47,3	19,1	25,4	3,3	3,3	1,0
2010	51,1	13,5	27,3	2,4	0,5	0,4

- Sem Informação

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010

²⁵ Alguns países, como por exemplo Canadá utiliza-se o termo “em união livre”. Ministère de l'Industrie. 2012. Statistique Canada et Condition féminine Canada.

O estado civil predominante da população com 12 anos e mais foi e continua a ser solteiro/a, mas com uma diminuição acentuada entre 1970 e 1980, data em que começou a ser referenciada a união, ou seja a vivência a dois, configurada como um acordo consensual entre duas pessoas, sem que estas considerem a necessidade de submeter tal acordo a uma sanção institucional.

Os dados indicam também que apesar do estado civil casado/a continuar a diminuir, essa diminuição foi menos acentuada que a registada no período 1990 -2000 e que as uniões conheceram um aumento inferior ao registado no período 1990-2000. Ainda constata-se uma diminuição do número de separações e/ou divórcios.

3.5. Migrações

De acordo com Lisboa (2006) a migração é *“uma acção social de carácter individual ou colectiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro).”*²⁶

²⁶ Lisboa Kleba Teresa (2006) Género e migrações – Trajectórias globais, trajectórias locais de trabalhadoras domésticas. Rev. Ano XIV. Números 26 e 27. Pág. 157.

Tabela 9. População emigrada entre 2000 e 2010 por Ilha/concelho e proporção da população emigrada em relação à população residente em 2010, Cabo Verde, 2010

ILHA/ CONCELHO	EFFECTIVOS			PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMIGRADA NO PERÍODO 2000-2010 EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DA ILHA E DO CONCELHO		
	Sexo		TOTAL	Sexo		TOTAL
	Feminino	Masculino		Feminino	Masculino	
CABO VERDE	10109	8766	18875	4,1	3,6	3,8
SANTO ANTÃO	648	456	1104	3,1	2,0	2,5
Ribeira Grande	315	198	513	3,5	2,0	2,7
Paul	96	70	166	3,0	1,8	2,4
Porto Novo	237	188	425	2,8	2,0	2,4
S. VICENTE	1614	1162	2776	4,3	3,0	3,6
S. NICOLAU	235	181	416	3,8	2,7	3,2
Ribeira Brava	150	95	245	4,1	2,4	3,2
Tarrafal	85	86	171	3,4	3,1	3,3
SAL	285	251	536	2,4	1,8	2,1
BOA VISTA	55	77	132	1,5	1,4	1,4
MAIO	78	70	148	2,2	2,1	2,1
SANTIAGO	6095	5552	11647	4,3	4,2	4,3
Tarrafal	712	718	1430	7,0	8,5	7,7
Santa Catarina	976	918	1894	4,2	4,5	4,4
Santa Cruz	626	549	1175	4,6	4,3	4,4
Praia	2627	2293	4920	3,9	3,6	3,7
S. Domingos	190	152	342	2,7	2,3	2,5
S. Miguel	462	394	856	5,4	5,6	5,5
S. S. do Mundo	194	188	382	4,2	4,6	4,4
S. L. dos Órgãos	129	124	253	3,4	3,5	3,4
Ribeira Grande	179	216	395	4,1	5,5	4,7
FOGO	947	899	1846	5,0	4,9	5,0
Mosteiros	276	272	548	5,7	5,8	5,8
S. Filipe	510	494	1004	4,5	4,5	4,5
Santa Catarina	161	133	294	6	5,1	5,5
BRAVA	152	118	270	5,0	4,0	4,5

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Na actualidade ao abordar os movimentos migratórios começa a falar-se em feminização das migrações. Associados a estes movimentos se encontra a incorporação massiva das mulheres “ao mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida (...); é importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções em relação à mulher²⁷. Nas últimas décadas, o movimento migratório cabo-verdiano adquiriu também novos contornos:

²⁷ Idem anterior

- i. Cabo Verde deixou de ser apenas um país de emigrantes, e passou a ser também um país de acolhimento de emigrantes²⁸;
- ii. A semelhança do que acontece no resto do mundo, a emigração deixou de ser um fenómeno masculino - 54% das pessoas que emigraram no período 2000-2010 foram do sexo feminino;
- iii. A procura de trabalho deixou de ser a principal causa da emigração.

Tabela 10. Motivos de emigração por sexo, Cabo Verde, 2010

		MOTIVO DA EMIGRAÇÃO						
		Procura de Trabalho	Agrupamento familiar	Estudos	Saúde	Outro	ND	Total
Número de emigrantes por sexo e percentagem do sexo feminino	CABO VERDE	4308	5152	6595	1381	986	0	18422
	Feminino	2085	2827	3518	908	524	0	9862
	Masculino	2223	2325	3077	473	462	0	8560
	% Feminino	48,4	54,8	53,3	66,7	53,2	0	53,5
Percentagem por motivos e sexo	CABO VERDE	23,4	28	35,8	7,5	5,4	0	100
	Feminino	21,1	28,7	35,7	9,2	5,3	0	100
	Masculino	26	27,2	35,9	5,5	5,4	0	100

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

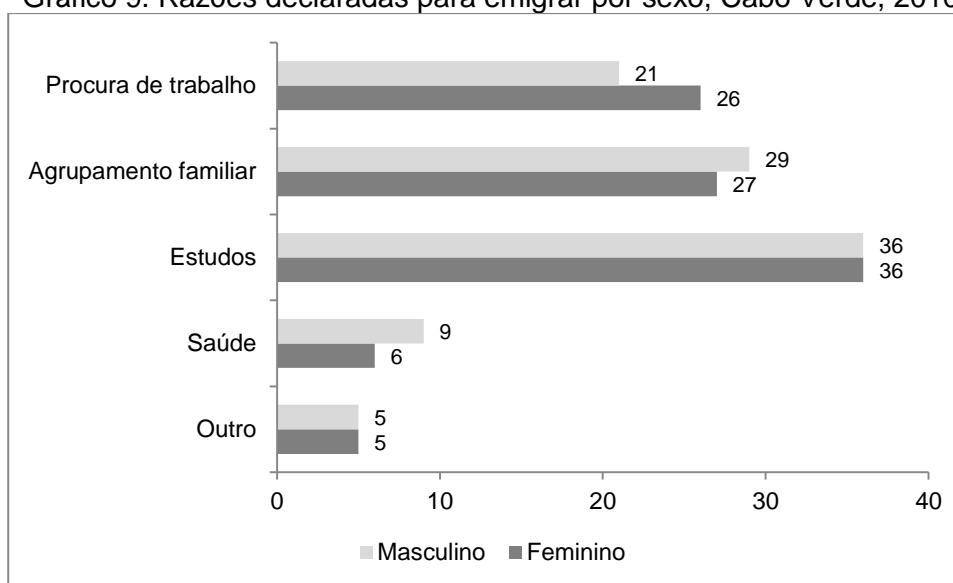
Durante a segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, em Cabo Verde (a semelhança de outros países), eram fundamentalmente os homens que emigravam, vinculando-se esses movimentos a causas económicas, ou seja a procura de emprego que lhes permitisse garantir o papel de provedores da família. Contudo os dados do RGPH 2010 (tabela 10) revela que o principal motivo para as pessoas se emigrarem são os estudos (36%) e que 53% do sexo feminino), o segundo foi o agrupamento familiar (28%, sendo 55% do sexo feminino), aparecendo a procura de emprego em terceiro lugar (23%). Esta última é a única situação em que os homens estão em maioria (52%). O maior fosso entre mulheres

²⁸ De acordo com os registos da Direcção de Emigração e Fronteiras, em 2012 havia 10912 imigrantes em situação regular (8780 do sexo masculino e 2132 feminino) e 2412 pedidos de autorização de residência ou seja com processos de regularizações em curso. Estima-se que haja cerca de 7551 imigrantes sem pedidos de autorização de residência, entre os quais mais de 6000 são homens e cerca de 1500 são mulheres. Estas informações apontam para a existência de 21000, imigrantes, sendo aproximadamente 14800 homens e 3700 mulheres.

e homens por motivação, regista-se na saúde (4º lugar – 6%, onde as mulheres representam 66%).

Se tomamos como referência a população residente em 2010, o número de pessoas que emigraram representam perto de 4% da população. As ilhas que mais contribuíram para a emigração foram Fogo (5%), Brava (4,5%) e Santiago (4,3%). A ilha onde a proporção foi menor é Boa Vista (1,4%). Os concelhos onde, em relação ao número de habitantes a emigração foi maior foram Tarrafal de Santiago (8%), Mosteiros (6%) e Calheta de São Miguel (6%).

Gráfico 9. Razões declaradas para emigrar por sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Por grupos etários quinquenais, o que mais emigrou foi o grupo 15-19 anos (33%), seguido do grupo 25-29 anos (20%). Não são assinaláveis fossos no comportamento da emigração por sexo nos diferentes grupos etários. O facto da maior proporção corresponder ao grupo 15-19 anos reforça a centralidade da prossecução de estudos como causa primeira para se emigrar

Por grupos etários onde a diferença entre a proporção de emigrantes mulheres e homens é maior é o de + de 45 anos, onde o número de mulheres migrantes é quase o dobro do número de homens (13% e 8% respectivamente). Neste grupo etário, enquanto as mulheres emigram mais por motivos de saúde ou agrupamento familiar, os homens emigram a procura de trabalho.

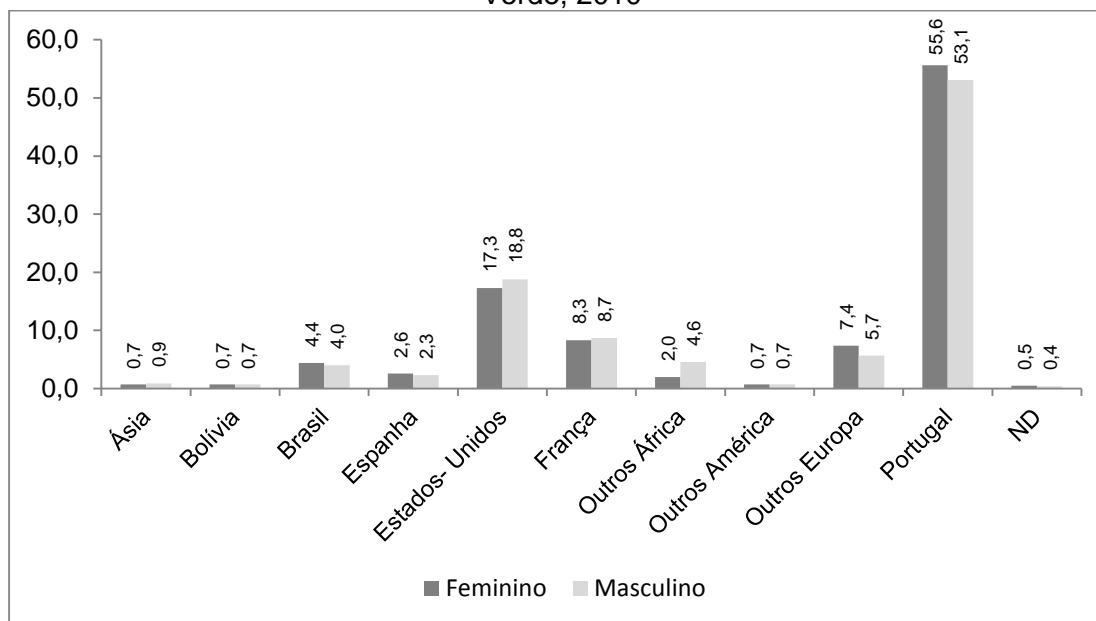
Tabela 11. Emigração por grupos etários e sexo, Cabo Verde, 2010

GRUPO ETÁRIO	AMBOS SEXOS		FEMENINO		MASCULINO		RELAÇÃO DE FEMINILIDADE
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
CABO VERDE	18552	100,0	9924	100,0	8628	100,0	1,2
0-4	504	2,7	272	2,7	232	2,7	1,2
5-9	686	3,7	354	3,6	332	3,8	1,1
10-14	1432	7,7	745	7,5	687	8,0	1,1
15-19	6095	32,9	3306	33,3	2789	32,3	1,2
20-24	3618	19,5	1779	17,9	1839	21,3	1,0
25-29	1692	9,1	862	8,7	830	9,6	1,0
30-34	1084	5,8	524	5,3	560	6,5	0,9
35-39	815	4,4	449	4,5	366	4,2	1,2
40-44	668	3,6	359	3,6	309	3,6	1,2
45-49	510	2,7	304	3,1	206	2,4	1,5
50-54	394	2,1	233	2,3	161	1,9	1,4
55-59	250	1,3	179	1,8	71	0,8	2,5
60-64	180	1,0	129	1,3	51	0,6	2,5
65-69	165	0,9	121	1,2	44	0,5	2,8
70-74	200	1,1	147	1,5	53	0,6	2,8
75 +	259	1,4	161	1,6	98	1,1	1,6

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Os concelhos onde o principal motivo da emigração foi a procura de trabalho foram Tarrafal de São Nicolau (42%, sendo 47% masculino e 36% feminino), Ribeira Grande (39%, - 41% feminino e 35% masculino) e Ribeira Grande de Santiago (38%, 45% masculino e 28% feminino). O agrupamento familiar foi a maior causa da imigração na ilha de Fogo, concelho dos Mosteiros (62%, 59% feminino e 55% masculino); a continuação de estudos foi o motivo predominante nos concelhos de São Lourenço dos Órgãos (56%, sendo 64% feminino e 48% masculino), Sal (53%, 54% feminino e 51% masculino), e Santa Catarina (47%, 45% feminino e 50% masculino). As questões de saúde constituíram o principal motivo de emigração no concelho de São Miguel.

Gráfico 10. Regiões, países ou zonas de destino da população emigrante por sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O continente europeu continua a ser o principal destino da emigração cabo-verdiana (71,8%), ocupando Portugal o lugar cimeiro com 54,4% (resto de Europa 17,6%). Estados Unidos é o segundo destino de emigração com 18%. Por sexo, a maior diferença no destino da emigração se manifesta no movimento migratório para outros países africanos, onde o número de emigrantes do sexo masculino é o dobro do sexo feminino. Esta diferença pode estar vinculada à emigração dos homens a procura de novas oportunidades de negócios ou de trabalho na África continental.

CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO

4.1. Alfabetização e analfabetismo

Em 2010, a taxa de alfabetização da população cabo-verdiana com 15 anos e mais era de 83% (87,6% no meio urbano e 75,3% no meio rural), sendo a relação de feminilidade de 0,87, o que significa que por cada 100 homens alfabetizados, apenas há 87 mulheres alfabetizadas.

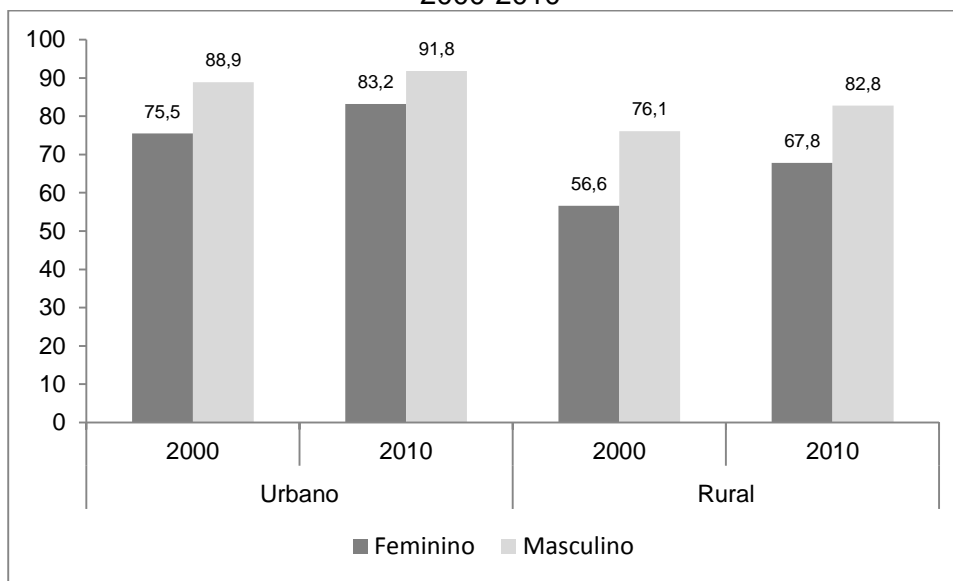
Tabela 12. Taxa de alfabetização por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2000-2010

	CENSO 2000			CENSO 2010		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
CABO VERDE	74,8	67,2	83,5	82,9	77,3	88,5
Meio Urbano	81,9	75,5	88,9	87,5	83,2	91,8
Meio Rural	65,5	56,6	76,1	75,3	67,8	82,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000, 2010

Em termos de tendência, a evolução na última década foi positiva para as mulheres – a taxa de alfabetização aumentou dez pontos percentuais entre elas e cinco entre os homens, sendo o aumento no meio rural de onze pontos percentuais entre as mulheres e de sete entre os homens. No meio urbano, o aumento foi de oito pontos percentuais entre as mulheres e três entre os homens.

Gráfico 11. Evolução da taxa de alfabetização por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2000-2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000, 2010

A taxa de alfabetização das mulheres rurais (68,1%) é significativamente mais baixa do que a dos homens do meio rural (82,9%) e que a das mulheres do meio urbano (83,4%). Estes dados mostram que, nesta área, subsistem profundas desigualdades na situação de homens e mulheres, e entre o meio de residência.

O impacto da implementação da política de universalização do acesso à educação básica no país, implementada desde a independência, reflecte-se no valor das taxas de alfabetização (mais e 90%) entre 15 e os 39 anos, registando-se uma pequena diferença (a favor das mulheres) nas taxas de alfabetização entre os 15 e os 29 anos. Os comportamentos diferenciados de rapazes e raparigas perante a escola²⁹, tal como em outros países, podem constituir uma manifestação de problemas estruturais vinculados aos processos de socialização, de construção das identidades masculinas³⁰ e femininas³¹, assim como do próprio comportamento da escola como instituição.

²⁹ Segundo o estudo realizado pela Associação “Zé Moniz” em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, sobre os estilos de vida e de saúde dos adolescentes em Cabo Verde (2003), os rapazes abandonam mais o sistema, gostam menos da escola e tem piores resultados escolares.

³⁰ O tradicional estereótipo do género masculino que valoriza a força física e todas as condutas a ela associadas, nomeadamente a turbulência e a agressividade, compõem uma relação menos favorável para os rapazes relativamente às exigências das aprendizagens escolares. Estas condutas, escolarmente desabonadas pressupõem ainda um conseqüente prolongamento no contexto da sala de aulas que prejudica o aproveitamento dos rapazes. Mendonça A (2011: 5) Raparigas e Rapazes: Ensino Igual ou diferenciado. Universidade da Madeira.

³¹ Nas raparigas, existe a tendência geral para um acentuado investimento escolar relacionado com uma maior concentração nas tarefas e um maior sentido de cooperação. Deste modo, as raparigas são as que melhor realizam os ideais de excelência escolar, seja no seu aproveitamento seja no seu comportamento. Mendonça A (2011: 5) Raparigas e Rapazes: Ensino Igual ou diferenciado. Universidade da Madeira.

Tabela 13. Taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais por sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010

GRUPO ETÁRIO	CABO VERDE			URBANO			RURAL		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
Cabo Verde	83,0	77,5	88,6	87,6	83,4	91,9	75,3	68,1	82,9
15-19	97,5	98,0	97,1	98,0	98,3	97,6	97,0	97,6	96,5
20-24	96,4	97,0	95,8	97,0	97,7	96,4	95,1	95,6	94,7
25-29	95,6	96,2	95,0	96,2	97,1	95,4	94,1	94,2	94,0
30-34	94,1	93,9	94,3	95,1	95,4	94,8	91,6	90,2	92,8
35-39	90,1	88,1	92,0	92,3	91,0	93,5	85,4	81,9	88,7
40-44	84,3	79,9	88,9	88,0	84,4	91,5	77,6	72,2	83,7
45-49	77,1	69,2	85,5	82,4	75,0	89,8	67,3	59,4	76,9
50-54	61,2	48,4	76,8	71,1	58,9	84,3	45,0	33,5	62,2
55-59	52,9	39,0	73,2	65,7	52,3	82,2	34,4	22,8	56,2
60-64	51,4	35,8	72,8	64,2	49,5	81,9	33,0	18,7	56,9
65-69	41,7	28,0	62,0	54,6	40,6	74,5	25,9	13,2	45,9
70-74	29,4	17,6	47,5	39,8	26,3	61,0	19,5	9,1	34,9
75-79	26,1	15,8	41,5	35,7	24,4	53,8	17,1	7,1	30,9
80-84	24,9	15,0	40,0	33,9	22,8	53,8	16,9	7,3	29,7
85-89	29,8	19,4	46,9	37,1	28,6	55,8	23,0	8,9	41,0
90-94	27,9	20,0	42,4	36,0	28,7	50,9	20,2	11,2	35,4
95 +	23,7	18,2	34,3	33,1	29,0	44,6	14,5	4,2	28,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A este respeito, Mendonça (2011:4) afirma que *“apesar de possuírem as mesmas capacidades cognitivas que os rapazes, as raparigas têm melhores notas e são mais favoravelmente avaliadas pelos professores. Donde se deduz que além de os professores valorizarem aspectos do comportamento feminino mais conformes com as suas representações do bom aluno, ou do aluno ideal, a escola também premeia as disposições fundamentais da socialização feminina e, sob certos aspectos, as realizações escolares das raparigas (...).”*

Tabela 14. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais segundo o sexo, por ilha e concelho, Cabo Verde, 2010

ILHA / CONCELHO	AMBOS SEXOS		FEMININO		MASCULINO	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	57228	17,0	38349	22,5	18879	11,4
SANTO ANTÃO	8114	26,8	4709	32,9	3405	20,7
Ribeira Grande	3355	25,4	2019	31,7	1336	19
Paúl	1389	28,6	766	35	623	22,2
Porto Novo	3370	27,6	1924	33,3	1446	21,9
S. VICENTE	7578	13,6	4960	17,9	2618	9,3
S. NICOLAU	1669	18,9	1092	25,4	577	12,4
Ribeira Brava	929	17,5	622	23,9	307	11,1
Tarrafal	740	21,0	470	27,7	270	14,4
SAL	1514	8,5	890	10,9	624	6,1
BOA VISTA	673	10,2	339	12,7	334	7,7
MAIO	879	17,9	609	24,1	270	11,8
SANTIAGO	30897	16,6	21726	22,5	9171	10,7
Tarrafal	2929	23,5	2146	31,6	783	15,4
Santa Catarina	6450	22,1	4564	29,6	1886	14,6
Santa Cruz	3521	20,7	2418	27,3	1103	14,0
Praia	9874	10,8	6843	14,8	3031	6,9
S. Domingos	1578	17,4	1106	23,6	472	11,1
S. Miguel	2572	24,7	1892	33,2	680	16,1
S. S. Mundo	1485	26,0	1045	34,3	440	17,6
S. L. dos Órgãos	949	18,8	656	24,9	293	12,7
R. Grande	1539	28,0	1056	36,4	483	19,6
FOGO	5170	21,1	3570	28,5	1600	13,7
Mosteiros	1415	22,6	990	30,7	425	14,5
S. Filipe	2957	19,8	2037	26,7	920	12,9
S. Catarina	798	24,0	543	32,0	255	15,9
BRAVA	734	18,1	454	22,2	280	14,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Contrastando com o quadro de sucesso dos resultados da universalização de ensino no grupo etário 15-49 anos, os dados mostram que a partir dos 50 anos o analfabetismo é muito elevado. No caso das mulheres, na faixa etária 50-54 anos mais da metade é analfabeta (51,6%). Essa situação é especialmente grave no meio rural, onde mais da metade da população (55%) é analfabeta a partir desse grupo etário, e onde mais de dois terços da população não está alfabetizada (66,5%).

Existem também profundas assimetrias regionais. Em termos absolutos, é a ilha de Santiago e a que tem o maior número de pessoas analfabetas (30897 pessoas das quais 71% são mulheres), mas é na ilha de Santo Antão onde a taxa de analfabetismo é maior (27% - 8114 pessoas, das quais 58% são mulheres) e Sal onde o analfabetismo é menor (8%).

Por concelhos, são no Paúl (29%) e Ribeira Grande de Santiago (28%) onde manifestam-se as maiores taxas de analfabetismo. É neste último onde o analfabetismo das mulheres é particularmente mais profundo, porque afecta mais de um terço destas (36,4%). Sendo a capacidade de ler e escrever um factor determinante para a integração da população nos processos de desenvolvimento, pode considerar-se que esta situação é um factor limitante no acesso aos bens e serviços, assim como um catalisador para a manutenção da pobreza.

4.1.1. População portadora de deficiência

Os dados fornecidos pelo RGPH 2010 indicam que o nível de analfabetismo entre a população portadora de deficiência é bastante elevado, 46,4%, e que afecta mais da metade das pessoas do sexo feminino.

Tabela 15. Situação educativa da população de 15 anos ou mais com necessidades especiais, Cabo Verde, 2010

	POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE 15 ANOS E MAIS					
	Total		Feminino		Masculino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	20238	100,0	12267	100,0	7971	100,0
Sabe ler e escrever	10840	53,6	5811	47,4	5029	63,1
Não sabe ler e escrever	9398	46,4	6456	52,6	2942	36,9

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

4.2. Abandono escolar

Segundo Vieira (2010: 5), a abordagem do abandono escolar numa perspectiva sistémica “consiste em ver este fenómeno como um conjunto de saídas antecipadas do sistema escolar. O abandono escolar é definível, neste caso, por dois fluxos: Primeiro, o fluxo de alunos que, tendo completado com êxito o ano escolar, não prossegue os seus estudos. Segundo, fluxo de alunos que, não tendo completado com êxito o ano escolar, não prosseguem os seus estudos e não concluem o nível de matrícula. O abandono escolar é, assim, encarado como um tipo de perda do sistema que, quando atinge determinada dimensão, é considerada indesejável a todos os níveis, pessoal e social”³². No RGPH de 2010, o INE utilizou uma perspectiva sistémica, mas a metodologia de recolha da

³² Vieira Castro, C. F. (2010). Abandono escolar – Factores e Estratégias de Combate. Universidade do Minho- Vila Real Dissertação de mestrado.

informação não permite diferenciar os fluxos: abandono no transcurso do ano de escolaridade, ou abandono por não retorno depois de concluído com êxito o ano escolar.

De acordo com os dados do RGPH de 2010, o abandono tem um comportamento diferenciado tanto por sexo, como por grupo etário e por meio de residência. Entre os 6 e os 9 anos de idade, a proporção de crianças que abandona o sistema educativo, por sexo e meio de residência, é praticamente a mesma, mas entre os 10 e os 18 anos, são os rapazes os que abandonam mais o sistema. Para Mendonça (2011:8) o fenómeno do abandono do sistema escolar é bastante acentuado por parte dos rapazes porque estes *“são penalizados por sucessivas reprovações e são facilmente aliciados para entrar no mercado de trabalho desqualificado, temporário e/ou sazonal, com o garante de um salário no fim do mês”*.

As raparigas, que geralmente têm mais sucessos abandonam menos a escola até os 18 anos, mas a partir dos 19 abandonam mais do que os rapazes. Esta situação poderá estar relacionada com a maternidade ou seja com as responsabilidades com a reprodução social, cujo peso recai fundamentalmente sobre as mulheres. No caso de Cabo Verde também está vinculada às normas institucionais em vigor desde 2001, as quais desencorajam a frequência aos estabelecimentos educativos das adolescentes grávidas.

Tabela 16. Abandono escolar por idades simples (6-24 anos), meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2010

	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
CABO VERDE	4799	5841	10640	3239	4392	7631	8038	10233	18271
6	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
7	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2	0,4	0,3
8	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
9	0,3	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
10	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
11	0,1	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,3	0,2
12	0,3	0,5	0,4	0,4	0,6	0,5	0,3	0,5	0,4
13	0,7	1,1	0,9	1,4	1,8	1,6	0,9	1,4	1,2
14	1,2	1,7	1,5	2,5	2,8	2,7	1,8	2,2	2,0
15	2,5	3,6	3,1	4,3	4,4	4,4	3,2	4,0	3,6
16	5,3	6,3	5,9	7,0	7,3	7,2	6,0	6,7	6,4
17	7,1	8,5	7,9	9,5	9,6	9,6	8,1	9,0	8,6
18	10,4	11,1	10,8	11,8	11,9	11,9	11,0	11,4	11,2
19	11,2	10,4	10,8	10,5	11,1	10,8	10,9	10,7	10,8
20	12,4	11,2	11,7	11,8	10,7	11,2	12,2	11,0	11,5
21	11,5	10,2	10,8	10,7	10,5	10,6	11,2	10,3	10,7
22	13,0	12,6	12,8	10,5	10,7	10,6	12,0	11,8	11,9
23	12,0	10,7	11,3	9,9	8,8	9,3	11,1	9,9	10,5
24	11,2	10,5	10,8	8,4	8,2	8,3	10,1	9,5	9,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 12. Abandono escolar por idades simples (6-24 anos) segundo o meio de residência, Cabo Verde, 2010

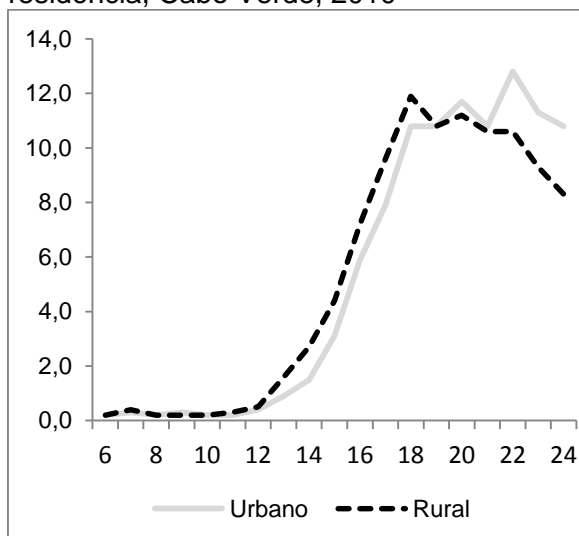
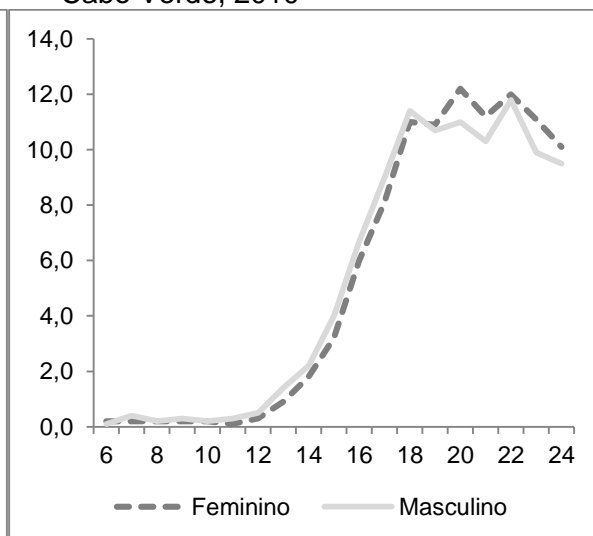


Gráfico 13. Abandono escolar simples (6-24 anos) por sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010

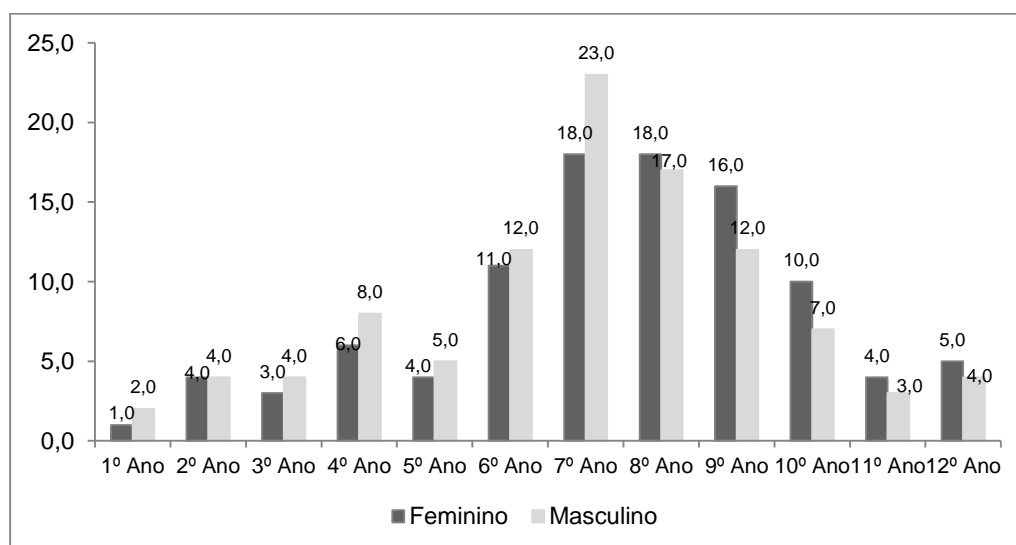


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tanto no meio urbano, como rural, o abandono até os 12 anos é muito pequeno e não se manifestam diferenças substanciais, mas a partir dessa idade e até os 18 anos torna-se maior no meio rural. Contudo, a partir dos 19 anos a situação inverte-se. Comparativamente, a partir dos 18 anos, são as jovens mulheres do meio urbano as que mais abandonam o sistema educativo, enquanto os homens do meio rural são os que menos abandonam a escola.

De acordo com o RGPH 2010, um total de 17956 crianças e jovens (10055 do sexo masculino e 7901 do sexo feminino (consultar Tabela II do anexo), abandonaram o sistema educativo, o que em termos numéricos corrobora a informação de que os rapazes abandonam mais o sistema do que as raparigas. Constata-se que no ensino primário o abandono aumenta à medida que aumenta o ano de escolaridade, mas o maior número de abandonos verifica-se no 2º, 4º e 6º ano de escolaridade, anos nos quais as crianças são submetidas a exercícios de avaliação de fim de fase. A maior proporção de abandonos regista-se no 6º ano de escolaridade, ou seja no último ano do ensino primário.

Gráfico 14. Abandono escolar, por ano de escolaridade (ensino básico e ensino secundário), sexo, Cabo Verde, 2010



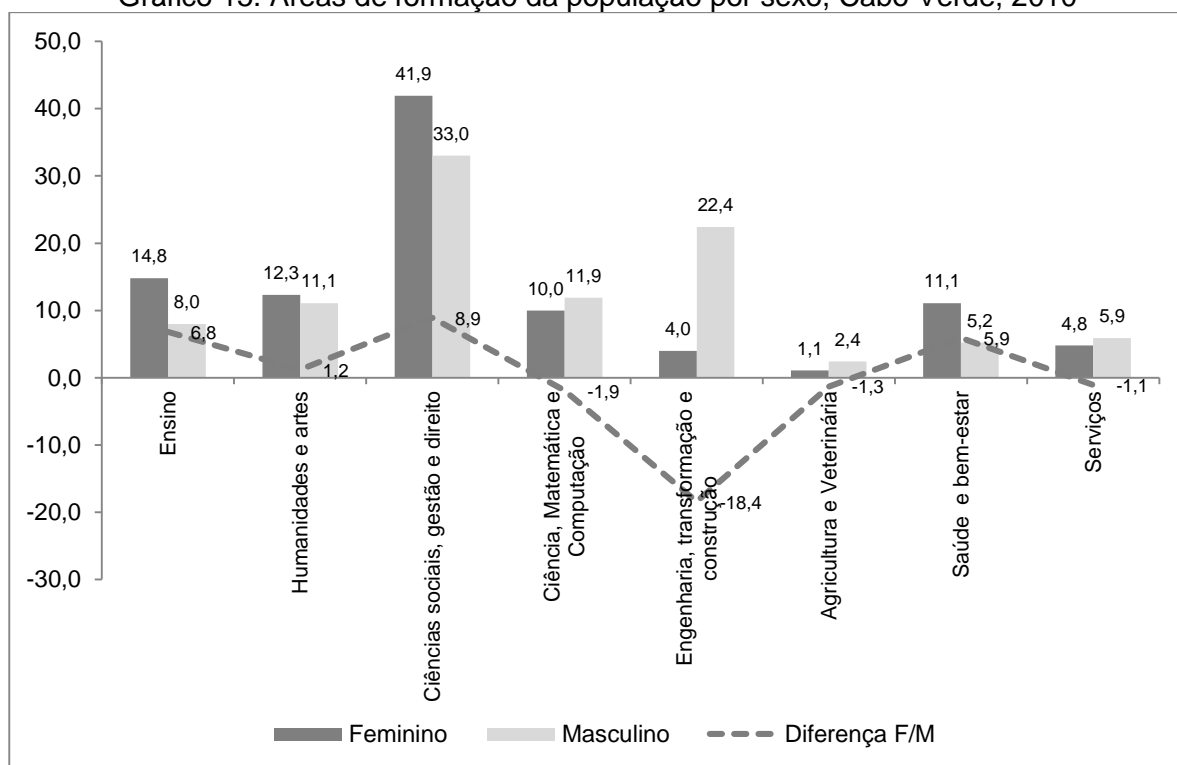
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O 1º ano do ensino secundário (7º ano) é aquele onde se produz o maior número de abandonos – De cada 100 rapazes e de cada 100 raparigas que abandonam o sistema, 23 e 18 respectivamente o fazem nesse ano. A diferença do ensino básico, a proporção de raparigas e rapazes que abandonam o sistema diminui a medida que aumenta o ano de escolaridade, mas a diminuição dos abandonos entre os rapazes é mais acentuada do que entre as raparigas.

4.3. Áreas de formação

Tal como ilustra o Gráfico 15, as informações sobre as áreas de formação da população indicam que no país existe uma forte concentração na área das Ciências Sociais e Humanas e que em todas as suas vertentes existe um predomínio das mulheres, o mesmo acontecendo com a área da saúde e bem-estar. Em contrapartida, as áreas vinculadas às ciências exactas a presença masculina é maior, atingindo a maior diferença absoluta na área da engenharia, transformação e construção. Esta situação mostra que na selecção das áreas de estudo se reproduz o estereótipo social sobre as capacidades diferenciadas de mulheres e homens no campo científico.

Gráfico 15. Áreas de formação da população por sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Contudo, a análise do comportamento por grupos etários (Tabela III do Anexo) mostra certa tendência à mudança da situação, assim como uma diminuição da área de educação como uma alternativa para o prosseguimento de estudos.

CAPÍTULO V: SITUAÇÃO ECONÓMICA DA POPULAÇÃO

5.1. Situação perante a actividade económica

Tradicionalmente as ciências sociais, especialmente a economia e a sociologia consideram como trabalho as actividades produtivas geradoras de riqueza, desenvolvidas na esfera mercantil e remuneradas. Nas últimas décadas do século XX, essa concepção de trabalho começou a ser questionada, assinalando-se que para garantir a sobrevivência da sociedade se desenvolvem trabalhos que não são remunerados, que se realizam no âmbito doméstico e fora da dinâmica de mercado.

Na recolha e tratamento das estatísticas oficiais, o conceito de trabalho define-se de acordo com a conceitualização tradicional: actividade de produção de bens e serviços para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a situação perante o trabalho da população se definisse pela situação perante as actividades consideradas produtivas e realizadas no âmbito duma relação mercantil.

Tabela 17. Situação perante a actividade económica da população em idade activa (15 anos e mais)³³, Cabo Verde, 2010

SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA	POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA POR SEXO (15 anos e mais)					
	Total		Feminino		Masculino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	335694	100,0	170652	100,0	165040	100,0
População activa ocupada	177297	52,8	76722	44,9	100575	60,9
População activa desempregada	21168	6,3	10518	6,1	10650	6,4
População inactiva	137229	40,9	83412	48,8	53815	32,6

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Os dados do quadro revelam que a população activa representa 59,1% da população Cabo-verdiana e que destes 52,8% são activos ocupados, por sexo nota-se que 45% dos activos ocupados são do sexo feminino e 61% são do sexo masculino. A população activa desempregada é de 6,3% (destes 6,1% são do sexo feminino e 6,4% do sexo masculino). A

³³ De referir que esta é a única tabela que analisa a actividade económica na faixa etária 15 anos e mais. Em todas as tabelas referentes a actividade económica a população a ser analisada encontra-se na faixa etária dos 15 a 65 anos.

população inactiva representa 41%, por sexo 32,6% são do sexo masculino e 48,8% são do sexo feminino.

5.1.1. População e ocupação

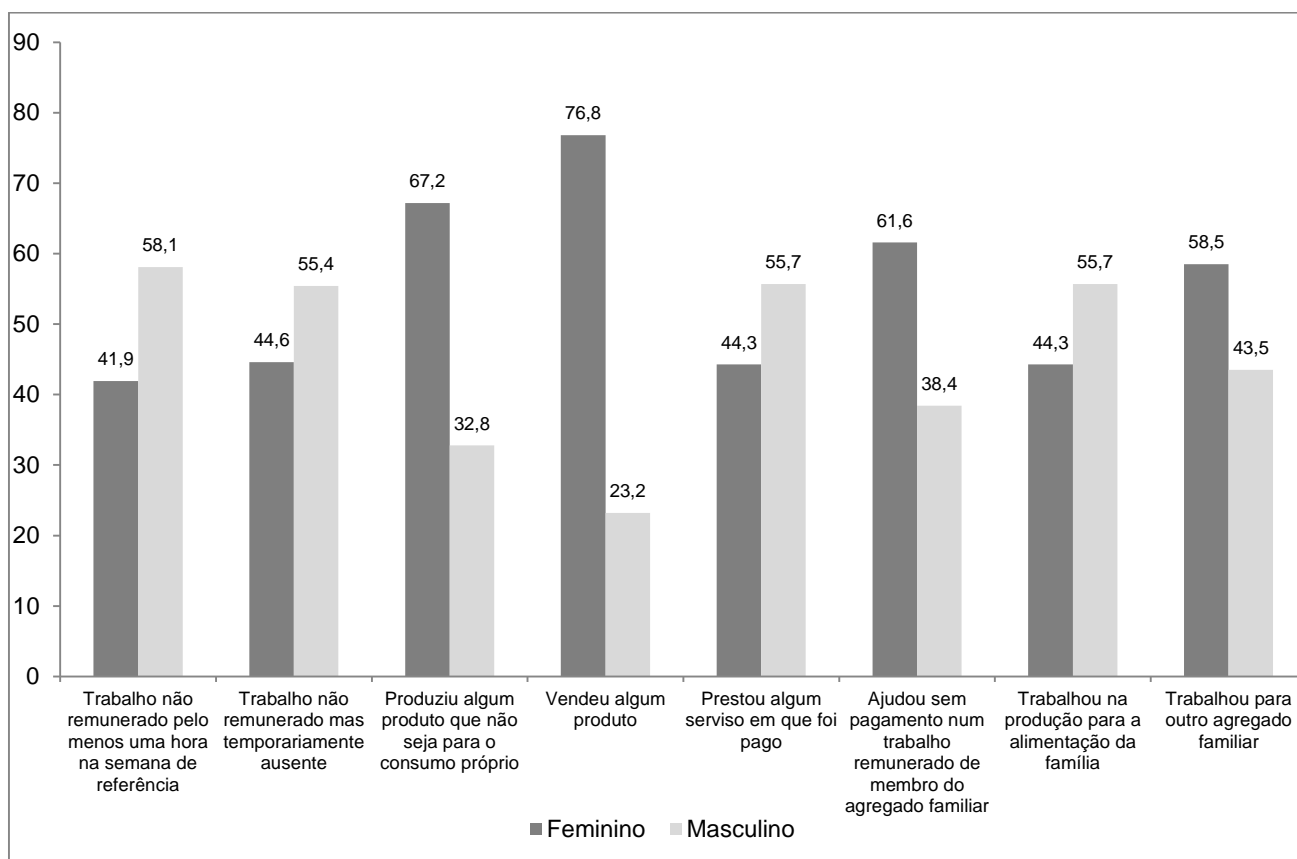
*“Ao assumir a responsabilidade de órgão produtor dos indicadores do emprego e do desemprego, o INE decidiu alinhar a produção desses indicadores conforme as recomendações da OIT, de forma a permitir a comparabilidade internacional. De acordo com essas recomendações, os indicadores de emprego e desemprego com as suas respectivas características são calculados para os indivíduos com 15 anos ou mais de idade ou 15 – 64 anos de idade, deixando a escolha aos diferentes países”.*³⁴ O trabalho foi definido como, *“aquele realizado para produzir bens e serviços (comercializados no mercado), e em troca do qual se recebe um salário ou qualquer outro tipo de remuneração”*. Consequentemente, considerou-se como empregada, *“toda pessoa que na semana que antecedeu ao exercício censitário, tinha trabalhado durante pelo menos uma hora,”*³⁵ mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a obtenção de um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Ao adoptar esta conceitualização, passaram a ser reconhecidas como actividades geradoras de rendimento a *“produção dalgum produto que não era para consumo próprio, venda dalgum produto, prestação dalgum serviço, ajuda a algum membro do agregado, plantação ou criação de animais para os membros do agregado”*. Desta forma, passa a ser activa perante o trabalho e a fazer parte de uma nova categoria denominada população ocupada, a qual integra tanto aquela população que exercia uma actividade remunerada, como aquela que desenvolvia outra actividade, que não sendo vinculativa a um emprego/salário, podia ser considerada geradora de rendimento.

Os resultados da situação perante o trabalho mostram que as desigualdades de género são muito profundas: sem excepção os homens são maioria nas ocupações remuneradas, e as mulheres nas ocupações não remuneradas. As brechas de género são muito significativa nas variáveis venda de produtos (54%) e produção de produtos que não são para o consumo próprio (34%). Existe por tanto uma maior inserção das mulheres em actividades de auto ocupação, eventuais e instáveis, ou não remuneradas.

³⁴ Portal do Instituto Nacional de Estatísticas. Estatísticas por temas. População e condições de vida. Emprego. <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>.

³⁵ Tinha trabalhado ou tinha um trabalho e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu trabalho ou tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

Gráfico 16. População ocupada³⁶ por sexo, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

5.1.2. População e inatividade

Se considerarmos população potencialmente produtiva ou população em idade activa apenas aquela entre os 15 e os 64 anos, ela representa 62% do total da população do país (61% do sexo feminino e 63% do sexo masculino), pelo que pode afirmar-se que Cabo Verde está vivendo um momento de bónus demográfico, definido como (Diniz, 2008:1) “*um fenómeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (menos idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente activa*”.³⁷

As condições demográficas actuais podem ter uma influência positiva no crescimento económico do país, contudo é importante considerar que mais de um terço da população em idade produtiva encontra-se em situação de inatividade (36%), sendo notória a diferença

³⁶ Trabalho realizado, pelo menos durante uma hora (na semana de referência) mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a obtenção de um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

³⁷ Alves Diniz. Como medir o tempo de duração do Bónus Demográfico.
http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/como_medir.pdf.

percentual (15%) que se verifica na proporção de mulheres inactivas (44%) e homens inactivos (29%)³⁸.

Tabela 18. Situação perante actividade económica da população entre 15 e 65 anos, Cabo Verde, 2010

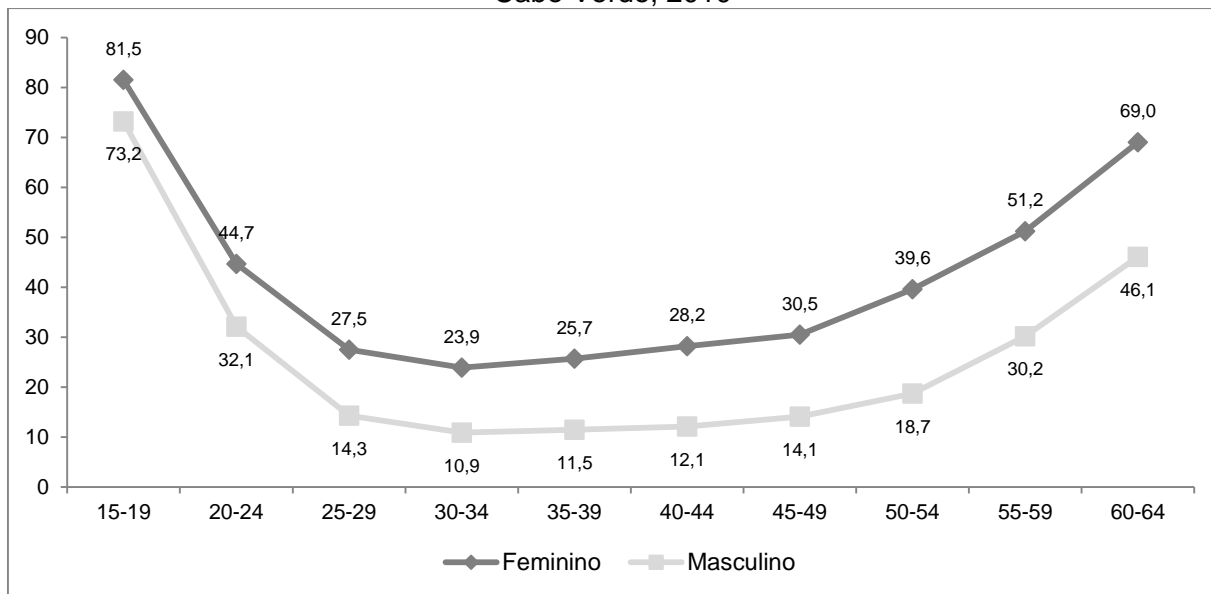
SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA	TOTAL		FEMENINO		MASCULINO	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	304347	100,0	151700	100,0	152647	100,0
População activa ocupada	172366	56,6	75180	49,6	97186	63,7
População activa desempregada	21116	6,9	10474	6,9	10642	7,0
População inactiva	110865	36,4	66046	43,5	44819	29,4

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A maior taxa de inactividade regista-se na faixa etária 15-19 anos, onde 77% das pessoas não se encontram disponíveis para desenvolver actividades económicas (82% do sexo feminino e 73% do sexo masculino). A partir deste grupo etário, a taxa de inactividade vai diminuindo em ambos sexos até atingir o seu menor valor no grupo etário 30-34 anos (17%; 11% homens 24% mulheres). A partir deste grupo começa a aumentar até atingir 59% no grupo etário 60-64 anos. Ao longo de todo o ciclo, a taxa de inactividade da mulher é maior que a dos homens, exceptuando no grupo etário 35-39. As maiores brechas se manifestam a partir dos 50-54 anos (-22).

³⁸ Se as pessoas que não estão no mercado de trabalho, devido a sua principal ocupação é o trabalho doméstico ou de cuidados de outros no âmbito familiar fossem contabilizadas como activas a taxa de inactividade geral seria de 32%, sendo de 35% entre as mulheres e de 28% entre os homens. Neste caso a diferença percentual seria de 7%.

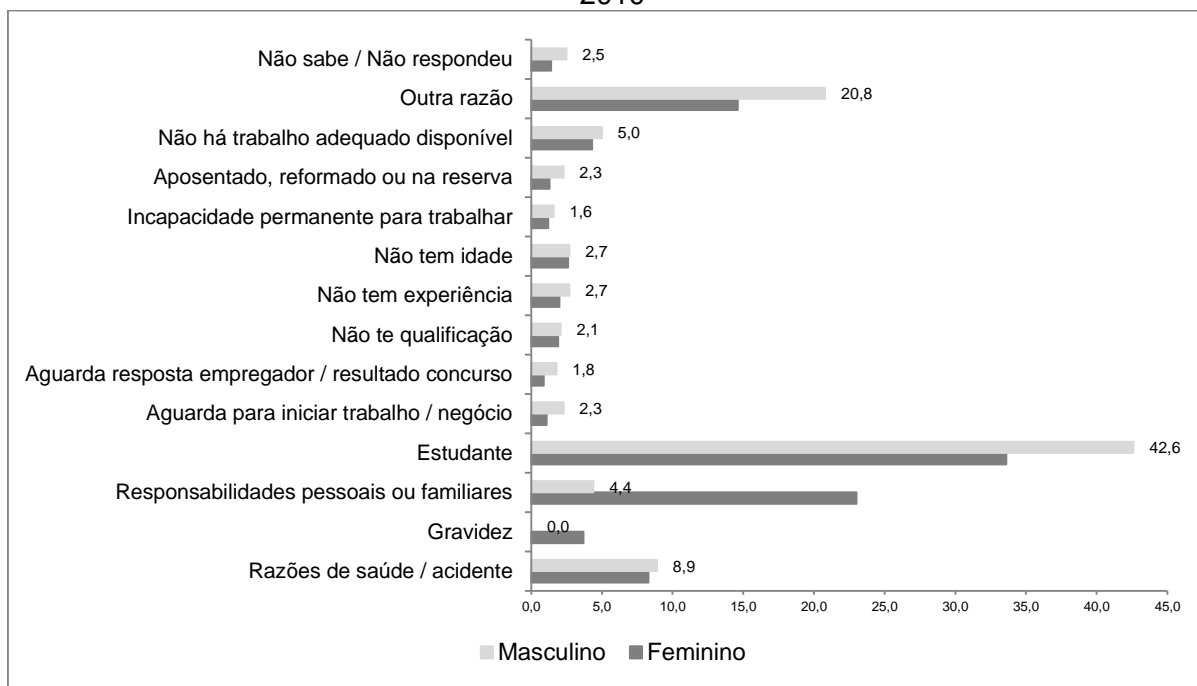
Gráfico 17. Taxa de inactividade da população de 15 a 65 anos, por grupo etário e sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Por ordem de grandeza, a primeira causa de inactividade é o estudo (37%), o que pode ser considerado um indicador positivo, no sentido de que a capacitação da mão-de-obra é um factor básico na capitalização do bónus demográfico. A segunda causa “*outras razões*” (17%), não permite pela sua natureza difusa ser utilizada para efeitos de análises de género, mas a terceira – *responsabilidades familiares* (16%), quando desagregada por sexo (23% para as mulheres e 4% para os homens) permite visibilizar profundas desigualdades de género na situação de homens e mulheres perante o trabalho. Se a esta razão também vinculamos a *gravidez* como causa de inactividade (4%), constatamos que 1/5 das mulheres não estão disponíveis para procurar trabalho devido as responsabilidades reprodutivas.

Gráfico 18. Causas declaradas de inactividade da população (15-64 anos), Cabo Verde 2010



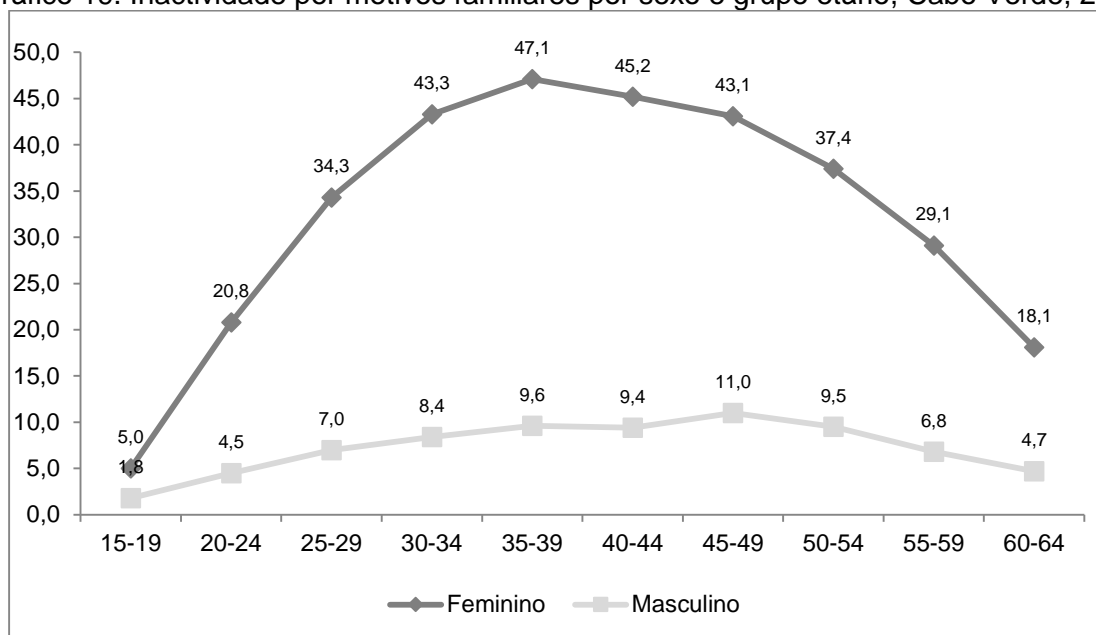
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Quando analisamos os dados sobre “razões de ordem familiar”, ou seja devido a responsabilidades decorrentes das necessidades de cuidados requeridas pela família como causa de inactividade, por grupos etários, verificamos que as brechas entre a situação de homens e mulheres se manifestam ao longo de todo o ciclo da vida activa, mas que são especialmente significativas durante a idade reprodutiva, confirmando assim a excepção que as análises dos dados no geral revelam.

Segundo Coelho (2012:11) os cuidados incluem “todas as actividades que regeneram diária e geracionalmente o bem-estar físico e emocional das pessoas que constituem as famílias. Materializam-se através da realização das tarefas quotidianas no lar: gestão e manutenção do espaço e dos bens domésticos, o cuidado dos corpos, a educação, a manutenção das relações sociais, o apoio psicológico aos membros da família, etc”³⁹.

³⁹ Coello Cremades Raquel (Colaboración de Orozco A P.).(2012) “Cómo trabajar la economía de los cuidados desde la cooperación internacional para el desarrollo. Aportes desde la construcción colectiva. http://www.juntadeandalucia.es/aacid/images/Servicios/Publicaciones/guia_economia_cuidados.pdf

Gráfico 19. Inactividade por motivos familiares por sexo e grupo etário, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Muitas destas actividades requerem uma presença física permanente no domicílio, o que condiciona a mobilidade da pessoa encarregada dos cuidados e por tanto limita o desenvolvimento de outras actividades e também a procura de emprego. Em muitas ocasiões, a pessoa “cuidadora” opta por ficar no domicílio e realizar esse tipo de actividade (trabalho reprodutivo), mas noutras, são limitações de ordem económica as que estão na base da opção – não ter recursos para adquirir este tipo de serviços ou não existirem serviços públicos adequados de apoio às famílias.

5.1.3. População e desemprego

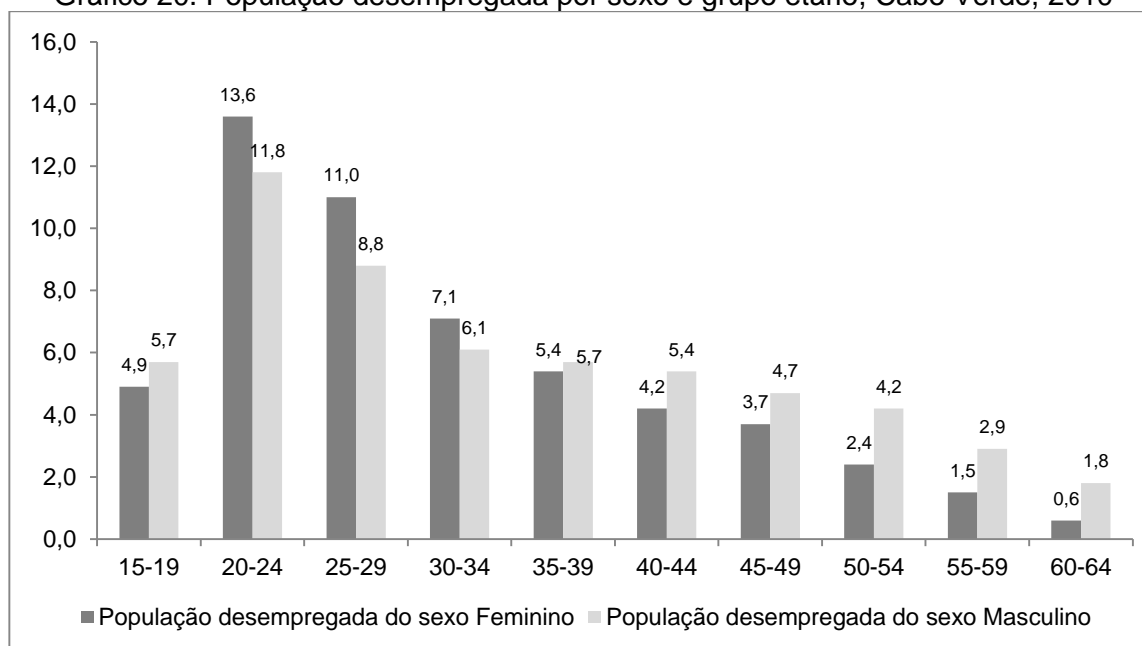
“Em termos de indicador de desemprego, é considerado desempregado todo indivíduo que não exerceu qualquer actividade económica no período de referência, estando ele disponível para trabalhar e tendo procurado activamente um trabalho”⁴⁰

De acordo com os dados do RGPH de 2010, pela primeira vez não se registam, a nível nacional, brechas de género, mas podem ser referidas desigualdades quando se analisa o comportamento do desemprego por grupos etários: constata-se que entre os 20 e os 34, o desemprego é maior entre as mulheres do que entre os homens. Se considerarmos que (i) em Cabo Verde não se verificam diferenças no nível educativo de mulheres e homens

⁴⁰ Portal do Instituto Nacional de Estatísticas. Estatísticas por temas. População e condições de vida. Emprego. <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>.

nessas idades, (ii) que essas idades correspondem com a fase reprodutiva por excelência; podemos inferir que o maior desemprego entre as mulheres está relacionado com as responsabilidades destas com a reprodução social.

Gráfico 20. População desempregada por sexo e grupo etário, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

5.1.4. Situação da população portadora de deficiência perante a actividade económica

Os dados indicam que apenas 36% da população portadora de deficiência encontra-se ocupada ou em situação de desemprego, o que significa que perto de 2/3 dessa população não desenvolve nenhuma actividade económica. Esta situação é ligeiramente mais acentuada entre as mulheres.

Tabela 19. Situação perante a actividade económica da população portadora de deficiência por sexo, Cabo Verde, 2010

SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA	TOTAL		FEMENINO		MASCULINO	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	20238	100,0	12267	100,0	7971	100,0
População activa ocupada	6549	32,4	3732	30,4	2817	35,3
População desempregada	709	3,5	430	3,5	279	3,5
População inactiva	12980	64,1	8105	66,1	4875	61,2

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

As informações indicam que a população portadora de deficiência encontra-se em desvantagem na economia produtiva, podendo este facto estar relacionado, entre outros factores com a situação educativa dessa população.

5.1.5. Situação demográfica e custos sociais do desemprego e da inactividade

“Como discutido antes, a combinação da baixa taxa de mortalidade infantil e o declínio na fertilidade em Cabo Verde, nas últimas décadas, tem levado a um aumento crescente na proporção de jovens na população em idade activa. Este período de transição demográfica será temporário até que o país alcance uma terceira fase de transição demográfica que é a fase de envelhecimento da população. Neste contexto, o desafio que o país actualmente enfrenta é a de converter o desafio demográfico em um dividendo económico. A população economicamente activa jovem pode constituir um enorme contributo para a inovação e a criatividade nas sociedades, se os jovens têm a oportunidade de participar activamente no processo de crescimento destas sociedades. Um maior número de pessoas fazendo parte da população activa pode significar uma maior número de pessoas trabalhando, produzindo, consumindo, investindo, e pagando impostos. Por outro lado, o desemprego e os trabalhos de baixa qualidade entre jovens podem acarretar em um custo muito alto e de efeito duradouro para toda a sociedade que inclui a perda de produtividade e competitividade do país, a perda de recursos tributários, e o aumento dos gastos sociais. Esta perda de recursos é irreversível em uma situação demográfica que única.

O custo social do desemprego ou trabalho de baixa qualidade pode ser ainda maior e mais duradouro no caso de jovens mulheres que são também chefes de família. A lacuna de competências acumulada pela inactividade, desemprego, ou emprego de baixa qualidade diminui o nível salarial futuro, podendo levar, por conseguinte, ao aumento no número de horas trabalhadas que afectam também o número de horas dedicados aos cuidados familiares. Não havendo um sistema de suporte familiar, esta situação aumenta o risco de ciclos de pobreza serem reforçados. Este risco é especialmente importante no caso de Cabo Verde uma vez que a proporção de agregados familiares pobres representados por mulheres é maior que aqueles representados por homem (QUIBB 2007)⁴¹.

⁴¹ O texto do item 4.1.5, foi o resultado da gentil colaboração da Dra. Heloísa Maroni, Economista do escritório das Nações Unidas de Cabo Verde.

5.2. Principal meio de vida da população, actividades e profissões

De acordo com os dados recolhidos pelo RGPH 2010, 1/3 da população cabo-verdiana em idade activa está a cargo da família e apenas 35%, tem como principal meio de subsistência o trabalho ou o rendimento empresarial.

Tabela 20. Principal meio de vida da população por sexo, Cabo Verde, 2010

PRINCIPAL MEIO DE VIDA NOS ÚLTIMOS 12 MESES	SEXO				TOTAL	
	Feminino		Masculino			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	248280	100,0	243403	100,0	491683	100,0
Trabalho	68829	27,7	97893	40,2	166722	33,9
Rendimento de propriedade/empresa	1570	0,6	1481	0,6	3051	0,6
Reforma	4052	1,6	5943	2,4	9995	2,0
Pensão	7602	3,1	4227	1,7	11829	2,4
Apoio social	3460	1,4	2076	0,9	5536	1,1
Cargo de família residente em Cabo Verde	93257	37,6	67836	27,9	161093	32,8
A cargo de família no estrangeiro	7085	2,9	3698	1,5	10783	2,2
Bolsa de estudo	1040	0,4	836	0,3	1876	0,4
Outro	10840	4,4	8215	3,4	19055	3,9
NA	50109	20,2	50295	20,7	100404	20,4
ND	436	0,2	903	0,4	1339	0,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

As reformas, as pensões e o apoio social, constituem o principal meio de subsistência para perto de 5% da população. A população do sexo feminino é mais dependente economicamente do que a população masculina: apenas 28% tem o trabalho como meio de subsistência, enquanto 40% depende da família. Por outro lado, em relação aos homens, dependem mais de pensões e do apoio social e vivem menos de reformas, o que indica que ao longo da sua vida mantiveram-se inactivas ou e trabalharam em áreas não cobertas pelos benefícios sociais que advém do trabalho decente.

Tabela 21. Ramos de actividade económica da população por sexo, Cabo Verde, 2010

RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	SEXO				TOTAL	
	Feminino		Masculino		Efectivo	%
	Efectivo	%	Efectivo	%		
CABO VERDE	61694	100,0	86816	100,0	148510	100,0
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4807	7,8	13654	15,7	18461	12,4
Indústrias extractivas	1094	1,8	555	0,6	1649	1,1
Indústrias Transformadoras	2769	4,5	7674	8,8	10443	7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	186	0,3	837	1,0	1023	0,7
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gás	35	0,1	101	0,1	136	0,1
Construção	2155	3,5	19867	22,9	22022	14,8
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos	15608	25,3	9786	11,3	25394	17,1
Transportes e armazenagem	1184	1,9	7004	8,1	8188	5,5
Alojamento e restauração (restaurante e similares)	4109	6,7	2367	2,7	6476	4,4
Actividade de informação e de comunicação	825	1,3	1016	1,2	1841	1,2
Actividades financeiras e de seguros	759	1,2	630	0,7	1389	0,9
Actividades imobiliárias	165	0,3	406	0,5	571	0,4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	541	0,9	674	0,8	1215	0,8
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3238	5,2	3608	4,2	6846	4,6
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	7157	11,6	9575	11,0	16732	11,3
Educação	5852	9,5	3857	4,4	9709	6,5
Saúde humana e acção social	1706	2,8	923	1,1	2629	1,8
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	279	0,5	581	0,7	860	0,6
Outras actividades de serviços	1886	3,1	2004	2,3	3890	2,6
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	7123	11,5	1460	1,7	8583	5,8
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	216	0,4	237	0,3	453	0,3
NA	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

As informações sobre o principal meio de vida são corroboradas pelos dados sobre as actividades e as profissões. Os cinco principais ramos de actividades no país são o comércio, a construção, a agricultura e a administração pública. As mulheres se encontram principalmente no sector informal, onde elas se envolvem no comércio e outros serviços, geralmente, o rendimento e as condições de trabalho são muito menos seguros e menos estáveis. Perto de 28% da população trabalha por conta própria (28% homens e 26%

mulheres), mas os dados mostram que raramente as mulheres têm recursos para contratar outras pessoas para desenvolver as actividades económicas (5%), enquanto os homens tem uma situação melhor (10%).

Na administração pública, que representa 14%, homens e mulheres têm situação quantitativa quase idêntica. A construção civil, que representa 15% é um sector masculinizado (23%), onde a presença feminina é muito baixa (4%). Nele as mulheres trabalham geralmente como serventes, pelo que auferem os salários mais baixos do ramo. Em contrapartida, no ramo do comércio (17%), que é maioritariamente informal e de retalho predominam (25%) as mulheres (11% homens). O trabalho doméstico em casas de família é uma actividade quase exclusivamente feminina (10% e 3% respectivamente).

Tabela 22. Situação da população na ocupação/profissão por sexo, Cabo Verde, 2010

	SEXO					
	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	78395	100,0	101251	100,0	179646	100,0
Administração Pública	12743	16,3	12854	12,7	25597	14,2
Sector empresarial do Estado	6079	7,8	7653	7,6	13732	7,6
Sector empresarial privado	17145	21,9	35116	34,7	52261	29,1
Forças Armadas	22	0,0	733	0,7	755	0,4
Trabalho por conta própria sem pessoal ao serviço	16726	21,3	18756	18,5	35482	19,8
Trabalho por conta própria com pessoal ao serviço	4172	5,3	10039	9,9	14211	7,9
Trabalho familiar não remunerado	4843	6,2	3021	3,0	7864	4,4
Trabalho em casa de família	8038	10,3	2912	2,9	10950	6,1
Produção para o próprio consumo	4114	5,2	3956	3,9	8070	4,5
Cooperativas / Ass. Comunitárias	764	1,0	1089	1,1	1853	1,0
Organizações internacionais	131	0,2	153	0,2	284	0,2
ONG's	189	0,2	130	0,1	319	0,2
Aprendizado ou estágio	190	0,2	345	0,3	535	0,3
Outra situação	3061	3,9	4263	4,2	7324	4,1
NS/NR	178	0,2	231	0,2	409	0,2

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO VI: SITUAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

6.1. Tamanho e tipologia dos agregados familiares

A definição utilizada pelo INE para identificar uma unidade doméstica é o agregado familiar, descrito como “*um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário, normalmente com um representante (INE-2010, pág. 28)*”⁴². Com esta definição, que permite operacionalizar o trabalho de recolha e análise dos dados, o exercício censitário distancia-se do conceito tradicional de família como uma ideia-valor⁴³ e organiza a informação na óptica de grupo ou unidade doméstica, constituída por uma pessoa ou um agregado de pessoas. Opta, assim, por reflectir com maior fidelidade as mudanças demográficas e as variações ao longo do ciclo evolutivo do próprio grupo e utiliza uma conceitualização mais adequados à realidade social cabo-verdiana⁴⁴.

Um elemento caracterizador da família como ideia-valor é a existência dum indivíduo que chefia esse agregado, chefia que aparece tradicionalmente relacionada a uma figura masculina, com ascendência moral sobre os restantes membros do agregado, que exerce a autoridade sobre estes e que é a principal provedora das necessidades económicas do mesmo.

Em Cabo Verde, desde o Censo de 1990, a informação sobre a chefia dos agregados aparece desagregada por sexo, mas registou-se uma diferença de abordagem entre os exercícios censitários anteriores e o de 2010 – enquanto nos Censos de 1990 e 2000 se utilizou o termo chefe de família, em 2010 passou a ser utilizado o termo representante do agregado. Esta nova abordagem, marca algum distanciamento da conceitualização anterior,

⁴² INE (2009). Manual do Agente Recenseador. Gabinete do Censo 2010. Imprensa Nacional. Praia.

⁴³ De acordo com Carloto (2011), a família como ideia-valor é “unidade jurídica, económica e religiosa fundada na autoridade soberana de um chefe” (GOMES, 1999, p. 39). A civilização romana considerava o conjunto de sujeitos submetidos ao poder por parte famílias. Os filhos estavam sujeitos aos poderes infinitos da parte. A mulher submissa, sem autonomia e da condição de filha passava à condição de esposa, sem direitos próprios. A moral católica consagra a família monogâmica. Pereira (2002) argumenta que a família sob o direito canónico manteve uma característica da família romana: estrutura familiar baseada na autoridade de um chefe, o marido-pai, fortalecendo o modelo patriarcal”. (Pag 3) Anais II Simpósio Género e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT3- Género e Família – Coordenadora Cássia Maria Carloto. http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/da2d0ef8-4a35-4f01-9ad3-d6d065dad545/mulheres-chefes-familia_mulheres-empendedoras_projetos-extensao-tb.pdf?MOD=AJPERES. Acessado a 28/12/12.

⁴⁴ “O conceito de família sofreu várias transformações ao longo da evolução das sociedades e isso repercutiu no tratamento social sobre o assunto. A família, como a comunidade formada por meio do casamento, com as modificações sociais, políticas e económicas, passou de um conceito único e restrito para um conceito plural, em que a sociedade de hoje reconhece as uniões estáveis e as comunidades formadas por qualquer um dos pais e seus descendentes. (Pág. 10) Anais II Simpósio Género e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT3- Género e Família – Coordenadora Cássia Maria Carloto. http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/da2d0ef8-4a35-4f01-9ad3-d6d065dad545/mulheres-chefes-familia_mulheres-empendedoras_projetos-extensao-tb.pdf?MOD=AJPERES. Acessado a 28/12/12.

porque nesta uma pessoa pode representar o agregado, mas sem que essa representação implique que seja a provedora principal, ou que exerça uma relação de autoridade sobre os restantes membros. No RGPH de 2010, considera-se, assim que em cada agregado o que existe é uma pessoa reconhecida como responsável⁴⁵ pelos outros membros do agregado. Esse conceito aplica-se, mesmo naqueles casos onde não existem relações de parentesco ou de dependência de qualquer tipo entre os integrantes, porque estes apenas partilham o essencial das despesas de alojamento e alimentação.

Tabela 23. Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010

TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR		SEXO DO REPRESENTANTE					
		Total		Masculino		Feminino	
		Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE		116873	100,0	61040	52,2	55833	47,7
Unipessoal		17741	15,2	12026	67,8	5715	32,2
Sem relação de parentesco		1361	1,2	922	67,7	439	32,2
Biparental	Biparental isolado	5613	45,4	4216	75,1	1397	26,4
	Biparental Nuclear	27474		20199	73,5	7275	
	Biparental Compósito	19962		14592	73,1	5370	
Não biparental	Nuclear	16785	38,3	2197	13,1	14588	79,6
	Compósito	27937		6888	24,7	21049	

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

À semelhança do RGPH de 2000⁴⁶, os agregados aparecem classificados atendendo a relação que existe entre o representante e os restantes integrantes do mesmo, sendo um elemento referencial central para o tratamento das informações, a existência ou não de relações de parentesco e conjugalidade. De acordo com essa conceptualização, um agregado pode ser então *unipessoal*, (quando no alojamento doméstico habita apenas uma pessoa), ou pode ser um agregado *sem relações de parentesco* ao estar habitado o alojamento por pessoas que vivem juntas e partilham o essencial das despesas de

⁴⁵ "Representante do agregado familiar é a pessoa reconhecida como responsável pelos restantes membros, podendo estar ou não presente no momento da entrevista" (INE 2010. Manual do Agente Recenseador. Pág. 29).

⁴⁶ Em 2000 o INE, começou a utilizar a categoria tipologia da família "a família é uma instituição universal, mas os seus contornos e as suas funções variam fortemente segundo as sociedades e evoluem no tempo, pelo que podem aplicar-se vários critérios para a sua tipificação". A partir desse recenseamento, os sucessivos exercícios estatísticos executados pelo INE, utilizam critérios caracterizadores da família referentes aos laços que unem os seus membros, nomeadamente a relação de conjugalidade, a presença ou não de filhas/filhos, ou outros laços de parentesco. O referencial para ser considerado parte integrante da unidade doméstica é residir no mesmo. INE (2000). Manual do Agente Recenseador. Imprensa Nacional. Praia

alojamento e alimentação, mas que não estão unidas por nenhum laço de parentesco. Os agregados biparentais pressupõem a existência no alojamento de um casal heterossexual. No caso de habitar no alojamento apenas o casal é classificado como biparental isolado, quando habita apenas com os filho/as como biparental nuclear, e quanto além dos filhos há outras pessoas ou parentes biparentais compósitos. Os agregados monoparentais⁴⁷ são aqueles formados por uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes (monoparental nuclear), ou com estes e outras pessoas ou parentes (monoparental compósito).

Na última década, a disseminação dos resultados dos exercícios censitários sobre a tipologia e a chefia dos agregados, fizeram emergir com muita intensidade, considerações sobre a estrutura da família cabo-verdiana, focalizadas no binómio monoparentalidade/chefia do agregado por mulheres. A monoparentalidade é percebida como uma dinâmica familiar recente e os agregados monoparentais como incompletos ou desestruturados, de grande vulnerabilidade económica e geradores de problemas sociais. Subjacente a esta percepção, encontra-se um juízo de valor social de que só uma figura masculina pode ser verdadeiramente representativa da autoridade.

Contudo, há que tomar em consideração que tanto os agregados monoparentais como os agregados unipessoais podem ser o resultado:

- (i) Da dissolução das relações biparentais devido a divórcio, separação, viuvez;
- (ii) De processos migratórios de um dos conjugues;
- (iii) De uniões ocasionais ou não consensuais, que dão origem a um agregado familiar geralmente integrado por uma mulher e a sua descendência, nos quais o homem só está presente esporadicamente, ou coabita com a família por temporadas⁴⁸;
- (iv) Da opção consciente duma pessoa de constituir família, fora dos marcos da conjugalidade ou de morar sozinho por razões de acesso a locais de estudo ou de trabalho.

No caso dos agregados monoparentais, torna-se necessário um olhar mais aprofundado sobre as suas dinâmicas, assim como sobre as suas origens e evolução. Em Cabo Verde, a

⁴⁷A expressão “famílias monoparentais” foi utilizada, segundo Nadine Lefaucher, na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros (VITALE, 2002. p.47). A monoparentalidade se impôs com maior intensidade a partir dos anos 70, conquistando visibilidade e lugar nas pesquisas sociológicas”. In “Família monoparental na sociedade contemporânea. Breves reflexões” (Rita de Cácia Hora Santana), <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FAMILIA-MONOPARENTAL-NA-SOCIEDADE-CONTEMPORANEA-BREVES-REFLEXOES.pdf>. Acessado a 30/01/13.

⁴⁸A Constituição cabo-verdiana estabelece no artigo 82º que “a família é o elemento fundamental e a célula base de toda a sociedade; que a paternidade e maternidade são valores sociais eminentes; e que todos têm o direito de constituir família. Contudo o Livro da Família no artigo 1553º, especifica que “são fontes das relações jurídicas familiares o casamento, o parentesco, a afinidade e a adopção”. No artigo 1554º define casamento como “a união voluntária entre duas pessoas de sexo diferente, nos termos da lei, que pretendem constituir família mediante uma comunhão plena de vida”. Nenhum instrumento legal faz menção específica as famílias monoparentais.

semelhança de outras sociedades (como as caribenhas) onde os processos de povoamento estiveram intimamente ligados à escravatura, a configuração do agrupamento familiar, dependia em primeiro lugar da condição social da pessoa ou seja de esta ser livre ou escrava⁴⁹. Entre a população escrava a relação familiar mais estável e permanente estabelecia-se entre as mulheres e os seus filho(a) s, ou entre irmãos e irmãs. Por outro lado, desde os finais do século XIX, a emigração, que culturalmente é uma opção socialmente aceite tanto para homens como para mulheres, vem contribuindo para a constituição de agregados monoparentais. Nesse último caso, a pessoa ausente (que pode ser ou não casada ou ter coabitado com a pessoa que representa o agregado), geralmente continua a contribuir para o sustento do agregado e uma fonte de autoridade, sendo esse tipo de agregado socialmente valorizado. Ainda, deve-se tomar em consideração que nos agregados monoparentais resultantes de processos de separação ou divórcio, existem situações em que o ex-cônjuge, que não partilha mais o mesmo espaço, continua a partilhar a autoridade e as responsabilidades inerentes a educação das crianças e dos jovens, ao mesmo tempo que contribui economicamente para o sustento dos mesmos, mas quase sempre a separação ou divórcio gera uma diminuição no rendimentos do agregado onde ficam as crianças e jovens e outras pessoas dependentes.

Tabela 24. Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010

TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR	SEXO DO REPRESENTANTE					
	TOTAL		Feminino		Masculino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	116 873	100,0	55 833	47,8	61 040	52,2
Unipessoal	17 741	15,2	5 715	32,2	12 026	67,8
Agregados sem relação de parentesco	1 361	1,2	439	32,3	922	67,7
Biparentais isolados	5 613	4,8	1 397	24,9	4 216	75,1
Biparentais nucleares	27 474	23,5	7 275	26,5	20 199	73,5
Biparentais compósitos	19 962	17,1	5 370	26,9	14 592	73,1
Monoparental nuclear	16 785	14,4	14 588	86,9	2 197	13,1
Monoparental compósito	27 937	23,9	21 049	75,3	6 888	24,7

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

⁴⁹ Predominavam nas fazendas as uniões livres entre escravos, não reconhecidas pela igreja, por não obedecerem aos preceitos saídos do concílio de Trento. Só nas classes dominantes se fazia questão «de se celebrar» [...]. A não formalização das uniões constituía uma vantagem para os senhores, que assim podiam separar o casal e vender, transferir ou alforriar um dos seus membros, se isso lhes conviesse, sem que tal os colocasse numa posição embaraçosa [...] A célula familiar básica entre os escravos [...] [era] constituída pela mãe e pelos filhos, sendo o homem variável e marginal [...]. A leitura da descendência entre escravos fazia-se apenas pela linha feminina, contrastando com a filiação acentuadamente patrilinear das famílias dos terratenentes (in Santos 2007. História Geral de Cabo Verde. Pág. 232).

Uma informação de destaque em termos evolutivos sobre os agregados familiares é a evidente **diminuição do seu tamanho médio** nas últimas décadas (5,1 em 1990, 4,6 em 2000 e 4,2 em 2010, sendo que o tamanho médio dos agregados no meio urbano é (3,9) menor que no meio rural (4,7). Ressalvando o facto da mudança da terminologia, um outro dado importante é o aumento do número de agregados representados por mulheres: 40% em 2000 e 48% em 2010. Em relação a situação de 2000, os dados também evidenciam uma tendência para:

- (i) A diminuição dos agregados biparentais - de 49% para 45%;
- (ii) O aumento de agregados unipessoais - de 12% para 15%, e dos agregados sem nenhuma relação de parentesco;
- (iii) A manutenção da mesma proporção dos agregados monoparentais - 38%.

O fosso entre agregados representados por mulheres e por homens é de apenas 4 pontos percentuais (52% representados por homens e 48% por mulheres), o que aponta para uma aceitação cada vez mais crescente da centralidade da mulher no agregado. Nos agregados biparentais continuam a ser homens os mais indicados como representantes dos mesmos (73%), o que pode corresponder a uma organização tradicional.

No conjunto de agregados, em 2010, os agregados biparentais eram os mais representativos (45%). De entre eles os mais numerosos, os nucleares, ou seja os integrados pelo casal e os seus filhos e/ou filhas (24%). Em segundo lugar, encontravam-se os biparentais compósitos - integrados pelo casal com, filhos/filhas, e por outras pessoas com ou sem relação de parentesco com o representante (17%). Por último situavam-se os *casais isolados* (5%), que usualmente são aqueles casais que ainda não tiveram descendência ou que a tiveram, mas que já saiu do agregado.

Tabela 25. Tipologia dos agregados familiares por concelho, Cabo Verde, 2010

CONCELHO	TIPOLOGIA DOS AGREGADOS FAMILIARES						
	Total						
	Unipessoal	Sem relação de parentesco	Biparentais			Monoparental	
Isolados			Nuclear	Compósito	Nuclear	Compósito	
CABO VERDE	15,2	1,2	4,8	23,5	17,1	14,4	23,9
Ribeira Grande	16,9	1,0	4,9	21,6	20,2	12,3	23,2
Paúl	16,5	0,7	3,4	24,8	20,4	11,8	22,4
Porto Novo	16,5	0,9	3,9	20,9	23,6	10,7	23,6
S. Vicente	18,5	1,1	5,0	22,6	16,2	13,7	22,9
Ribeira Brava	22,8	1,3	5,1	19,0	17,2	11,5	23,1
Tarrafal de S. N.	19,8	0,9	6,4	20,8	18,4	11,4	22,3
Sal	19,3	3,1	7,7	26,7	14,9	9,4	18,9
Boavista	22,8	4,0	9,9	19,3	13,9	7,5	22,6
Maio	16,1	1,1	5,4	26,1	14	17,0	20,3
Tarrafal	11,0	0,9	4,2	19,8	15,2	19,8	29,1
Santa Catarina	10,2	1,3	3,5	17,1	19,2	15,1	33,6
Santa Cruz	11	0,3	3,3	25,2	17,5	17,3	25,3
Praia	16,3	1,1	5,2	25,6	15,5	15,3	20,9
S. Domingos	8,3	0,3	3,3	27,5	21,2	12,8	26,5
S. Miguel	8,3	0,4	3,5	21,4	16,6	20,0	29,9
S. S. do Mundo	7,1	0,7	2,4	18,1	20,5	17,3	33,9
S. L. dos Órgãos	8,8	0,2	2,0	23,7	23,7	14,0	27,5
R ^a Grande de ST	9,0	1,3	2,9	17,5	19,3	13,8	36,2
Mosteiros	12,3	0,5	4,3	28,4	17,6	14,0	22,8
S. Filipe	11,8	0,8	4,1	27,9	18,4	14,8	22,2
S ^{ia} Catarina do Fogo	9,8	0,5	4,4	27,9	19,2	14,0	24,2
Brava	15,4	0,8	5,1	23,7	15,6	14,6	24,7

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

As ilhas com maior proporção de agregados biparentais são Fogo (51%) e Sal (49%). O concelho de São Domingo (52%) e todos os concelhos da ilha de Fogo, onde há maior número desta tipologia de agregado.

Os agregados monoparentais representam 38% do total. Entre eles os compósitos são os mais numerosos (24%). Os monoparentais nucleares representam 14%. Os agregados unipessoais representam 15% e os agregados sem relação de parentesco apenas 1%.

6.2. O estado civil dos representantes dos agregados

Dos dados de 2010, emergem uma diversidade de dinâmicas relacionadas à configuração dos agregados familiares (consultar no anexo Tabela IV). No caso dos monoparentais, verificou-se que 41% dos representantes eram solteiros (40% mulheres e 48% homens), mas 29% era casado ou vivia em união (29% mulheres e 31% homens).

A dissolução de uniões (por separação ou divórcio), em magnitude representa o terceiro estado civil dos representantes desses agregados (18%, sendo 19% das mulheres e 13% dos homens), enquanto a viuvez vem no 4º lugar (11%, 12% mulheres e 7% homens). Assinala-se ainda uma brecha de perto de 74 pontos percentuais entre os agregados monoparentais nucleares onde a representante é uma mulher (87%) e os agregados monoparentais nucleares representados por homens (13%). Já no caso dos agregados monoparentais compósitos, em perto de 20% dos casos, os homens foram referidos como representantes

No caso dos agregados unipessoais, o Censo mostrou que mais da metade (54%) era constituído por pessoas solteiras (44% mulheres e 68% homens), perto de 20% (24% mulheres e 18% homens) por pessoas casadas ou em união, 19% por pessoas divorciadas ou separadas (17% mulheres e 20% homens) e 6% por pessoas viúvas (14% mulheres e 2% homens).

Tabela 26. Estado civil dos representantes (%) dos agregados familiares, por tipologia e sexo, Cabo Verde, 2010

ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR	TOTAL GERAL	TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR							
		Unipessoal	Sem relação de parentesco	BIPARENTAIS			MONOPARENTAL		
				Isolado	Nuclear	Compósito	Monoparental	Compósito	
AMBOS OS SEXOS	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Solteiro	25,2	54,2	62,1	0,9	0,8	1,2	39,4	42,5
	Casado	20,9	7,0	9,6	40,0	26,7	45,9	9,3	9,8
	União	38,4	13,0	11,2	58,5	72,3	52,2	22,9	18,0
	Separado	8,8	16,0	8,9	0,2	0,1	0,2	20,0	13,9
	Divorciado	1,2	3,2	1,8	0,1	0,0	0,0	2,0	1,6
	Viúvo	5,3	6,0	6,0	0,0	0,0	0,3	6,3	14,0
	ND	0,3	0,7	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2
FEMININO	Total	100,0	32,2	32,3	24,9	26,5	26,9	86,9	75,3
	Solteiro	20,3	44,0	52,8	0,9	1,2	2,0	41,1	38,5
	Casado	27,5	6,8	6,8	34,3	21,9	37,0	8,5	9,1
	União	44,3	17,2	13,9	64,3	76,6	59,3	21,9	18,9
	Separado	5,3	14,1	7,5	0,2	0,2	0,6	20,4	15,2
	Divorciado	0,9	3,2	2,7	0,1	0,0	0,1	1,8	1,7
	Viúvo	1,5	13,7	15,7	0,1	0,1	0,9	6,2	16,5
	ND	0,3	1,0	0,5	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
MASCULINO	Total	100,0	67,8	67,7	75,1	73,5	73,1	13,1	24,7
	Solteiro	30,5	59,0	66,5	0,9	0,6	0,9	28,1	54,6
	Casado	13,6	7,1	10,8	41,9	28,4	49,2	14,7	11,9
	União	32,0	11,0	10,0	56,5	70,8	49,5	29,5	15,2
	Separado	12,6	17,0	9,5	0,2	0,0	0,1	17,3	9,9
	Divorciado	1,5	3,1	1,4	0,1	0,0	0,0	3,2	1,5
	Viúvo	9,5	2,3	1,3	0,0	0,0	0,1	6,8	6,4
	ND	0,2	0,6	0,4	0,3	0,1	0,1	0,4	0,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Por ilhas, (Tabela V do anexo) Boa Vista e São Nicolau são aquelas onde proporcionalmente há mais agregados unipessoais. Em Boa Vista perto de 1/5 dos agregados (23%) são unipessoais (74% são homens). Em S. Nicolau a proporção é de 22%. As ilhas com maior proporção de agregados sem relações de parentesco são Boa Vista (4%) e Sal (3%). De assinalar que Boa Vista e Sal são as que receberam o maior numero de emigrantes no período 2000-2010.

Em Santiago (41%) e na Brava (39%) é onde há uma maior proporção de agregados monoparentais, sendo os concelhos de S. Salvador do Mundo (51%) e Ribeira Grande de Santiago (50%) onde é maior a proporção desta tipologia de agregados. Também são estas ilhas (Santiago – 52%, Brava - 48%) onde foram registadas mais mulheres como

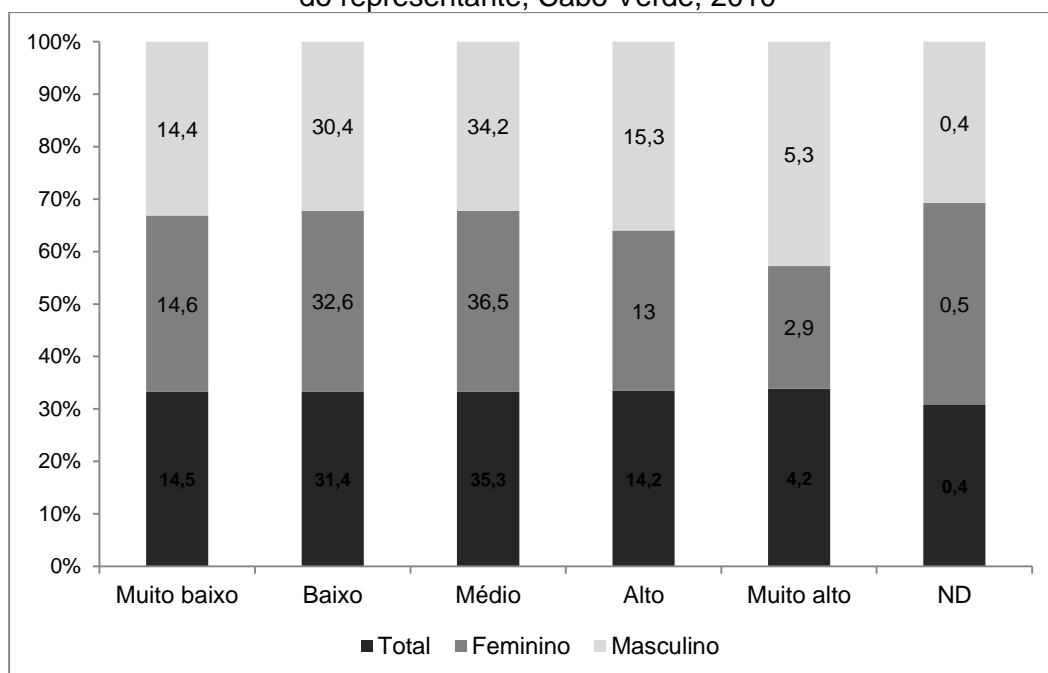
representantes do agregado, especialmente nos concelhos de Tarrafal (63%) e de Calheta de São Miguel (57%).

6.3. Nível de conforto dos agregados familiares

O nível de conforto é um indicador compósito que se baseia nos aspectos multidimensionais da pobreza não monetária, com base na análise de componentes principais de um conjunto de variáveis de acesso a serviços básicos e de condições de habitabilidade observadas no RGPH de 2010.

Globalmente, o nível de conforto dos representantes dos agregados familiares se situam no médio (35,3%) e no baixo (31,4%). O nível de conforto dos agregados familiares está relacionado ao sexo do representante, 15,9% dos agregados com nível de conforto alto e muito alto o representante é do sexo feminino, por outro lado, para esses mesmos níveis o índice de conforto é mais elevado se o representante for do sexo masculino (20,7%). Nos níveis de conforto mais baixos (baixo e muito baixo), nota-se também a diferença todavia em menores proporções (3%), 47,2% quando o representante é mulher e 44,8% quando o representante é homem.

Gráfico 21. Nível de conforto por sexo do representante dos agregados familiares por sexo do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Por tipologia de agregado familiar, as assimetrias tornam-se mais evidentes. Os agregados cujo representante é do sexo feminino apresentam um nível de conforto alto e muito alto, superior ao dos representantes do sexo masculino, apenas no caso dos agregados unipessoais e os agregados sem relação de parentesco. Já nos agregados biparentais e os monoparentais esta proporção é maior nos agregados com representante do sexo masculino.

Ao analisarmos o lado oposto, para os agregados com nível de conforto baixo e muito baixo, nota-se também as assimetrias. Essas assimetrias são particularmente vincadas nos agregados unipessoais e sem relação de parentesco, em que os representantes são do sexo masculino e, encontram-se em desvantagem em relação ao representante do sexo feminino (com diferença na ordem dos 14 e 22 pontos percentuais). Quanto aos agregados monoparentais, 55,3% dos representados por mulher vivem com níveis de conforto baixo e muito baixo, o que acontece com 47% dos representados por homens. A mesma tendência é verificada para os biparentais isolados, nucleares, os biparentais compósitos e os monoparentais.

Tabela 27. Nível de conforto por tipologia de agregado familiar, Cabo Verde, 2010

TIPOLOGIA DOS AGREGADOS FAMILIARES		NÍVEL DE CONFORTO											
		FEMININO					MASCULINO						
		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	ND	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	ND
Total		14,6	32,6	36,5	13,0	2,9	0,5	14,4	30,4	34,2	15,4	5,3	0,4
Unipessoal		16,2	31,3	34,9	12,3	3,9	1,4	25,4	36,3	26,1	8,8	2,9	0,8
Sem relação de parentesco		8,7	22,8	50,1	14,8	3,2	0,5	17,8	36,0	34,6	7,8	3,1	0,6
Biparentais	Isolado	10,2	25,7	36,9	18,0	9,2	0,1	11,4	25,6	34,0	18,3	10,3	0,4
	Nucleares	13,7	33,8	31,9	14,4	5,9	0,3	12,2	30,9	33,4	16,7	6,6	0,3
	Compósito	9,0	28,6	40,7	17,0	4,3	0,4	8,1	24,9	40,9	19,9	5,8	0,5
Monoparental	Monoparental	18,9	36,4	31,8	10,6	2,0	0,3	15,7	31,2	34,5	14,3	4,0	0,3
	Compósito	13,3	31,6	40,3	12,9	1,5	0,4	15,9	32,1	36,5	12,9	2,2	0,4

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O nível de conforto dos agregados familiares está claramente relacionado com o nível de instrução dos seus representantes. Nota-se que os agregados com nível de instrução médio

e superior são os que apresentam melhores índices de conforto e que somente uma pequena proporção apresenta o nível de conforto baixo e muito baixo.

Tabela 28. Nível de conforto por nível de instrução dos representantes dos agregados familiares e sexo, Cabo Verde, 2010

SEXO	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Nível de Conforto					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO	ND
AMBOS	SEM NÍVEL DE INSTRUÇÃO	22,3	37,5	33,9	5,7	0,2	0,3
	PRÉ-ESCOLAR	14,1	41,4	32,8	10,9	0,8	0,0
	ALFABETIZAÇÃO	17,1	38,4	35,5	8,1	0,5	0,4
	ENSINO BÁSICO	16,5	35,2	35,0	11,7	1,3	0,4
	SECUNDÁRIO	9,0	27,8	38,5	18,8	5,4	0,5
	CURSO MÉDIO	1,7	9,8	35,7	35,1	17,2	0,4
	BACHAREL OU SUPERIOR	0,9	6,9	29,9	35,3	26,4	0,5
	ND	17,5	32,4	36,4	10,4	1,2	2,1
FEMININO	SEM NÍVEL DE INSTRUÇÃO	21,0	37,5	35,1	5,9	0,2	0,3
	PRÉ-ESCOLAR	11,5	41,0	34,6	12,8	0,0	0,0
	ALFABETIZAÇÃO	16,2	37,1	36,9	8,7	0,5	0,6
	ENSINO BÁSICO	15,6	35,8	36,0	11,1	1,1	0,4
	SECUNDÁRIO	8,2	28,0	40,2	18,8	4,2	0,6
	CURSO MÉDIO	1,7	8,5	39,8	34,8	14,9	0,3
	BACHAREL OU SUPERIOR	0,9	6,7	32,2	36,5	23,0	0,7
	ND	17,4	30,5	38,5	10,7	0,9	2,0
MASCULINO	SEM NÍVEL DE INSTRUÇÃO	25,2	37,6	31,4	5,3	0,1	0,3
	PRÉ-ESCOLAR	18,0	42,0	30,0	8,0	2,0	0,0
	ALFABETIZAÇÃO	18,4	40,3	33,4	7,2	0,4	0,2
	ENSINO BÁSICO	17,2	34,7	34,2	12,1	1,5	0,4
	SECUNDÁRIO	9,6	27,6	37,4	18,7	6,2	0,5
	CURSO MÉDIO	1,7	10,8	32,6	35,4	18,9	0,6
	BACHAREL OU SUPERIOR	0,9	7,1	28,6	34,5	28,5	0,5
	ND	17,6	34,2	34,4	10,0	1,5	2,2

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

6.4. Coabitação das crianças e adolescentes com o pai e/ou a mãe no agregado familiar e a orfandade

O cuidado das crianças e dos adolescentes é uma actividade relacionada com a reprodução da existência humana, pelo que o tratamento das informações sobre com quem coabitam as crianças permite uma aproximação, neste caso apenas desde o ângulo da partilha do espaço de habitação, sobre como mulheres e homens assumem as responsabilidades que advém da reprodução da espécie, ou seja, com o bem-estar físico e emocional das crianças que geram. A associação entre a pertença ao sexo feminino e o cuidado da criança tradicionalmente tem sido naturalizada, porque se estabelece um vínculo directo entre a função biológica e o papel social do cuidado da prole. Sendo assim, tanto a produção, como a reprodução da existência humana é associado culturalmente às mulheres.

Os dados do Censo mostram que perto de 14% das crianças com ambos progenitores vivos, não vive nem com a mãe nem com o pai⁵⁰, 45% das crianças coabitam com ambos progenitores⁵¹, 38% só com a mãe e apenas 3% só com o pai. Alguns estudos apontam como factores explicativos dessa situação os processos migratórios, ou de separação do casal.

Tabela 29. Percentagem de crianças pela orfandade, sexo e presença do progenitor, Cabo Verde, 2010

	TOTAL ORFAÓS						TOTAL NÃO ORFAÓS				
	De pai e mãe	De mãe e vive com o pai	De mãe e não vive com o pai	De pai e vive com a mãe	De pai e não vive com a mãe	Total de órfão	Vive com a mãe e o pai	Não vive com os pais	Vive só com a mãe	Vive só com o pai	Total de não órfão
Cabo Verde	8,3	6,5	11,9	62,2	11,1	4,9	45,0	13,6	37,9	3,5	95,1
Feminino	8,2	6,8	11,1	63,2	10,7	4,9	45,1	13,2	37,6	4,1	95,1
Masculino	8,3	6,3	12,7	61,1	11,5	4,9	44,8	14,0	38,1	3,0	95,1
Urbano	9,0	7,6	12,9	60,2	10,3	4,4	45,1	11,5	39,3	4,0	95,6
Feminino	9,2	8,7	11,8	60,6	9,7	4,4	45,5	10,9	39,0	4,6	95,6
Masculino	8,8	6,6	13,9	59,8	10,9	4,5	44,8	12,2	39,6	3,5	95,5
Rural	7,5	5,4	10,9	64,3	12,0	5,6	44,7	16,5	35,9	2,8	94,4
Feminino	7,2	4,8	10,3	65,9	11,7	5,7	44,4	16,5	35,8	3,3	94,3
Masculino	7,8	6,0	11,4	62,7	12,2	5,4	45,0	16,5	36,1	2,4	94,6

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

⁵⁰ Se compararmos esse resultado com os do QUIBB 2006 verificamos que aumentou em 7 pontos percentuais o número de crianças vivendo com ambos progenitores e diminui em 3 pontos percentuais o número de crianças com os progenitores vivos que não vive nem com a mãe nem com o pai.

⁵¹ Crianças com ambos progenitores vivos.

No caso de emigração é comum, quando as mães emigram, outras mulheres assumirem as responsabilidades das que partem, garantindo assim a reprodução social. Uma situação documentada e que ilustra esta situação é o trabalho de Lobo (2010:46) sobre a ilha de Boa Vista. De acordo com a autora, “*a matricentralidade não se fractura pela ausência da mãe e a pertença à família, vai para além dos laços biológicos, da formalidade relacional, ou da localização espacial das pessoas que a constituem.*”⁵² Ela assinala também que a presença do pai, nem sempre se traduz em proximidade emocional na relação com os filhos ou seja que a proximidade espacial, física ou biológica, nem sempre implica responsabilidade social.

No caso das crianças órfãs (5%), cerca de 8% eram órfãs de mãe e pai e perto 92% órfã de um dos progenitores, sendo a maioria (73%) órfã de pai. Regista-se, entretanto, uma diferença acentuada no comportamento perante a orfandade entre homens e mulheres: em caso de falecimento do pai, 62% das mulheres continuam convivendo com as crianças, enquanto isso apenas 7% dos homens têm a mesma atitude. No conjunto, em 2010, perto de 86% das crianças viviam com pelo menos um dos progenitores vivos, mas são as mulheres as que mais coabitavam (86%) com as suas crianças (homens 56%).

Os dados evidenciam assim, que em termos de partilha do espaço de convivência, são as mulheres as que têm uma relação mais directa com as crianças. Este facto pode ser um indicador de que socialmente é sobre as mulheres que descansa o peso da reprodução social e confirmam que ainda em Cabo Verde o cuidado das crianças é uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres.

⁵² Lobo, Sousa Andreia (2012). Tão Longe, tão perto - Famílias e Movimentos na ilha da Boa Vista de Cabo Verde, http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndreadeSouzaLobo.PDF

CONCLUSÃO

O Censo de 2010, confirma a existência de desigualdades socioeconómicas, baseadas no género, as quais afectam fundamentalmente a população feminina e se manifestam em praticamente todas as áreas em análise, mas são especialmente profundas a nível do analfabetismo da população com mais de 50 anos, na oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, no nível de conforto das famílias e na assunção das responsabilidades com as crianças. Mostram ainda que no caso da esperança de vida e da mortalidade, a situação das pessoas do sexo feminino é mais favorável, que as do sexo masculino. Os dados evidenciam também que a situação da população portadora de deficiência é mais precária que a do resto da população e que esta precariedade é ligeiramente mais acentuada para o sexo feminino.

No momento censitário residiam em Cabo Verde 491683 pessoas, das quais 50, 5% eram do sexo feminino e 49, 5% do sexo masculino. Permitiu constatar um aumento da relação de feminilidade e mudanças na estrutura etária da população especialmente, na população considerada como dependente (grupos etários 0-14 anos e 65 e + anos). Na faixa etária dos 0-14 anos a diminuição da população pode estar relacionado com a diminuição da taxa de natalidade, devido á diminuição do Índice Sintético de Fecundidade, facto conexo a melhoria das condições de vida, nomeadamente à educação, a informação, a serviços da planificação familiar e a utilização de contraceptivos. Em contrapartida, houve um aumento da população na faixa etária dos 65+, o qual pode estar relacionado com o aumento da esperança de vida, a qual é maior entre as mulheres (79 anos) do que nos homens (70 anos). A taxa de mortalidade geral, que em 2000 era de 5,6% passou para 4,8%, em 2010, sendo a maior entre as pessoas do sexo masculino.

O RGPH de 2010 também revelou mudanças na distribuição da população por ilhas e por meio de residência. Cerca de 62% da população Cabo-verdiana vive no meio urbano (38% no meio rural). É no meio urbano onde se manifesta o maior equilíbrio na composição da população em termos de sexo. As ilhas que registam um maior decréscimo da população foram de Santo Antão, Brava e São Nicolau, enquanto o maior crescimento registou-se nas ilhas do Sal e da Boa Vista. No que se refere ao comportamento da RF por ilhas, em todas elas se registam uma diminuição, especialmente nas ilhas de Boa Vista (-0,19), Maio (-0,08) e Santiago (-0,06).

O fenómeno migratório adquiriu novos contornos nas últimas décadas. Cabo Verde passou a ser simultaneamente um país de emigração e de imigração. Os dados de 2010 apontam

para 18422 emigrantes, sendo que 8560 são do sexo masculino e 9862 são do sexo feminino. A semelhança do que acontece no resto do mundo, a emigração deixou de ser um fenómeno masculino, uma vez que 54% das pessoas que emigraram no período de 2000-2010 foram do sexo feminino. As regiões, países ou zonas de destino da população emigrante continua sendo o continente Europeu (71,8%), ocupando Portugal o lugar cimeiro com 54,4% da população. Estados Unidos é o segundo destino da emigração Cabo-verdiana. Por sexo, a maior diferença no destino da emigração se manifesta no movimento migratório para outros países africanos, onde o número de emigrantes do sexo masculino é quase o dobro dos do sexo feminino.

A taxa de alfabetização da população de 15 anos é superior a 83%, sendo maior no meio urbano (87,6%) do que no meio rural (75,3%). Por meio de residência, a taxa de alfabetização das mulheres no meio rural (68,1%) é significativamente mais baixa do que dos homens do meio rural (82,9%) e que as mulheres do meio urbano (83,4%). Os dados apontam que a partir dos 50 anos, o analfabetismo é muito elevado. Mais de metade das mulheres da faixa etária dos 50-54 anos (51,6%) é analfabeta. Essa situação é especialmente grave no meio rural. O nível de analfabetismo entre a população incapacitada é elevado afectando principalmente as pessoas do sexo feminino.

Quanto ao abandono escolar, os dados mostram que são os rapazes quem mais abandonam o sistema educativo: um total de 17956 crianças e jovens (10055 do sexo masculino e 7901 do sexo feminino) abandonaram o sistema educativo. As raparigas geralmente têm mais sucessos e abandonam menos a escola até aos 18 anos, mas a partir dos 19 anos abandonam mais do que os rapazes. Por meio de residência, o abandono até aos 12 anos é pequeno e não se manifestam diferenças substanciais, mas a partir dessa idade e até os 18 anos, o abandono torna-se maior no meio rural.

Os dados sobre as actividades económica apontam para uma elevada proporção de população em idade activa (15 e os 64 anos), que representa 62% do total da população do país (sendo 61% do sexo feminino e 63% do sexo masculino). Mais de um terço dessa população em idade activa, encontra-se em situação de inactividade (36%), sendo que 44% são do sexo feminino e 29% do sexo masculino. A taxa de inactividade é maior na faixa etária dos 15-19 anos (77%, sendo 82% do sexo feminino e 73% do sexo masculino). A população inactiva desempregada é de 6,9% e não se registam diferenças ao nível do sexo, mas quando a leitura é feita por grupos etários, visibilizam-se importantes fossos na faixa

etária dos 20 aos 34 anos, onde o desemprego é significativamente maior entre as mulheres do que entre os homens.

De acordo com os dados recolhidos pelo RGPH 2010, 1/3 da população cabo-verdiana em idade activa vive a cargo da família e apenas 35%, tem como principal meio de subsistência o trabalho ou o rendimento empresarial. A população do sexo feminino é mais dependente economicamente do que a população masculina.

Perto de 36% da população portadora de deficiência se encontra no desemprego, o que significa que mais 1/3 dessa população não desenvolve nenhuma actividade económica. Essa situação é ligeiramente mais acentuada entre as mulheres.

As informações sobre o principal meio de vida são corroboradas pelos dados sobre as actividades e as profissões. Os quatro principais ramos de actividades no país são o comércio, a construção, a agricultura e a administração pública. As mulheres se encontram principalmente no sector informal, onde eles se envolvem no comércio e outros serviços, onde geralmente, o rendimento e as condições de trabalho são muito menos seguras e menos estáveis.

Na administração pública, que representa 14%, homens e mulheres têm situação quantitativa quase idêntica. A construção civil, que representa 15% é um sector masculinizado (23%), onde a presença feminina é muito baixa (4%). Nele as mulheres trabalham geralmente como serventes, pelo que auferem os salários mais baixos do ramo. Em contrapartida no ramo do comércio (17%), que é maioritariamente informal e de retalho predominam (25%) as mulheres (11% homens). O trabalho doméstico em casas de família é uma actividade quase exclusivamente feminina (10% e 3% respectivamente).

A situação dos agregados familiares em termos evolutivos evidencia a diminuição do seu tamanho médio nas últimas décadas (5,1 em 1990, 4,6 em 2000 e 4,2 em 2010), sendo que o tamanho médio dos agregados no meio urbano é (3,9) menor que os do meio rural (4,7). Nota-se o aumento do número de agregados representados por mulheres: 40% em 2000 e 48% em 2010, sendo a diferença entre agregados representados por mulheres e por homens de apenas 4 pontos percentuais, o que indica uma aceitação cada vez mais crescente da centralidade da mulher no agregado. No entanto, nos agregados biparentais continuam a ser homens os mais indicados como representantes dos mesmos (73%).

Da leitura do estado civil dos representantes dos agregados em 2010, emerge uma diversidade de dinâmicas relacionadas à configuração dos agregados familiares. No caso dos monoparentais verificou-se que 41% dos representantes eram solteiros (40% mulheres e 48% homens), mas 29% eram casados ou viviam em união (29% mulheres e 31%

homens). A dissolução de uniões (por separação ou divórcio), em magnitude representa o terceiro estado civil dos representantes dos agregados (18%, sendo 19% das mulheres e 13% dos homens), enquanto a viuvez vem no 4º lugar (11%, 12% mulheres e 7% homens). Assinala-se ainda uma brecha de perto de 74 pontos percentuais entre os agregados monoparentais nucleares onde a representante é uma mulher (87%) e os agregados monoparentais nucleares representados por homens (13%). Já no caso dos agregados monoparentais compósitos, em perto de 20% dos casos, foram referidos como representantes homens.

No caso dos agregados unipessoais, o Censo mostrou que mais da metade (54%) era constituído por pessoas solteiras (44% mulheres e 68% homens), perto de 20% (24% mulheres e 18% homens), por pessoas casadas ou em união, 19% por pessoas divorciadas ou separadas (17% mulheres e 20% homens) e 6% por pessoas viúvas (14% mulheres e 2% homens).

Globalmente o nível de conforto dos representantes dos agregados familiares se situam no médio (35,3%) e no baixo (31,4%). Por tipologia de agregado familiar, as assimetrias tornam-se evidentes: os agregados cujo representante é do sexo feminino apresentam um nível de conforto alto e muito alto superior ao dos representantes do sexo masculino no caso dos agregados unipessoais e os agregados sem relação de parentesco. Já nos agregados biparentais e os monoparentais esta proporção é maior nos agregados com representantes do sexo masculino. O nível de conforto dos agregados familiares também está directamente relacionado com o nível de instrução dos seus representantes.

No que respeita a coabitação das crianças e adolescentes com o pai e/ou a mãe no agregado familiar e a orfandade, os dados mostram que perto de 14% das crianças com ambos progenitores vivos, não vive nem com a mãe nem com o pai; 45% das crianças coabitam com ambos progenitores; 38% só com a mãe e apenas 3% só com o pai. No caso das crianças órfãs (5%), cerca de 8% eram órfãs de mãe e pai e perto 92% órfã de um dos progenitores, sendo a maioria (73%) órfã de pai. Regista-se, entretanto, uma diferença acentuada no comportamento de homens e mulheres perante a orfandade: quando o pai falece, 62% das mulheres continua convivendo com as crianças, enquanto que quando a mãe falece apenas 7% dos homens adoptam a mesma prática. Os dados evidenciam assim, que em termos de partilha do espaço de convivência, são as mulheres as que têm uma relação mais directa com as crianças.

BIBLIOGRAFIA

- _ Almada C. Hopffer J.L. (2008) O Ano Mágico de 2006 – Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdianas. Tipografia Santos. Praia.
- _ Alves Diniz J.E.(2008) A transição demográfica e a Janela de oportunidades "Instituto Fernando Braudel E.M.
www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf.
- _ Alves Diniz. (2008) Como medir o tempo de duração do Bónus Demográfico.
http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/como_medir.pdf.
- _ Amâncio, Lígia (1994), Masculino e Feminino – a construção social da diferença, Porto, Edições Afrontamento.
- _ Associação "Zé Moniz" (2003). Estilos de vida e de saúde dos adolescentes em Cabo Verde. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Portugal.
- _ BO Número 27- I Série (2003) Decreto Regulamentar nº 5/2003. Aprova os Estatutos do Instituto da Condição Feminina. Imprensa Nacional.
- _ Breihl Jaime (1996). El género entre fuego: inequidad y esperanza. CEAS, Quito.
- _ Cassia Maria Carlota (Coord). Anais II Simpósio Género e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT3- Género e Família.
http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/da2d0ef8-4a35-4f01-9ad3-d6d065dad545/mulheres-chefes-familia_mulheres-empendedoras_projetos-extensao-tb.pdf?MOD=AJPERES.
- _ Centro de Investigação Género e Família (2010) Plano Estratégico do CIGEF 2010-2012.
- _ Centro Nacional de Equidad de Género y Salud Reproductiva (2005). Género y Salud – “Una introducción para os tomadores de decisiones”. México DF.
<http://www.salud.gob.mx/unidades/cdi/documentos/DOCSAL7598.pdf>.
- _ CEPAL 2002. “El impacto del sistema de pensiones en Colombia sobre la equidad de Género”. <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/11252/lcl1787e.pdf>
- _ Coello Cremades Raquel (Colaboración de Orozco A P.).(2012) “Cómo trabajar la economía de los cuidados desde la cooperación internacional para el desarrollo. Aportes desde la construcción colectiva.
http://www.juntadeandalucia.es/aacid/images/Servicios/Publicaciones/guia_economia_cuidados.pdf.

- _ Cristiana Schettini (2008) “Leis e Justiça: as significações dos direitos na história social”. Universidad Nacional de San Martín.
- _ Giddens, Anthony (2000), O mundo na era da globalização, Lisboa, Editorial Presença.
- _ ICIEG (2005) Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género. Tipografia Santos. Praia.
- _ ICIEG (2007) Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. Tipografia Santos, Praia.
- _ INE (2000). Manual do Agente Recenseador. Imprensa Nacional. Praia.
- _ INE (2009). Manual do Agente Recenseador. Gabinete do Censo 2010. Imprensa Nacional. Praia.
- _ INE (2010). Manual do Agente Recenseador.
- _ Lisboa Kleba Teresa (2006) Género e migrações – Trajectórias globais, trajectórias locais de trabalhadoras domésticas. Rev. Ano XIV. Número 26.
- _ Mendonça A. (2011) Raparigas e Rapazes: Ensino Igual ou diferenciado. Universidade da Madeira.
- <http://www3.uma.pt/alicemendonca/slides.congressomulher.pdf>
- _ Moassab Andreia. Texto publicado no jornal A Semana de 26/10/10.
- _ Red Violeta - Cooperação Macaronésia: Canárias, Açores e Madeira. Guia Orientadora para a introdução da perspectiva de género em investigações e estudos quantitativos e qualitativos de qualquer ordem.
- <http://www.intersindicalcanaria.com/Mujer>
- _ Saraceno, Chiara e Naldini Manuela (2003), Sociologia da Família, Lisboa, Editorial Estampa.
- _ Santana, Hora Rita de Cácia (2006) “Família monoparental na sociedade contemporânea. Breves reflexões”.
- <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/familia-monoparental-na-sociedade-contemporanea-breves-reflexoes.pdf>
- _ Torres, Anália, Rui Brites, Rita Mendes e Tiago Lapa (2004), “Atitudes e valores dos Europeus: a Perspectiva do género – Elementos para uma análise transversal – European Social Survey – 2002”, in Actas do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades contemporâneas. Reflexividade e Acção, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia.
- _ Vieira Castro, C. F. (2010). Abandono escolar – Factores e Estratégias de Combate. Universidade do Minho, Vila Real. Dissertação de Mestrado.

- _ Woortmann Klaas & Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, Contextos e Circunstâncias F. Woortmann Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de Novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf>.

ANEXOS

Tabela I- Motivo de emigração (%) por concelho e sexo, Cabo Verde, 2010

Concelho	Motivo de Emigração														
	Procura de Trabalho			Agrupamento Familiar			Estudos			Saúde			Outro		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	23,6	26,2	21,3	27,9	27,1	28,7	35,7	35,9	35,6	7,4	5,5	9,1	5,3	5,4	5,3
Ribeira Grande	38,8	35,2	41,0	19,6	18,7	20,2	29,7	35,2	26,3	8,3	8,3	8,3	3,6	2,6	4,2
Paul	34,2	33,8	34,4	15,5	11,8	18,3	34,2	38,2	31,2	8,7	7,4	9,7	7,5	8,8	6,5
Porto Novo	27,0	28,1	26,2	23,5	21,1	25,3	41,5	43,2	40,1	4,7	3,8	5,5	3,3	3,8	3,0
S. Vicente	33,8	31,4	35,6	21,6	25,0	19,1	33,8	33,7	33,8	7,0	5,7	7,9	3,8	4,1	3,6
Ribeira Brava	28,3	31,5	26,4	36,3	41,3	33,1	31,3	26,1	34,5	2,1	,0	3,4	2,1	1,1	2,7
Tarrafal de S. Nicolau	41,6	47,0	36,1	21,1	19,3	22,9	19,9	19,3	20,5	10,8	12,0	9,6	6,6	2,4	10,8
Sal	11,8	13,1	10,6	24,7	26,3	23,3	53,0	51,4	54,4	5,6	4,8	6,4	4,9	4,4	5,3
Boavista	32,8	28,9	38,2	13,7	13,2	14,5	34,4	31,6	38,2	6,1	7,9	3,6	13,0	18,4	5,5
Maio	12,2	17,1	7,8	28,6	21,4	35,1	44,2	50,0	39,0	10,2	5,7	14,3	4,8	5,7	3,9
Tarrafal	21,0	23,9	18,1	21,7	19,4	24,1	47,4	49,7	45,2	7,2	4,3	10,2	2,5	2,7	2,4
Santa Catarina	32,2	37,3	27,4	28,3	26,7	29,9	24,1	24,2	24,0	10,0	6,1	13,7	5,4	5,7	5,0
Santa Cruz	18,5	21,9	15,6	24,0	21,1	26,5	45,2	45,2	45,1	8,0	6,5	9,3	4,4	5,4	3,6
Praia	17,1	20,7	14,0	25,7	24,9	26,4	42,5	41,7	43,1	7,0	5,1	8,7	7,7	7,6	7,8
S. Domingos	10,3	15,1	6,4	21,2	22,4	20,3	41,6	36,2	46,0	15,0	14,5	15,5	11,8	11,8	11,8
Calheta de S. Miguel	28,3	36,8	21,2	27,7	22,8	31,9	34,1	35,0	33,4	7,9	3,1	12,0	1,9	2,3	1,5
S. Salvador do Mundo	22,1	27,8	16,6	24,2	20,3	28,0	37,6	42,2	33,2	10,8	5,9	15,5	5,3	3,7	6,7
S. Lourenço dos Órgãos	10,7	16,1	5,5	20,6	24,2	17,2	56,0	47,6	64,1	9,9	9,7	10,2	2,8	2,4	3,1
R. Grande de Santiago	37,4	45,3	27,8	20,3	16,4	25,0	32,3	30,4	34,7	9,2	7,0	11,9	,8	,9	,6
Mosteiros	19,4	23,1	15,7	58,5	55,2	61,7	11,4	10,4	12,4	3,7	3,0	4,4	7,0	8,2	5,8
S. Filipe	13,5	14,5	12,6	58,1	55,0	61,1	17,9	20,9	15,0	4,1	3,3	4,8	6,5	6,4	6,6
Santa Catarina do Fogo	29,8	33,8	26,4	45,9	45,1	46,5	11,3	12,8	10,1	8,2	6,0	10,1	4,8	2,3	6,9
Brava	13,4	16,2	11,3	62,1	63,1	61,3	13,4	10,8	15,3	4,6	5,4	4,0	6,5	4,5	8,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela II- Abandono Escolar por sexo, meio de residência segundo a classe e ano de abandono – Ensino Básico e Ensino Secundário Via Geral, Cabo Verde, 2010

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS	URBANO			Feminino	RURAL		Feminino	TOTAL		
	Feminino	Masculino	Total		Masculino	Total		Feminino	Masculino	Total
ENSINO BASICO - ANO/CLASSE DE ABANDONO										
1º ANO	50	85	135	55	105	160	105	190	295	
2º ANO	161	217	378	121	212	333	282	429	711	
3º ANO	122	211	333	89	197	286	211	408	619	
4º ANO	249	398	647	252	408	660	501	806	1307	
5º ANO	124	222	346	158	266	424	282	488	770	
6º ANO	464	615	1079	410	582	992	874	1197	2071	
Total abandono	1170	1748	2918	1085	1770	2855	2255	3518	5773	
ENSINO SECUNDÁRIO VIA GERAL ANO/CLASSE DE ABANDONO										
7º ANO	760	1259	2019	636	1027	1663	1396	2286	3682	
8º ANO	867	990	1857	589	715	1304	1456	1705	3161	
9º ANO	853	747	1600	443	444	887	1296	1191	2487	
10º ANO	553	480	1033	239	187	426	792	667	1459	
11º ANO	203	203	406	92	84	176	295	287	582	
12º ANO	292	297	589	119	104	223	411	401	812	
Total abandono	3528	3976	7504	2118	2561	4679	5646	6537	12183	
TOTAL ABANDONOU (EB e/ou + E.S. VIA GERAL)	4698	5724	10422	3203	4331	7534	7901	10055	17956	

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela III- Áreas de Formação por grupo etário e sexo, Cabo Verde, 2010

Grupo etário	SEXO																	
	Masculino									Feminino								
	Ensino	Humanidades e artes	Ciências sociais, gestão e direito	Ciência, Matemática e Computação	Engenharia, transformação e construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e bem-estar	Serviços	Total	Ensino	Humanidades e artes	Ciências sociais, gestão e direito	Ciência, Matemática e Computação	Engenharia, transformação e construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e bem-estar	Serviços	Total
15-19	0	0	11	8	11	0	2	1	33	0	5	19	8	3	0	6	0	41
20-24	34	51	148	100	170	0	25	42	570	64	73	322	106	46	3	50	48	712
25-29	118	180	483	257	282	9	58	93	1480	213	222	873	249	78	3	162	130	1930
30-34	153	166	480	211	292	11	84	90	1487	221	179	733	141	56	11	184	84	1609
35-39	88	117	362	153	271	29	69	54	1143	199	114	412	94	40	23	100	31	1013
40-44	103	142	358	102	193	25	50	51	1024	117	108	302	49	26	12	72	25	711
45-49	87	90	335	81	224	28	35	57	937	99	75	203	36	16	19	72	16	536
50-54	41	71	239	40	189	32	35	46	693	78	71	163	32	16	5	59	13	437
55-59	18	58	134	12	102	28	32	29	413	60	39	75	17	12	2	55	2	262
60-64	11	18	76	10	53	19	20	11	218	21	23	21	4	3	3	31	6	112
65-69	3	12	50	3	30	14	9	8	129	20	9	15	4	1	1	19	4	73
70-74	2	3	24	3	15	3	5	2	57	10	3	2	4	0	1	12	0	32
75-79	0	2	11	1	7	1	6	0	28	8	4	3	2	1	0	3	0	21
80-84	1	4	5	0	3	0	1	1	15	0	0	1	0	0	0	5	0	6
85-89	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1
90-94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
95 +	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	659	914	2716	981	1842	199	432	486	8229	1110	925	3144	746	298	83	832	359	7497

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela IV- Estado civil dos representantes dos agregados familiares por tipologia e sexo, Cabo Verde, 2010

ESTADO CIVIL	AGREGADO UNIPESSOAL	AGREGADOS BIPARENTAIS			MONOPARENTAIS		SEM RELAÇÃO DE PARENTESCO	TOTAL GERAL	
		Casais Isolados	Biparentais Nucleares	Biparentais Compósitos	Nucleares	Compósitos			
AMBOS	Total	17741	5613	27474	19962	16785	27937	1361	116873
	Solteiro	9609	51	215	241	6608	11871	845	29440
	Casado	1237	2245	7328	9163	1559	2727	130	24389
	União	2305	3281	19871	10411	3845	5028	153	44894
	Separado	2843	13	18	43	3358	3872	121	10268
	Divorciado	560	6	7	9	338	459	25	1404
	Viúvo	1057	2	9	62	1050	3923	81	6184
	ND	130	15	26	33	27	57	6	294
FEMININO	Total	5715	1397	7275	5370	14588	21048	439	55832
	Solteiro	2516	12	84	105	5991	8107	232	17047
	Casado	389	479	1595	1987	1236	1905	30	7621
	União	981	898	5570	3182	3196	3978	61	17866
	Separado	803	3	12	30	2977	3190	33	7048
	Divorciado	183	2	2	3	268	354	12	824
	Viúvo	783	2	6	51	901	3479	69	5291
	ND	60	1	6	12	19	35	2	135
MASCULINO	Total	12026	4216	20199	14592	2197	6889	922	61041
	Solteiro	7093	39	131	136	617	3764	613	12393
	Casado	848	1766	5733	7176	323	822	100	16768
	União	1324	2383	14301	7229	649	1050	92	27028
	Separado	2040	10	6	13	381	682	88	3220
	Divorciado	377	4	5	6	70	105	13	580
	Viúvo	274	0	3	11	149	444	12	893
	ND	70	14	20	21	8	22	4	159

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela V- Tipologia do agregado familiar, Cabo Verde, 2010

CONCELHO	TOTAL						
	Unipessoal	Biparentais			Monoparental		Sem relação de parentesco
		Casais Isolados	biparentais Nucleares	biparentais Compósitos	Nuclear	Monoparental Compósito	
Total	15,2	4,8	23,5	17,1	14,4	23,9	1,2
Ribeira Grande	16,9	4,9	21,6	20,2	12,3	23,2	1,0
Paul	16,5	3,4	24,8	20,4	11,8	22,4	0,7
Porto Novo	16,5	3,9	20,9	23,6	10,7	23,6	0,9
S. Vicente	18,5	5,0	22,6	16,2	13,7	22,9	1,1
Ribeira Brava	22,8	5,1	19,0	17,2	11,5	23,1	1,3
Tarrafal de S. Nicolau	19,8	6,4	20,8	18,4	11,4	22,3	0,9
Sal	19,3	7,7	26,7	14,9	9,4	18,9	3,1
Boavista	22,8	9,9	19,3	13,9	7,5	22,6	4,0
Maio	16,1	5,4	26,1	14	17	20,3	1,1
Tarrafal	11,0	4,2	19,8	15,2	19,8	29,1	0,9
Santa Catarina	10,2	3,5	17,1	19,2	15,1	33,6	1,3
Santa Cruz	11,0	3,3	25,2	17,5	17,3	25,3	0,3
Praia	16,3	5,2	25,6	15,5	15,3	20,9	1,1
S. Domingos	8,3	3,3	27,5	21,2	12,8	26,5	0,3
S. Miguel	8,3	3,5	21,4	16,6	20	29,9	0,4
S. Salvador do Mundo	7,1	2,4	18,1	20,5	17,3	33,9	0,7
S. Lourenço dos Órgãos	8,8	2,0	23,7	23,7	14	27,5	0,2
Ribeira Grande de Santiago	9,0	2,9	17,5	19,3	13,8	36,2	1,3
Mosteiros	12,3	4,3	28,4	17,6	14	22,8	0,5
S. Filipe	11,8	4,1	27,9	18,4	14,8	22,2	0,8
Santa Catarina do Fogo	9,8	4,4	27,9	19,2	14	24,2	0,5
Brava	15,4	5,1	23,7	15,6	14,6	24,7	0,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

VI- Tipologia do Agregado familiar por sexo e concelho, RGPH 2010

CONCELHO	TIPOLOGIA DE AGREGADO													
	FEMININO							MASCULINO						
	Unipessoal	Casais Isolados	Conjugais Nucleares	Conjugais Compósitos	Monoparental	Monoparental Compósito	Sem relação de parentesco	Unipessoal	Casais Isolados	Conjugais Nucleares	Conjugais Compósitos	Monoparental	Monoparental Compósito	Sem relação de parentesco
Total	10,2	2,5	13,0	9,6	26,1	37,7	0,8	19,7	6,9	33,1	23,9	3,6	11,3	1,5
Ribeira Grande	14,2	1,4	5,7	6,7	25,0	45,5	1,5	18,3	6,8	30,3	27,7	5,3	10,9	0,8
Paul	9,2	1,7	8,8	11,4	24,7	43,9	0,3	20,7	4,4	33,9	25,5	4,4	10,1	0,9
Porto Novo	10,9	1,7	10,1	13,2	20,6	43,0	0,5	20,2	5,3	28,0	30,4	4,2	10,8	1,2
S. Vicente	11,6	2,9	14,5	10,9	23,6	35,5	1,0	24,9	6,8	30,0	21,2	4,6	11,2	1,2
Ribeira Brava	17,3	2,7	10,7	8,8	20,5	38,6	1,4	27,3	7,2	25,9	24,2	4,0	10,1	1,2
Tarrafal de S. Nicolau	11,3	4,3	17,2	13,0	19,0	34,9	0,2	27,8	8,4	24,2	23,5	4,1	10,2	1,7
Sal	12,4	6,1	19,6	13,2	21,0	26,5	1,2	23,6	8,7	31,2	16,0	2,0	14,2	4,3
Boavista	17,2	6,3	16,8	13,6	16,4	27,2	2,6	25,7	11,8	20,6	14,0	2,8	20,3	4,8
Maio	14,3	1,9	8,0	4,7	32,1	38,3	0,7	17,7	8,4	41,9	22,1	3,9	4,7	1,4
Tarrafal	7,6	2,5	12,1	7,9	29,5	39,6	0,9	16,7	7,1	33,1	27,5	3,3	11,3	1,1
Santa Catarina	7,5	1,7	8,6	9,7	24,3	47,2	1,1	13,8	6,0	28,4	31,8	2,9	15,5	1,7
Santa Cruz	6,4	2,0	16,4	10,4	27,4	37,3	0,2	17,3	5,1	37,0	26,9	3,9	9,2	0,5
Praia	11,4	2,9	15,6	9,3	28,4	31,6	0,7	20,8	7,3	34,8	21,3	3,2	11,0	1,6
S. Domingos	6,0	0,8	13,4	11,6	22,4	45,8	0,0	10,6	5,8	41,3	30,6	3,5	7,8	0,5
Calheta de S. Miguel	6,2	0,7	8,7	5,4	33,3	45,4	0,3	11,0	7,1	38,2	31,4	2,4	9,3	0,5
S. Salvador do Mundo	4,9	1,1	3,9	6,1	28,1	55,0	0,9	9,5	3,7	33,8	36,6	5,4	10,5	0,5
S. Lourenço dos Órgãos	6,4	0,8	9,5	11,6	24,3	47,1	0,3	11,1	3,1	37,6	35,6	4,1	8,3	0,1
Ribeira Grande de Santiago	4,5	0,8	8,9	8,8	23,8	52,1	1,1	14,1	5,2	27,1	31,2	2,7	18,4	1,4
Mosteiros	9,3	1,4	8,2	7,3	28,6	44,3	1,0	14,5	6,5	43,3	25,3	3,3	6,8	0,2
S. Filipe	11,6	1,2	7,9	7,0	30,3	41,4	0,5	11,9	6,1	42,5	26,6	3,5	8,3	1,1
Santa Catarina do Fogo	6,3	1,8	10,2	6,1	27,7	47,6	0,2	12,1	6,1	39,6	27,8	5,1	8,8	0,6
Brava	7,4	1,8	13,6	11,1	27,1	38,3	0,7	22,9	8,2	33,3	19,8	2,8	12,0	1,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela VII- Com quem vive as crianças (efectivos), Cabo Verde, 2010

	TOTAL ORFÃOS						TOTAL NÃO ORFÃOS					TOTAL GERAL
	De pai e mãe	De mãe e vive com o pai	De mãe e não vive com o pai	De pai e vive com a mãe	De pai e não vive com a mãe	Total órfão	Vive com mãe e pai	Não vive com os pais	Vive só com a mãe	Vive só com o pai	Total	
CABO VERDE	772	611	1111	5803	1036	9333	81344	24654	68535	6399	180932	190265
Masculino	388	321	523	2984	505	4721	40897	12011	34152	3676	90736	95457
Feminino	384	290	588	2819	531	4612	40447	12643	34383	2723	90196	94808
Urbano	438	372	627	2934	503	4874	47554	12163	41378	4251	105346	110220
Masculino	221	210	284	1461	234	2410	23987	5723	20548	2430	52688	55098
Feminino	217	162	343	1473	269	2464	23567	6440	20830	1821	52658	55122
Rural	334	239	484	2869	533	4459	33790	12491	27157	2148	75586	80045
Masculino	167	111	239	1523	271	2311	16910	6288	13604	1246	38048	40359
Feminino	167	128	245	1346	262	2148	16880	6203	13553	902	37538	39686

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010